

**SANDRA BEATRIZ SALENAVE DE BRITO**

**SINUOSOS CAMINHOS DE ABRIL:  
TRÊS OLHARES SOBRE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

PORTO ALEGRE  
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA  
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS  
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, HISTÓRIA E IMAGINÁRIO**

***SINUOSOS CAMINHOS DE ABRIL:  
TRÊS OLHARES SOBRE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS***

SANDRA BEATRIZ SALENAVE DE BRITO

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA LIBERATO TETTAMANZY

Dissertação de Mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE  
2009

**SANDRA BEATRIZ SALENAVE DE BRITO**

***SINUOSOS CAMINHOS DE ABRIL:  
TRÊS OLHARES SOBRE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS***

Dissertação de Mestrado realizada na especialidade de Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas, da área dos Estudos de Literatura do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Data: 17/04/2009**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Fraga Tutikian (UFRGS)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisabete Carvalho Peiruque (UFRGS)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inara de Oliveira Rodrigues (UNIFRA)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy (Orientadora)**

Agradeço à minha mãe e à minha avó pela incansável motivação e pela paciência nos momentos de cansaço. Sou muito grata pelo auxílio, pelas demonstrações de carinho, pela compreensão, pelas reprimendas e pelo amor incondicional que sempre me levaram adiante.

Aos amigos e familiares por entenderem minhas ausências em favor do estudo e por não permitirem que eu desistisse. De modo especial aos amigos Seleste Michels da Rosa, Cássia da Silva Costa, Cézar Augustus dos Santos, Marcelo Spalding e Darlene Webler pela leitura e sugestões.

Aos professores do Instituto de Letras que propiciaram esta conquista através do seu empenho docente refletido na qualidade do ensino.

À professora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy pelo exemplo, pela dedicação, pelo estímulo e pela confiança depositada em mim.

A Deus que guia meus passos e possibilita tantas realizações...

## BONDADE

Ninguém nasce odiando outra pessoa  
pela cor de sua pele,  
ou por sua origem, ou sua religião.  
Para odiar, as pessoas precisam aprender,  
e se elas aprendem a odiar,  
podem ser ensinadas a amar,  
pois o amor chega mais naturalmente  
ao coração humano do que o seu oposto.  
A bondade humana é uma chama que pode ser oculta,  
jamais extinta.

Nelson Mandela

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre história, literatura e construção permanente da identidade a partir do *corpus* literário escolhido - *Vinte e Zinco* do moçambicano Mia Couto, *Dona Pura e os Camaradas de Abril* do cabo-verdiano Germano Almeida, e *Vale a Pena Ter Esperança* do português Carlos Brito, que fazem parte da Coleção *Caminhos de Abril* do Editorial Caminho, que comemorou o vigésimo quinto aniversário do fim do Estado Novo português. A Revolução dos Cravos pôs fim ao regime salazarista, que oprimiu portugueses e africanos por quase meio século e que deixou suas marcas até a atualidade, interferindo na constituição da identidade cultural dos sujeitos envolvidos neste processo. Essa análise enfatiza a interação, por muitas vezes conflituosa, entre culturas tão diversas como a portuguesa e a africana, recorrendo a Homi Bhabha (1998), Stuart Hall (2003) e Edward Said (1995). Para compreendermos as particularidades do imperialismo português, utilizamos Margarida Calafate Ribeiro (2003), Boaventura de Sousa Santos (1999) e Eduardo Lourenço (1978, 1994 e 1999).

**Palavras-chave:** História – Literatura – Identidade – Revolução dos Cravos – Descolonização.

## RESUMEN

El presente trabajo analiza la relación entre historia, literatura y construcción permanente de la identidad, partiendo del *corpus* literario elegido - *Vinte e Zinco* del mozambicano Mia Couto, *Dona Pura e os Camaradas de Abril* del cabo verdiano Germano Almeida y *Vale a Pena Ter Esperança* del portugués Carlos Brito, las cuáles forman parte da Coleção Caminhos de Abril del Editorial Caminho, la cuál conmemora el vigésimo quinto cumpleaños del fin del Estado Novo portugués. La Revolución de los Claveles terminó con el régimen salazarista, que oprimió portugueses y africanos por casi medio siglo, y que dejó sus marcas hasta la actualidad, interfiriendo en la constitución de la identidad cultural de los sujetos envueltos en este proceso. Este análisis enfatiza la interacción por muchas veces conflictiva entre culturas tan diversas como son la portuguesa y la africana, recurriendo a Homi Bhabha (1998), Stuart Hall (2003) y Edward Said (1995). Para comprender las particularidades del imperialismo portugués utilizamos Margarida Calafate Ribeiro (1993) , Boaventura de Sousa Santos (1999) y Eduardo Lourenço (1978, 1994 e 1999).

**Palabras-clave:** Historia – Literatura – Identidad – Revolución de los Claveles – Descolonización.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES</b> .....	11
2.1 A OPRESSÃO NA ÁFRICA .....	11
2.2 A OPRESSÃO EM PORTUGAL .....	18
2.3 HISTÓRIA, LITERATURA E IDENTIDADE .....	20
<b>3 A ESPERANÇA LUSA</b> .....	23
<b>4 UM FINAL DE ABRIL MAIS CAMARADA</b> .....	38
<b>5 ATÉ QUE O LEÃO APRENDA A ESCREVER, O CAÇADOR SERÁ O     ÚNICO HERÓI</b> .....	59
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94

## 1 INTRODUÇÃO



O presente trabalho problematiza, a partir da análise das obras selecionadas, a questão da identidade cultural no contexto da dominação portuguesa na África, e para tanto, discute como Moçambique e Cabo Verde perceberam a Revolução dos Cravos, bem como as mudanças que este fato ocasionou em Portugal. Partindo do diálogo entre história e literatura, esta pesquisa estuda *Vale a pena ter esperança* (1999), do português Carlos Brito, *Dona Pura e os camaradas de abril* (1999), do cabo-verdiano Germano Almeida e *Vinte e zinco* (1999), do moçambicano Mia Couto, visto que cada obra apresenta um olhar distinto sobre o mesmo fato.

A principal questão é analisar como aconteceu a construção da identidade neste cenário de dominação *versus* subjugação, disputa pelo poder e reconquista da soberania africana. O trabalho inicia com um breve apanhado histórico, realizado no segundo capítulo, que retoma a chegada dos portugueses ao continente africano, analisando como ocorreu essa ocupação até a década de 1970.

O terceiro capítulo analisa a obra de Carlos Brito, que narra a história de um português militante do movimento revolucionário, que vivia na metrópole e estava sendo perseguido pela PIDE e, para não ser preso ou torturado, resolveu fugir para a França. Porém, momentos antes de cruzar a fronteira, ouviu, no rádio, a notícia de um movimento que pretendia derrubar o regime ditatorial, e isso mudou completamente os seus planos e, como o título da obra sugere, renovou as suas esperanças de viver de forma mais digna com a família em sua terra natal.

O quarto capítulo detém-se no livro de Germano Almeida, que, por sua vez, narra a trajetória de um grupo de estudantes cabo-verdianos residente em Portugal no mesmo período em que ocorreu a Revolução dos Cravos, fazendo um relato de como eles participaram deste acontecimento. Diferentemente das demais obras, o autor reflete sobre os efeitos do referido fato, descrevendo as personagens já de volta à pátria, relembando o acontecido muitos anos depois, e percebendo as mudanças geradas em suas vidas e na sociedade de Cabo Verde como um todo após duas décadas de independência.

O quinto capítulo reflete sobre o romance de Mia Couto, que apresenta a estratificação da sociedade moçambicana, dividida em níveis bem distintos: a população negra em geral, os ‘assimilados’ que acabam esquecendo as suas origens em troca do favorecimento concedido pelos brancos, as mulheres os homens brancos que detinham o poder social, político e econômico, todos vivendo os dias que antecederam e sucederam o dia

25 de abril de 1974. O texto faz uma reflexão sobre o desfecho imediato desse evento na sociedade moçambicana.

Os livros citados fazem parte da Coleção *Caminhos de Abril* do Editorial Caminho, que comemorou, em 1999, o vigésimo quinto aniversário da Revolução dos Cravos. A Coleção é composta por narrativas de onze autores que vivenciaram esse processo, sendo oito portugueses e os demais nascidos em ex-colônias lusitanas. Além dos já citados, há a participação do brasileiro Sebastião Salgado, que contribuiu com um álbum fotográfico com imagens relacionadas à revolução. O recorte do *corpus* escolhido nesta pesquisa, visa a contemplar a interação e o conflito entre diferentes identidades durante o regime salazarista, que oprimia tanto os portugueses quanto os africanos, ambos lutando pela conquista de sua autonomia. Nas ex-colônias, a luta armada expressa a reivindicação da soberania de seus países. Todas as obras analisadas neste trabalho evidenciam que o 25 de Abril não significou, isoladamente, o fim dessa realidade de exploração, mas contribuiu para o processo de descolonização das identidades envolvidas. Entretanto, não favoreceu a desalienação dos povos nativos, visto que os novos governantes voltavam de Portugal com ideais muito semelhantes aos dos diferentes dos antigos colonizadores.

## **2 ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES**

### **2.1 A OPRESSÃO NA ÁFRICA**

Devido aos cinco séculos de ocupação européia, torna-se difícil dissociar a imagem da África da do colonialismo. Essa representação, tão arraigada ao senso comum, associa, muitas vezes, a imagem do escravo diretamente ao povo africano. Porém, ambas as analogias estão equivocadas, pois não podemos esquecer que os primeiros indícios históricos sobre a existência humana foram encontrados no continente africano, evidenciando que os nativos habitavam essa região há cinco milhões de anos, apresentando uma estrutura social própria e independente, por vezes, muito mais avançada que a européia.

Paul Lovejoy (2002) define a escravidão como a exploração de indivíduos com objetivos econômicos, políticos e/ou sociais, em que ocorre a supressão da liberdade do sujeito, reduzindo-o à função de propriedade, ou seja, a um bem móvel que é manipulado através da violência e da vontade do proprietário. Esse regime social perpassa vários séculos, estendendo-se desde as sociedades greco-romanas até épocas muito recentes. Marc Fierro (1994), por sua vez, afirma que a colonização é a ocupação e a exploração de uma terra estrangeira e que esse fenômeno também data da época grega, podendo-se falar de ‘imperialismo’ ateniense e romano. Apesar de os africanos não terem sido os primeiros povos a serem escravizados, esse sistema vigorou, no continente, por longos séculos, pois, como esclarece Analúcia Danilevicz Pereira (2007), antes mesmo da chegada dos povos europeus, os árabes e os muçulmanos já comercializavam africanos nos mercados do Mediterrâneo, sendo que os últimos promoveram o primeiro contato entre os europeus e os povos nativos.

O processo de escravidão na África, de acordo com Del Priore e Venâncio (2004), começou num período pré-colonial, e podia ser denominado doméstico, “de linhagem” ou de “parentesco”, pois não compreendia nenhuma intenção comercial. A escravidão era uma punição aos prisioneiros de guerra, aos endividados, aos criminosos, aos filhos ilegítimos, às mulheres adúlteras. Apesar da presença de muita perversidade nesse sistema, ele era um pouco mais flexível do que o posteriormente desenvolvido pelos europeus, pois os cativos integravam-se ao grupo familiar senhorial como subordinados; contudo, havia a possibilidade de em poucas gerações, tornarem-se livres. Essa mobilidade acontecia com significativa frequência e era uma maneira de ampliar a mão-de-obra familiar. A África veio a ser efetivamente colonizada somente no século XIX, pois, até então, servira apenas de mão-de-obra escrava para as metrópoles européias em outros continentes. O europeu não descobriu o sistema de escravidão, mas agravou-o ao estimular a caça de iguais, o comércio humano,

desequilibrando civilizações inteiras em troca de quinquilharias ou em nome da sobrevivência.

O desejo de desenvolver a economia, o investimento em experiência naval e a posse de capital a ser investido fizeram com que os portugueses fossem os primeiros europeus a expandirem-se maritimamente, iniciando a exploração geográfica a partir da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. Os lusitanos aportaram em Cabo Verde, em 1460, e em Moçambique, no ano de 1497, não tendo como objetivo colonizar novos territórios, mas construir um lucrativo império de rotas marítimas, visando à ampliação do comércio das mercadorias orientais na Europa. Já de início, depararam-se com produtos litorâneos a serem explorados. Foi assim que começou o jogo entre a geografia e o poder do qual fala Said (1995), em que a posse de novos territórios distantes, possuídos e habitados por outros povos, potencializa a conquista e gera, concomitantemente, uma miséria indescritível para os habitantes desapropriados de suas terras.

Paul Lovejoy (2002, p.75) sublinha que, já no início do século XV, os portugueses “encontraram um ativo comércio de escravos na Costa do Ouro, onde eles também podiam comprar este metal precioso”. Foi através da exploração das riquezas africanas litorâneas e do uso da mão-de-obra escrava que principiaram os cinco séculos de dependência impostos pelas nações europeias ao continente africano. A comercialização de escravos envolvia um contato nem sempre pacífico entre os exploradores e os habitantes locais, que tentavam se defender através de rebeliões. Conforme Pereira (2007), a exploração europeia não estava isenta de resistência, visto que os africanos mantiveram acesso restrito às feitorias litorâneas e controlaram o fornecimento de escravos. Apesar de nem todas as regiões terem sido afetadas por esse comércio, ele contribuiu para a desestruturação das sociedades autóctones, pois aumentou a discórdia entre os povos e fomentou as guerras internas, em que os grupos vencidos eram aprisionados e vendidos. Os portugueses aproveitavam-se da forte disputa existente entre os diferentes reinos africanos para se aproximarem dos chefes locais e realizarem acordos em troca do escambo. Posteriormente, outra forma de manter o tráfico humano foi conceder vastos territórios para serem administrados por grandes companhias, que realizaram a gestão deste espaço, construíram vias de comunicação, exploraram a mão-de-obra, comercializaram os escravos e cobraram impostos.

Por algum tempo, os portugueses conseguiram manter o domínio exclusivo da região através da construção de fortes. Marc Fierro (1994) afirma que eles monopolizaram o tráfego das riquezas da Índia, impossibilitando a navegação daqueles comerciantes que não possuíam

uma autorização lusa prévia, confiscando-lhes os carregamentos como punição. Entretanto, o cenário foi mudando a partir dos movimentos de aliança e rivalidade entre os países europeus, que vinculavam o poder das nações à ampliação de suas atividades comerciais. Outras potências européias também conquistaram territórios africanos isolados no mapa. No século XIX, quatorze países pleiteavam a exploração dos recursos naturais da faixa litorânea africana. O interesse na região excedia o nível econômico, visto que a colônia representava um mercado consumidor e fonte de abastecimento extrativo de matéria-prima, mas tornava-se, sobretudo, um “coringa” político nas disputas intra-européias. “[...] Unidos ao poder militar dos Estados fortes, os lucros dos grandes monopólios fundir-se-iam também aos ideais nacionalistas, acirrando as disputas imperialistas na África e na Ásia” (CARVALHO, 1994, p.14).

Essa disputa levou à convocação de uma conferência internacional realizada em Berlim, em 1884, com a finalidade de determinar normas que orientassem o comércio das nações européias e oferecessem igualdade de condições aos países exploradores. A solução encontrada foi dividir a região entre todos os interessados, iniciando a ocupação territorial do interior do continente. A partilha do território ocorreu de forma arbitrária, separando integrantes do mesmo reino e unindo indivíduos de povos distintos. Assim, a história e a política africanas tornaram-se, definitivamente, subordinadas ao comando das principais potências européias, modificando profundamente a geografia, a sociedade e a economia do continente. Portugal foi o último império europeu desfeito, e a lenta desocupação do território está diretamente relacionada ao declínio e ao término do regime salazarista português em 1974. Stuart Hall (2003, p.31) alerta que, inclusive “o termo *África* é, em todo caso, uma construção moderna, que se refere a uma diversidade de povos, tribos, culturas e línguas cujo principal ponto de origem comum situava-se no tráfico de escravos”. Antes existia um continente repleto de variedades que sabia viver de uma forma mais harmônica, no entanto, depois que a terra foi “violada”, “esvaziada”, restaram as diferenças, evidenciaram-se as desestruturas.

Através do imperialismo, as transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas na Europa do século XIX, determinaram não somente as novas relações sociais internas, mas também as relações internacionais. Carvalho (1994) salienta que o colonialismo interligava o Mundo, cada continente com seu papel muito bem definido: as manufaturas eram produzidas na Europa, objetivando o comércio colonial; armas de fogo e bugigangas

eram trocadas por marfim e escravos na África; já o Novo Mundo “contribuía” com produtos exóticos e metais preciosos.

Os colonizadores mascaravam seus verdadeiros objetivos, usando argumentos humanitários para justificar a exploração do continente: a cristianização dos povos hereges, a abertura do território para o comércio internacional, a educação dos povos primitivos. Entretanto, não conseguiam esconder seu posicionamento racista, considerando o povo colonizado inferior ou, numa visão darwinista, mais fraco. O europeu adotou o posicionamento do civilizado e delegou ao africano a função de bárbaro. Entretanto, conforme alerta Francis Wolff (2004, p.42), ao desqualificar o seu oponente, tentando justificar iniciativas imperialistas nada recomendáveis e repletas de ações desumanas, como o comércio humano dos africanos em nome da civilização, e também ao desconsiderar a pluralidade cultural do outro, permanecendo fechados sobre si mesmos, os europeus assumem o papel de bárbaros, pois acreditam que a sua “cultura é a única forma de humanidade possível”.

Desde os primórdios da dominação européia, havia o desejo dos africanos de não aceitar passivamente esse sistema de opressão, porém eles não tinham condições de lutar contra tal situação, tendo em vista que os adversários possuíam equipamentos militares, o que acabou reprimindo, rápida e violentamente, as rebeliões dos autóctones. Edward Said (1995, p.149) percebe a circularidade desse sistema, em que o dominante mantém o seu poder pela força “industrial, tecnológica, militar, moral” que exerce e, por esse mesmo motivo, “os outros” são dominados, tornando-se assim inferiores aos olhos do dominador.

Por trás da aparência de conformidade, os africanos tinham o desejo de romper com a dominação a que foram submetidos ao longo dos séculos. Ainda que o imperialismo do século XIX tenha avançado vertiginosamente, concomitante a esse processo desenvolveu-se também a resistência a ele. O combate das colônias africanas frente ao imperialismo português foi expresso de várias maneiras, mas a principal forma de manifestar esta vontade de mudança foi através do setor cultural. No final do século XIX, cria-se a imprensa de Angola e Moçambique e surge um notável surto de jornalismo, com o aparecimento dos primeiros periódicos. De acordo com Pires Laranjeira (1995), as primeiras manifestações literárias de descontentamento também surgiram no século XIX. Inicialmente, autores europeus que se identificavam com a causa africana escreviam e publicavam artigos que reivindicavam a abolição da escravatura. Os Boletins Oficiais das colônias começavam a proclamar a conscientização da identidade africana. Entretanto, todos estes manifestos tiveram uma curta duração, pois, no início do

século XX, a censura foi instaurada, acabando com o ideal de uma imprensa livre e democrática.

Apesar da circulação de tais idéias jornalísticas que prenunciavam mudanças na sociedade africana, esse projeto não chegava até a maior parte da população, a qual não tinha acesso aos veículos que o propagavam. Ao contrário do que afirmavam, os colonizadores não se preocupavam com a educação dos povos nativos. De acordo com Pires Laranjeira (1995), por volta de 1960, todas as colônias portuguesas (com exceção de Cabo Verde<sup>1</sup>) registravam um índice de analfabetismo muito próximo a 100%. Esses números refletiam o impedimento dessas populações desenvolverem-se, com o objetivo de serem usadas como mão-de-obra barata ou escrava.

Poucos africanos tiveram acesso à educação: apenas aqueles que foram auxiliados pelas mudanças histórico-sociais do início do século XX. Com o território africano sendo administrado por grandes companhias européias, que perceberam a necessidade da qualificação de jovens trabalhadores para auxiliar no desenvolvimento da região, teve início uma oferta mínima de instrução. Essas ações criaram um novo estrato social – os assimilados – que tinham acesso apenas ao nível primário de educação para suprir as necessidades do setor terciário do mercado de trabalho. Com o passar do tempo, o investimento da metrópole foi ampliado através da oferta de bolsas de estudos na capital para jovens africanos, o que ocasionou a formação de elites nativas intelectualizadas residentes em Portugal que, posteriormente, contribuíram na organização dos movimentos nacionalistas de luta pela independência das colônias.

A estrutura política, instaurada na África de colonização portuguesa, assemelhava-se à que outrora vigorava na Europa, na época do Antigo Regime. Salazar detinha o poder absoluto, mas, como não podia controlar sozinho todo o império, delegava funções administrativas aos portugueses que residiam nas colônias e faziam parte do estrato nobre daquela sociedade. O clero tinha os privilégios garantidos (tanto na metrópole quanto nas colônias), através do poder religioso, enquanto à população em geral restava a obediência aos estratos mais altos da sociedade.

---

<sup>1</sup> Em Cabo Verde, a primeira escola primária surgiu em 1817, aumentando o nível de escolarização no país. Ainda que essa colônia demonstrasse uma preocupação maior pela educação do que as demais, como comprova a fundação do Liceu-Seminário de São Nicolau, por volta de 1860, o número de alfabetizados do século XIX não atingia 25%.

Esse cenário de hegemonia política européia começou a perder força frente aos movimentos de independência que aumentavam pela África. Outro fator que contribuiu para esse processo foi a universalização do trabalho assalariado, concomitante ao controle do tráfico escravista e à divulgação dos ideais abolicionistas. Apesar do fim da escravidão, os africanos continuaram sendo explorados dentro do seu próprio continente, trabalhando nas plantações, nas construções e como carregadores, pois as condições de vida e de trabalho continuaram muito precárias. Muitos trabalhadores eram submetidos a esse tipo de trabalho forçado, visto que era a única forma viável de pagar os impostos cobrados pelas autoridades coloniais.

É em Angola que surgem as primeiras manifestações do século XX, como o movimento “Vamos descobrir Angola”. É no resgate de características locais e da exaltação da “Mãe África”, que posteriormente irá propagar esse orgulho em ser africano e lutar por sua individualidade pelas demais colônias. Este posicionamento exemplifica bem o que Stuart Hall (2003) define como uma viagem de retorno, de redescoberta, em que passado e futuro se unem para uma nova produção a partir da tradição, unindo traços culturais mais antigos a elementos emergentes.

O movimento de descolonização africana baseou-se na resistência cultural, na afirmação da identidade e na busca da independência nacional: “Sempre houve algum tipo de resistência ativa e, na maioria esmagadora dos casos, essa resistência acabou preponderando” (SAID, 1995, p.12). O autor destaca que a união firmada a partir dessas novas práticas culturais, criou um sentimento de identidade étnica que se opunha ao avanço da usurpação ocidental. Contudo, ainda que reconheça a necessidade de tais processos, como fonte necessária ao combate pelo fim da exploração de um povo, mostra que a intensa busca pelo passado pré-colonial contribuiu para a difusão de uma tradição imaginada ou romantizada, sem nenhum vestígio da presença européia. Alerta que essa negociação, que envolve a recuperação de formas menos influenciadas pela cultura imperial, está relacionada à superposição de territórios,

desenhados e redesenhados por exploradores europeus durante gerações [...] Assim como os europeus, ao ocupar a África, consideravam-na polemicamente como um espaço, ou, no Congresso de Berlim de 1884-85, tomaram como pressupostos sua disponibilidade altamente rentável, da mesma forma os africanos da descolonização julgaram necessário reimaginar uma África despojada de seu passado imperial. (SAID, 1995, p.267).



Posicionamentos unilaterais não refletem a realidade africana, pois a história do continente foi escrita através da interação conflituosa entre nativos e europeus. Ribeiro (2007) critica o posicionamento de alguns intelectuais africanos atuantes nesses movimentos combativos, pois acredita que, conforme a sua utilização, os mesmos elementos que proclamam a igualdade africana podem servir de instrumento de um etnocentrismo inverso, configurando uma outra forma de discriminação. Said (1995) salienta que somente o processo de consciência nacional não é suficiente para romper com esse sistema. Para isso, é preciso que a luta se expanda à esfera ideológica, política e social – o que começou a tornar-se realidade no início do século XX e acaba tendo o seu ápice na guerra colonial da década de 1960.

As transformações históricas políticas instauraram, gradualmente, mudanças na economia e na sociedade europeia da época. Entretanto, a economia mundial continuou sendo dividida entre economias centrais e periféricas, sendo as últimas, coincidentemente, representadas pelas ex-colônias. Mesmo após a emancipação política, foi difícil romper com a dependência às antigas metrópoles, pois o papel desses novos países na economia mundial não se alterou: seguiam responsáveis pelo fornecimento de insumos e alimentos para as nações industrializadas, consumindo, em troca, os produtos nelas fabricados. Essa continuidade é explicada por Stuart Hall (2003), ao afirmar que a globalização começou juntamente com a fase das conquistas europeias, ao estabelecer mercados capitalistas mundiais. Esse papel coadjuvante das ex-colônias lusas estende-se até a contemporaneidade.

As novas sociedades começaram a reorganizarem-se baseadas nos antigos moldes propagados pelos europeus. A África independente apresentava uma infra-estrutura precária, estava ambientalmente degradada, e já não se adaptava aos padrões comunitários de convivência vigentes anteriormente. A pobreza e as doenças europeias – como a AIDS, que, devido à falta de esclarecimento e aos valores poligâmicos africanos, chegou ao ponto da insustentabilidade do atendimento médico e farmacológico – agravaram, ainda mais, essa situação tão delicada de retomada da autonomia.

## 2.2 A OPRESSÃO EM PORTUGAL

A ditadura portuguesa teve seu início com um golpe militar. Kenneth Maxwell (1995, p.34) afirma que, no início do século XX, as revoltas republicanas fizeram com que o

último monarca português, D. Manuel II, se exilasse na Inglaterra. Depois de muitas disputas políticas e da sucessão de governos fracassados, no final da segunda década, líderes militares portugueses decidiram substituir a recente república por uma ditadura. O nome do governante escolhido para essa façanha foi o do professor de economia António de Oliveira Salazar, que assumiu o controle absoluto a partir de 1930.

O plano de governo salazarista assemelhava-se, em muitos aspectos, ao regime fascista italiano, com a proibição imediata de greves e a instauração de uma atuante polícia secreta. A Guarda Republicana Nacional e a Polícia de Segurança Pública garantiam a censura, de acordo com Maxwell (1995, p.35), através de “seguranças uniformizados em todas as casas de espetáculo e outros lugares de reunião. Essas duas corporações esmagavam brutalmente os protestos públicos”. Cabe salientar que Salazar manteve o país totalmente sob o seu controle por mais de quarenta anos. As conseqüências de tal domínio foram o atraso nacional, a estagnação da industrialização e o isolamento das influências estrangeiras. Suas ações baseavam-se na população agrícola, na valorização da família e na autoridade paterna. Os portugueses não estavam isentos da opressão do regime e organizavam manifestações populares para expressar o descontentamento, reivindicando os direitos trabalhistas, a reforma agrária e o fim da censura.

Se, na década de 60, a situação já era difícil em Portugal, nas colônias, as guerrilhas nacionalistas africanas rebelaram-se ainda mais contra os portugueses, intensificando os conflitos armados: Angola, em 1961, Guiné, em 1962, e Moçambique, em 1964. Salazar ficou doente, entrando em estado de coma, e sendo substituído no governo por Marcello Caetano em 1970. Nessa mesma época, Spínola, comandante-chefe da Guiné, após analisar as condições do conflito, informou que a guerra estava perdida para o governo português e que a única alternativa lusa seria a negociação com os guerrilheiros. Entretanto, Caetano não admitia acordos; assim como Salazar, tinha aversão à descolonização, preferindo insistir na ilusão imperialista.

Kenneth Maxwell (1995) explica que uma saída encontrada por outras nações européias para enfraquecer o término dos impérios foi inventar um tipo de comunidade política, denominada *commonwealth*, fazendo com que as ex-colônias acreditassem que a organização político-social-econômica era nova, mas, na verdade, nada se alterava, apenas mantinha-se a velha ordem mascarada em um novo invólucro. Portugal não queria abrir mão formalmente de seu império e não percebia que, se por um lado, a perda dos territórios

africanos traria prejuízos exorbitantes, por outro lado, mantê-los sem mudanças sociais e econômicas na metrópole já não era mais possível.

Spínola resolveu proclamar as suas idéias publicamente, escrevendo *Portugal e o Futuro*, obra lançada em fevereiro de 1974. A crítica ao regime, feita pelo militar responsável pelas guerras na África e lida por milhares de portugueses, auxiliou a desestruturar a imagem do regime sólido e inabalável. Na madrugada do dia 16 de março, ocorreu a primeira manifestação contra o governo Salazar-Caetano, em que o Regimento de Infantaria executou uma marcha frustrada sobre Lisboa, facilmente neutralizada pelas forças governamentais. Essa tentativa seria repetida no mês seguinte, mas, dessa vez, com êxito, quando Otelo Saraiva de Carvalho decidiu projetar um plano aprimorado para derrubar o regime. Havia vários indícios de que esse sistema político estava com os dias contados, inclusive o governo conhecia todos os fatos que desencadearam a Revolução dos Cravos, entretanto, não pode contê-la. (KENNETH MAXWEL, 1995).

Manter a guerra colonial custou muito caro para a nação lusa. Os soldados eram mal-remunerados e não havia possibilidades de melhorias profissionais, pois os privilégios eram concedidos somente àqueles que possuíam os mais altos títulos. Os capitães, então, organizaram o Movimento das Forças Armadas (MFA), um grupo constituído por militares de opiniões divergentes, que tinha o objetivo comum de manifestar a insatisfação profissional e a oposição à continuidade da luta armada nas colônias. O plano executado foi derrubar a ditadura salazarista, através da parada temporária da capital do país e da tomada dos principais aeroportos, emissoras de rádio e prédios governamentais. A senha para o golpe foi transmitida pela Rádio Renascença, no início do dia 25 de Abril, com a música *Grândola Vila Morena*. Não houve praticamente nenhum tipo de resistência a este movimento pacífico, que recebe equivocadamente o nome de revolução.

Os militares pretendiam derrubar o regime fascista e organizar uma nova forma de governo, porém, diante de tantos ideais, não percebiam que nem todos eram facilmente executáveis. Kenneth Maxwell (1995) enumera diversas medidas presentes nos planos militares, como o término da polícia política, a realização de reuniões, a criação de associações, a anistia aos presos políticos, o fim de qualquer tipo de censura, a liberdade de expressão, a extinção dos tribunais especiais, a manutenção das carreiras dos oficiais das Forças Armadas, a criação de um governo provisório que garantisse a liberdade política e organizasse eleições democráticas para uma Assembléia Constituinte (a qual seria encarregada de redigir uma nova Constituição), a instituição de novas medidas econômicas

que reduzissem a inflação e diminuíssem o alto custo de vida português. Além disso, os militares previam o término da abordagem militar das guerras, na África, buscando soluções políticas, com o objetivo de alcançar a autonomia administrativa dos territórios africanos, através da participação das populações autóctones. Algumas dessas medidas foram concretizadas, outras não saíram do papel. Passado um período de transição, Portugal finalmente reconheceu que não havia mais como permanecer no continente africano. Contudo, a independência das ex-colônias não se deu de imediato, pois, com a descolonização, outra crise se instaurou: voltar-se a si mesmo.

### 2.3 HISTÓRIA, LITERATURA E IDENTIDADE

Diversos críticos afirmam que literatura e história podem ser associadas na reflexão sobre o passado. Edward Said (1995, p.23) alerta para o equívoco de tentar isolar a literatura da história e da sociedade. As três, se associadas, permitem uma análise global dos fatos, visto que “a cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica”. Da mesma forma, Maria de Lourdes Netto Simões (1999) afirma que o diálogo estabelecido entre literatura e história promove a reflexão sobre os fatos, que podem ser analisados sob um novo ângulo, panorâmico, gerando uma visualização mais abrangente das causas e das conseqüências desse processo:

Ao trazer o passado a este presente, outro tipo de relação com o passado se constrói. A sua presentificação é forma de aprofundamento e, principalmente, forma de questionamento do presente. [...] Não parece se tratar de recuperar um passado petrificado, mas de resgatar outros focos vivenciados por heróis e anti-heróis, protagonistas daquele então. Daqueles que, passados 25 anos, têm guardado na memória sentimentos e experiências. A revisitação justifica-se até para explicar um presente que traz ressonâncias de vivências, de silêncios, de falas ensurdecidas, de gestos não completados... (SIMÕES, 1999, p.37)

O poder da literatura não era ignorado pelos portugueses, pois a censura é estabelecida concomitantemente às primeiras manifestações de denúncia já no começo do século XX. Com o início da luta armada pela libertação das colônias, a atividade literária passou a ser ainda mais vigiada, aumentando a punição aos escritores militantes através da prisão e do exílio.

A partir do momento em que o conflito entre dominadores e dominados ganha maior visibilidade, as lutas e os interesses da periferia passam a ser analisados, não sendo mais sufocados pelos padrões modernos do centro europeu. A reflexão entre centro e periferia dá origem ao pensamento pós-colonial. Essa nova consciência questiona o colonialismo, o imperialismo e o nacionalismo, analisa valores e culturas não-ocidentais anteriormente marginalizados, reflete sobre contradições e ambivalências desse choque cultural. Na área da literatura, os principais teóricos que estudam tal processo de dar voz às margens são Homi Bhabha, Edward Said e Stuart Hall. As teorias pós-coloniais surgem pela necessidade de acabar com a visão exclusiva e excludente dos padrões culturais etnocêntricos europeus, buscando especificidades das ex-colônias anteriores à chegada do colonizador. Fanon (*apud* Said, 1995) já alertava para o fato de que um nacionalismo exagerado apenas mascarava a diferença, pois, dessa forma, os velhos conflitos regionais se repetiam, e novas hierarquias eram reorganizadas. Como explica Homi Bhabha (1988), foram os “entre-lugares”, ou seja, os interstícios entre as duas culturas em confronto que permitiram a resistência africana e a consolidação de uma identidade através da negociação.

Não se pode esquecer que a proposta de produção das obras da Coleção *Caminhos de Abril* é recordar a Revolução dos Cravos após um quarto de século. Portanto, os autores tinham uma meta específica: comemorar um fato histórico. Celebrar uma data é lembrá-la com o objetivo de não ser esquecida; assim, cada escritor pôde selecionar quais fatos deveriam ser contemplados e quais seriam silenciados. Carlos Brito escolheu uma forma mais simplificada de narrar o evento, limitando-se ao contexto imediato do fato, sem relacioná-lo a uma esfera mais ampla, seja europeia ou intercontinental, pois, em nenhum momento, ele diferencia a realidade portuguesa daquela do restante do continente e também não menciona as colônias lusas. Por outro lado, Germano Almeida e Mia Couto ampliam o cenário analisado e contemplam um número maior de elementos relacionados à constituição da identidade cabo-verdiana e moçambicana, em oposição ao regime de exploração a que as colônias eram submetidas.

Em nenhum momento, podemos ignorar que a identidade portuguesa, enquanto nação colonizadora e imperialista opõe-se diretamente aos povos por ela dominados, desconstituídos de suas características peculiares anteriores à sua chegada. E, por isso, optamos por analisar as obras, refletindo sobre as idéias de Homi Bhabha, Stuart Hall e Edward Said nessa interação entre as culturas. Também não se pode esquecer que o imperialismo português desenvolveu características muito particulares, relacionadas à visão

que o povo luso possui sobre si mesmo. Essa perspectiva será analisada, detalhadamente, no próximo capítulo deste trabalho, em que, para refletir sobre a constituição problemática da identidade lusa, recorreremos aos estudos de Margarida Calafate Ribeiro, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço, entre outros.

A descolonização da África portuguesa foi um processo marcado pela violência, que se relaciona ao desejo africano de uma reversão da história, pela redução da figura do colonizador e pela ampliação da do colonizado. Dessa forma, o pós-colonialismo pretende questionar as “verdades históricas” que mitificam a colonização, mostrando que esta não precisa ser vista como uma “narrativa mestra”, pois, conforme Padilha (2002, p.20), está repleta de “[...] fissuras, rasuras contradições de um tipo de saber anterior que não tem mais como sustentar-se depois que se chegou a tantos limites e que se reconhece a força das fronteiras, dos contatos e das margens [...]”. É o conflito que gera essa nova visão que já não percebe apenas uma das partes envolvidas.

### 3 A ESPERANÇA LUSA

Bandeira negra da fome.  
Em mãos famintas erguidas  
Guiando os passos guiando  
Nos olhos livres voando  
Inquieta e livre luzindo  
Luzindo a negra bandeira  
Clara bandeira da fome.

Mãos erguidas  
Em força, duras, erguidas  
Pés marcando a revolta  
O povo marcha na rua.

(Trecho da música *Grândola, Vila Morena*).

*Vale a pena ter esperança*<sup>2</sup> apresenta o 25 de abril visto por um militante português envolvido nas manifestações políticas da época. O narrador onisciente, que escreve em terceira pessoa, conhece as ações, os planos e os pensamentos mais íntimos do protagonista, apresentando os fatos a partir das dificuldades vivenciadas por ele. A história apresenta a trajetória desse grevista que é perseguido pela polícia secreta, porém, em nenhum momento da narrativa, é identificado o nome da personagem, que se autodenomina “o acossado”. Da mesma forma, as demais personagens não possuem nome, são identificadas apenas pela relação que estabelecem com o protagonista, denominadas de “o irmão”, “o amigo”, “a mulher”, ou através da relação que estabelecem entre si (“a mulher” e “o irmão” tratam-se por “cunhados”). Esse recurso estilístico de despersonalização sugere a possibilidade de a história narrada ter acontecido com qualquer português que se encontrasse nesse contexto sociopolítico de luta contra o regime.

Devido à simplicidade de sua organização, a narrativa possui características que a aproximam de uma novela. Utilizamos aqui a definição de Massaud Moisés (1978), que explica brevemente esse gênero literário como sendo uma narrativa curta, que exhibe uma série de unidades dramáticas encadeadas na estrutura de início, meio e fim. *Vale a pena ter esperança* expõe os fatos vividos pela personagem principal, em um curto espaço de tempo, através de uma sucessividade quase linear, interrompida apenas por algumas breves lembranças de um passado não muito distante. Os acontecimentos giram em torno do

---

<sup>2</sup> *Vale a pena ter esperança*, do escritor Carlos Brito será identificado, a partir desta citação, como VPTE.

problema central, ou seja, o protagonista busca desvencilhar-se da perseguição policial, tentando encontrar a melhor solução para o impasse. O autor não se detém muito em descrições e análises, faz um relato mais objetivo, composto por ações e pensamentos, sem se deter em observações psicológicas ou morais, impondo um ritmo fluente. Em *Vale a pena ter esperança*, prevalecem as lembranças do protagonista durante a sua semana de fuga, rememorando ações recentes. As personagens também são um tanto quanto tipificadas, estereótipos daquele contexto, sem apresentar uma maior complexidade de comportamento refletida em suas ações. O protagonista age conforme o esperado: angustiado com a decisão a ser tomada, aceita sem relutância o seu destino de clandestino como algo previamente traçado, difícil de ser mudado. A “surpresa” do desenlace ocorre em função dos eventos históricos e não devido a uma mudança de comportamento das personagens.

Talvez por isso a história seja mais pontual da que as demais analisadas, limitando-se a um cenário que antecede, imediatamente, a Revolução dos Cravos, seguido de seu desfecho, o qual ocorre assim que esse feito se realiza. O autor conclui a obra com a esperança de um futuro melhor. Entretanto, tal expectativa é, de certa maneira, ambígua, visto que Carlos Brito escreve essa história um quarto de século após o fim da ditadura, consciente de que o episódio gerou algumas transformações, mas nem tantas quanto eram esperadas. O protagonista é surpreendido pela mudança, mas não expressa a euforia da transformação, como se ficasse subentendido a consciência de que a revolução não promoveu uma ruptura tão significativa: “*Pois é, mulher. Vale a pena ter esperança!*”, pronunciou ele, entre contente e envergonhado, sobretudo surpreendido com tão espontânea conclusão” (VPTE, 1999, p.55). O já não mais acochado percebe-se alegre, mas ao mesmo tempo confuso, como os próprios portugueses, assaltados pela surpresa repentina de uma revolução executada, às pressas, por alguns jovens oficiais indecisos e com ideais divergentes.

*Vale a pena ter esperança* apresenta a insatisfação de alguns portugueses contrários ao sistema político vigente, descontentes com a situação econômica, política e social do país. Apesar de a repressão imposta pelo regime salazarista, havia a reivindicação de melhores condições de trabalho, distribuição de renda, de terras, além do término da censura, através de “greves nas indústrias e nos campos, reuniões sindicais, manifestações de estudantes, agitação nos quartéis [...]” (VPTE, 1999, p.13). O protagonista estava envolvido diretamente nessas manifestações e convencia os colegas do escritório a lutarem contra essa exploração. Assim como seu amigo, sua história como militante era antiga e evidencia a durabilidade desse sistema:



[...] cresceram sob a influência cultural e política do movimento operário da corda de Vila Franca e das lutas camponesas dos campos de Alpiarça e do Couço, em que até tinham participado. Fizeram juntos a militância cultural nas coletividades da terra e nos movimentos da juventude antifascista. Tinha sido ainda este amigo que o puxara para o Partido quando voltou da guerra. (VPTE, 1999, p.22)

O “Partido” referido é o Partido Comunista Português (PCP), formado no início da década de 20, que lutava pelo fim do regime e pelo término da exploração econômica, combatia a repressão e reivindicava liberdade e democracia. O PCP liderava os comitês sindicais, mas havia também outros partidos que lutavam pelos mesmos ideais, tendo como principal opositor o Movimento Reorganizador do Partido do Proletariado (MRPP), apresentado na obra de Germano Almeida como de extrema esquerda. Esse último costumava agir de forma mais agressiva, invadindo residências vazias e ocupando-as, bem como pichando muros.

O conflito do protagonista inicia quando policiais invadem sua casa e dominam sua família. A personagem percebe a necessidade de se esconder para não ser capturado, porém não sabe para onde ir. Se voltasse para casa, seria preso; mas não tinha certeza de que fugir seria a melhor alternativa, pois tem medo do futuro e compreende a impossibilidade de desvencilhar-se do passado. Conforme VPTE (1999, p.26), “sabe-se que se parte, não se sabe se algum dia se volta”. Se optasse por ficar, tinha ciência de que as punições àqueles que discordavam do regime (e também àqueles que compactuavam com esse tipo de posicionamento) não eram amenas:

Foi nesta altura que o visado começou a ter plena consciência de que ou se entregava à prisão, sacrificando uns anos de liberdade e sujeitando-se à tortura e a toda a espécie de violências, ou a sua vida teria que passar por uma profunda ruptura, se fosse capaz de se agüentar em liberdade (VPTE, 1999 p.26).

O “acossado” deposita suas esperanças nas orientações de seus contatos partidários, entretanto não consegue auxílio, pois todos temiam comprometer-se. A cena da invasão da casa do protagonista evidencia o comportamento violento dos policiais que permaneceram lá por um dia inteiro, tomando a esposa e o filho como reféns. Além disso, o mais velho deles ameaçava: “*Vamos lá ver se não temos que usar outros meios!*”, e esfregava as mãos para não haver dúvidas do que queria significar” (VPTE, 1999, p.34). Os agentes já haviam procurado pistas pela casa inteira, sem encontrar nenhum indício comprometedor, com exceção de um exemplar do jornal do PCP:

Vasculhavam gavetas, mesmo as da roupa íntima, dela e dele. Sacudiam os livros da estante para ver se tinham papéis dentro. Vasculharam por baixo da cama e dos móveis. Nem respeitaram o quarto do miúdo, que espreitava assustado ao ver os seus brinquedos maltratados pelas manzorras daqueles matulões. Cantaram vitória quando descobriram um exemplar do *Avante!* na mesa-de-cabeceira dele (VPTE, 1999, p.40).

Impacientes e agressivos com o fracasso da operação, os policiais passaram a desrespeitar a mulher: “A senhora afinal está feita com ele. Tem estado para aqui a enganar-nos, para lhe dar tempo de fugir para longe. Mas olhe que nós sabemos o tratamento que damos às putas” (VPTE, 1999, p.41). E, a partir de então, os insultos e provocações só pioraram, como podemos ver em: “Ó chefe, não chame isso à senhora. Eu cá acho que ela é uma grande cabrona. O gajo está por aí a foder com outra e ela feita parva a defendê-lo. [...] A gaja é boa. O chefe, deixa-me dormir com ela esta noite? Que dizes, pequena? Apetece-te, não é?” (*Idem*). As provocações e as ameaças continuaram durante todo o tempo em que permaneceram lá e a esposa mal tinha como se defender. Como não havia nenhuma pista que os levasse ao acusado, os policiais acabaram, por fim, abandonando o local. Contudo, a situação pela qual a família passara fora tão humilhante que a esposa resolveu mandar o filho para a casa dos avós para se recuperar das lamentáveis cenas que presenciara.

Enquanto isso, o protagonista continuava a buscar apoio dos amigos engajados. Decidiu procurar um antigo colega da luta armada em Angola. Nesse trecho, o narrador delinea superficialmente a difícil realidade da guerra colonial, em que muitos morriam e os que sobreviviam ficavam marcados pelos horrores que lá passaram, como o amigo que se encontrava “magro, envelhecido e muito mais maluco do que quando regressara de África” (VPTE, 1999, p.30). Se a luta na África não era fácil, o retorno à pátria também não garantia melhorias, como mostra a trajetória desse colega que “[...] tinha caído num completo desespero por não arranjar emprego” (VPTE, 1999, p.30).

Nem o protagonista nem a esposa acreditavam na possibilidade do fim de um regime que já perdurava quase meio século. Os companheiros desaconselhavam a fuga, argumentavam que a luta era em Portugal. Propuseram-lhe que passasse à ilegalidade, mas “ele confessou que, no estado de desequilíbrio emocional em que voltara da guerra em Angola, não era capaz de suportar a vida clandestina” (VPTE 1999, p.10-11). Lembrava também do irmão que estivera envolvido na Campanha de Delgado e desperdiçou a possibilidade de fugir: acabou preso muitos anos na prisão do Forte na cidade de Peniche,

sofrendo inclusive violência física. A sua desilusão e auto-piedade fazem com que volte a se denominar “o acochado à beira do abismo”.

O episódio citado sobre a Campanha de Delgado diz respeito a um evento ocorrido seis anos antes da Revolução dos Cravos, evidenciando que a busca por alternativas para romper com o salazarismo não eram algo recente. Humberto Delgado da Silva (1916-1965) foi o militar que se candidatou pela oposição à presidência da República em 1958. No início de sua carreira militar, era um devoto salazarista, mas, com o passar do tempo, começou a admirar os modelos democráticos e a lutar pela libertação da pátria. Houve controvérsias sobre a apuração das urnas desse ano, pois não foi concedido à oposição o direito de fiscalizar as mesas de voto, cujo resultado contabilizava a Delgado apenas uma quarta parte dos mesmos. Apesar de não ser eleito, o candidato manteve uma série de atitudes contra o regime e, no mês de junho daquele ano, organizou uma grande greve em protesto contra a chamada “burla eleitora”, que durou oito dias, sendo contida pela Guarda Nacional Republicana (GNR), que deteve muitos manifestantes. Por optar por uma narrativa rápida, Carlos Brito apenas citou acontecimentos importantes que fizeram parte desse complexo jogo de dominação, resistência, opressão, reivindicação e punição, presentes na sociedade portuguesa.

Decidido a sair do país como a única alternativa, o protagonista conseguiu, por fim, o auxílio de alguns companheiros, que o ajudaram a preparar a fuga. Foi para Mina de São Domingos, de onde seria conduzido à fronteira francesa. No caminho, passaram pela terra de Catarina Efigénia Sabino Eufémia, uma jovem ceifeira portuguesa de 26 anos, assassinada a tiros, em 1954, pela GNR, durante uma greve do proletariado rural alentejano. Era uma mulher comum: analfabeta como a maioria das trabalhadoras da época, mãe de três filhos, que carregava no colo o mais novo no momento de sua morte. Essa história tornou-se um ícone da resistência ao salazarismo e eternizou-se através de vários poemas e de uma música de Zeca Afonso, que é citada na obra. O protagonista

[...] tinha lido um folheto escrito à máquina, com a história da morte de Catarina.  
[...] O condutor com aquela voz pausada assegurava que Catarina era uma bandeira, mas a luta continuava todos os dias. Mesmo naquela altura havia luta e greves, apesar da grande repressão. A Guarda Nacional Republicana actuava como se fosse uma força de ocupação. As herdades estavam cercadas de arame farpado [...] (VPTE, 1999, p.17)

O trecho escolhido mostra que, assim como nas colônias, em Portugal, as informações também circulavam através da clandestinidade dos papéis passados por várias mãos. Carlos Brito optou por dar maior visibilidade a fatos simples do cotidiano que

expressam a realidade injusta e violenta da época, fatos esses vividos pelo português comum, mostrando a Revolução dos Cravos através de uma perspectiva periférica.

O autor buscou evidenciar na fuga do protagonista que o atravessamento de pessoas tornara-se um negócio rentável, permitindo que o passador mantivesse um padrão de vida alto se comparado com as residências vizinhas. Carlos Brito ressalta alguns contrastes na composição da sociedade rural portuguesa: a história de uma assalariada morta por reivindicar melhores condições de sobrevivência à classe trabalhadora, como a reforma agrária, a redução do horário de trabalho e o aumento de salários contrapõem-se aos quilômetros de campos aramados, mostrando que muitos possuem muito pouco, ao passo que poucos possuíam longas extensões de terra. A exploração do trabalho rural alicerça a imagem de um Alentejo latifundiário, como a descrição das redondezas da casa do atravessador salienta:

[...] E esta não era nada pequena. Não se parecia com as casas dos mineiros, como explicara ‘o professor’ quando chegaram: ‘Isto é a casa de um comerciante do ‘pago’ [mercado antigo], as dos mineiros só tinham uma divisão, e sem janela, mesmo que fossem para famílias de seis ou sete pessoas. Eram os ‘quartéis’, que amanhã quando saírem o nosso amigo lhe vai indicar. O diretor inglês da empresa exploradora, esse vivia numa grande mansão, a que até chamavam o palácio, e os engenheiros estrangeiros em boas moradias. (VPTE, 1999, p.18)

A citação acima explica que os “quartéis” eram pequenas casas que a companhia inglesa construía para os mineiros portugueses viverem com as famílias. Eram bem diferentes da residência do passador, ampla e repleta de antiga mobília alentejana.

Durante o desjejum, o passador informou-lhe que algo estava acontecendo na capital. Um comunicado da tropa, pelo rádio, falava em “posto de comando das Forças Armadas”, que pedia o auxílio de médicos para os hospitais e solicitava que as pessoas permanecessem em casa para evitar possíveis tumultos. A programação seguia tocando apenas marchas militares e o protagonista deduziu que este era um indício de que a guerra, na África, seria intensificada. No carro, rumo à fronteira, seguiu escutando o rádio, até que o locutor anunciou o seguinte comunicado:

Informa-se o País que as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do Regime que há longo tempo o domina.

Nos seus comunicados, as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais e paramilitares com o objetivo de evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se evitará responder decidida e implacavelmente a qualquer oposição que se venha a manifestar. Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá a sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e recolha às suas residências. Viva Portugal! (VPTE, 1999, p.52).

Ele entendeu que esse movimento era contra a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), mas não interrompeu a sua viagem. Em geral, tanto a GNR quanto a PSP se encarregavam da manutenção da ordem e da proteção da propriedade pública e privada, sendo que a primeira atuava, principalmente, nas zonas rurais, enquanto que a segunda, nas urbanas. Tanto essas instituições como a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e a Direção Geral de Segurança (DGS)<sup>3</sup> cometiam excessos para o cumprimento das normas do regime salazarista, como coerção, abuso de poder, situações exemplificadas em vários trechos da obra analisada. “Na rádio, as marchas militares foram substituídas por canções de contestação, primeiro de Zeca Afonso, depois de Adriano” (VPTE, 1999, p.52). Só então o protagonista percebeu que era um movimento contrário à ditadura. Decidiu mudar seu caminho e voltar a Beja: “Não vou fugir do país quando o fascismo está a ser derrubado. Até parece que fugia da revolução. Agora são os outros que vão fugir” (VPTE, 1999, p.52). A obra termina no exato momento em que a Revolução dos Cravos é executada. Não havia pessoas na rua, pois todos estavam atentos aos comunicados do MFA no rádio. Quando o protagonista ligou para sua esposa, esta lhe informou que a capital estava repleta de soldados, a cercar a sede do governo e que o povo começava a dirigir-se para lá. Então, o protagonista esboça a esperança, um pouco receosa, de que poderá ter uma vida melhor na sua própria pátria.

Por tudo que foi exposto da obra até o presente momento, percebemos que essa narrativa se assemelha à tradição do romance realista do século XIX, baseado na generalidade. É como se, numa estrutura de novela, conforme especificado anteriormente, os núcleos de ação se relacionassem com o percurso errante do protagonista, considerado como síntese de parcela do povo português. Tomado de surpresa, ainda que estivesse intensamente envolvido com as questões políticas, ele ignora o processo revolucionário em curso, sendo dominado pelos fatos históricos. Sintomaticamente, sua trajetória termina em aberto, metáfora da incerteza sobre o futuro que o autor, anos depois, vê repetir-se. Nada é especificado sobre o futuro das personagens ou dos portugueses em geral, nenhuma expectativa, nenhuma realização posterior, como se o autor focasse a esperança daquele momento, que também adquire um caráter de pendência.

---

<sup>3</sup> A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) existiu em Portugal entre 1945 e 1969, com o papel de reprimir qualquer tipo de oposição ao Estado Novo. Em 1969, a PIDE foi substituída pela Direção Geral de Segurança (DGS), mas a troca foi essencialmente de nome, não de função política.

A trajetória do protagonista assemelha-se, em parte, à própria caminhada do autor. Carlos Brito trabalha atualmente como desenhista de imprensa, no entanto, esteve diretamente envolvido com a resistência durante o Estado Novo. Nascido em Moçambique, mudou-se para Lisboa antes da juventude. Em 1963, fora para Paris por questões políticas: o desejo de não cumprir o serviço militar em África se somou a uma denúncia à PIDE de sua participação no PCP. Lá, ele conquistou sua liberdade através de muito esforço, num cotidiano de dez horas de trabalho. Formou-se em Sociologia pela Universidade de Vincennes e regressou a Portugal em julho de 1974, a tempo de acompanhar a construção das mudanças lusas, trabalhando, inclusive, na Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS.

Entre 1976 e 1991, Carlos Brito exerceu o mandato de deputado pelo PCP. Sua participação política continuou entre os anos de 1992 e 1998 como diretor do *Avante!*. Sua estréia como escritor ocorreu em 1986 e, desde então, publicou obras sobre os mais variados assuntos, desde perspectivas sobre gestão escolar (*Gestão escolar participada*, 1994), poesias com um tom de esperança e contestação (*Voz ocasional*, 1997), um romance sobre a visão política de esquerda (*A páginas tantas*, 2000), até relatos sobre experiências históricas, reflexões de caráter metafísico (*Águas do meu contar*, 2002) e discussões ambientais (*Planta Verde*, 2001). Edmilson Sanches (2007) enfoca a simplicidade e a objetividade da escrita do autor, que, “sem preocupações estéticas ou rebuscamentos literários”, escreve em prosa e em verso sobre as percepções, emoções e vivências humanas.

A escrita de *Vale a pena ter esperança* ocorreu por um motivo artificial, ou seja, ela foi motivada pela importância da reflexão sobre um assunto então ainda tão pouco debatido e, de certa forma, polêmico devido às mudanças causadas na sociedade portuguesa como um todo. Comemorar os 25 anos da Revolução dos Cravos significava questionar a sua importância, analisar as suas conseqüências, benefícios ou desvantagens. Carlos Brito escolheu uma forma realista, simples, de rápida leitura e compreensão, mas que, mesmo assim, leva a refletir sobre o posicionamento da literatura portuguesa enquanto expressão dessa realidade tão complexa.

*Vale a pena ter esperança*, escrita no final do século XX, retoma o contexto do Estado Novo, resgatando algumas características da literatura daquela época. Durante o regime salazarista (1928-1974), há um contexto mundial de progressiva industrialização das sociedades ocidentais e o surgimento dos conflitos de classe. Nessa época de repressão, a literatura portuguesa exerceu uma função de denúncia, adquirindo, inclusive, um caráter panfletário ao representar a realidade. Ao receber influência de uma produção literária

socialmente empenhada, desenvolvida nos Estados Unidos e no Brasil, iniciou-se o movimento neo-realista em 1940. Esse movimento tinha por objetivo veicular informações censuradas na imprensa e expressar uma forma de resistência, através da representação dos interesses das massas e da denúncia das injustiças sociais.

Em 1940, Alves Redol publicou o primeiro romance neo-realista, intitulado *Gaibéus*, propondo a humanização da arte. O autor definiu sua obra como um romance documental a serviço da realidade e escolheu como herói a massa anônima de colhedores de arroz. O neo-realismo propunha, assim, uma atitude do artista perante o mundo que vivenciava, tentando promover o homem humilhado através da denúncia da realidade que o aliena e propondo uma transformação social motivada pela obra literária. A alienação significava a perda das condições mínimas para manter uma vida digna, seja social, política ou psicologicamente e, somente com a conscientização sobre o seu processo, seria possível superá-la. A literatura portuguesa, durante o regime, representou o desejo de lutar contra as adversidades a que as classes populares eram submetidas. *Vale a pena ter esperança* mantém esse caráter de denúncia, sem, contudo, o mesmo tom engajado e panfletário, visto que o mesmo já havia diminuído dentro do próprio Neo-Realismo da década de 60. A obra de Carlos Brito evidencia a esperança de um futuro diferente, que realmente se concretizou, mas não em todos os aspectos idealizados. A forma realista contrasta com a incerteza do percurso do protagonista, como uma metáfora da situação do país no momento da Revolução.

Foi necessário um período de silenciamento e reflexão para que a produção literária portuguesa pudesse expor as perdas advindas do fim do colonialismo e os atrasos causados pelo regime totalitário, enfim, até que pudesse enfrentar, compreender e escrever sobre essa nova realidade. Por algum tempo, as idéias manifestavam predominantemente uma espécie de aceitação ingênua deste fato, sem reflexões ou questionamentos. Como explica Eduardo Lourenço (1994), era preferível esconder essa perda na recordação ilusória de um passado glorioso por tantas vezes divulgado, enganar-se com a falsa verdade de um governo forte, o qual manteve, desumanamente, treze anos de guerra colonial. A ilusão também podia ser, instantaneamente, substituída pelo sonho de um futuro diferente, de um país capaz de equiparar-se, novamente, às potências europeias e ser reconhecido como tal num simples passe de mágica.

O imperialismo, assim como o final deste, relaciona-se diretamente a uma questão muito importante na cultura portuguesa: a constituição da identidade lusa. Como Laura Padilha (2002, p.16) esclarece: “[...] Tudo está muito próximo de nós, para que possamos

esquecer e, também, para que tenhamos necessidade de lembrar”. Calafate e Ferreira (2003) evidenciam que os impérios representam ficções de uma nação que busca a universalidade. Portugal também almejava ultrapassar os seus limites costeiros quando iniciou a construção do seu império, maximizando o sentimento de tornar-se uma grande nação. O Estado Novo potencializou essa idéia do grande poderio luso, pois, como afirma Said (1995, p.42) “[...] o empreendimento imperial depende da *idéia de possuir um império*”. Entretanto, com a descolonização, houve a urgência do regresso português à sua terra, aceitando o término do império, cujo fim precisava ser analisado e discutido para poder ser compreendido e superado.

Eduardo Lourenço (1994, p.9) define identidade como pressuposto, algo que une o passado, o presente e o futuro, numa constante “construção e invenção de si”. O crítico considera que “a questão de identidade é permanente e se confunde com a da sua mera existência, a qual não é nunca um puro dado, adquirido de uma vez por todas, mas o acto de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projecto de ser aquilo que se é”. Portugal tinha o seu projeto de existência bem definido desde o século XVI: estabelecer um sólido reinado, ampliando o seu poder pelo globo terrestre afora.

Stuart Hall (2003), por sua vez, explica que a identidade cultural é construída através do jogo entre o núcleo imutável e atemporal da tradição, que envolve os mitos, o imaginário e uma projeção do futuro. Entretanto, conforme Eduardo Lourenço (1994), isso não ocorria com Portugal, que estava preso às lembranças de uma história que não voltaria mais, o que interferia na reflexão sobre a atualidade. O crítico percebe Portugal em um conflito existencial, ou seja, confuso entre a lembrança das glórias do passado das grandes navegações e o desejo de progredir em direção à modernidade.

Eduardo Lourenço (1997, p.18) percebe que a idéia da construção e da manutenção de um poderoso império mexeu com a visão da própria imagem portuguesa: “[...] É que o mistério de nossa identidade, da nossa permanência e continuidade ao longo dos séculos está precisamente relacionado com a nossa pequenez e com a vontade de separação do resto da Ibéria que conferiu ao povo português um outro destino”.

Segundo o próprio Lourenço (1994), identidade é tudo aquilo que caracteriza uma pessoa, um grupo e até mesmo uma nação, que evidencia características peculiares, as que aproximam sujeitos semelhantes e distanciam de outros, distintos. É nesse jogo de diferenças que a identidade é construída: através da alteridade, da comparação, da interação, configurando, portanto, um processo que se define a partir de relações múltiplas. Dessa



forma, a identidade portuguesa se estabelece na interação dentro e fora do continente europeu. Ela envolve também a capacidade de colocar-se no lugar do outro, mas não de ocupar esse lugar, ainda que o deseje. Esta identificação no contexto colonial é ambivalente, pois não é constituída pelo colonizador, nem pelo colonizado, mas pelo espaço que existe entre os dois, em que não há uma identidade pré-existente, definida de antemão, e sim um posicionamento que o sujeito exerce continuamente numa relação diferencial com o outro.

Alguns críticos acreditam que o português é um ser contraditório em si, que precisa associar todas as suas faces desconexas, somadas às características alheias, para atingir a totalidade de sua identidade. Portugal lançou-se ao mar visando à expansão de seu território, à ampliação de seu comércio, ao aumento de poder e de riqueza. Porém, ao ampliar os seus horizontes e estabelecer um império ultramarino, acabou por descentralizar-se. É o que Miguel Real (1998) denomina de “vazio próprio”, que seria satisfeito ou preenchido apenas com o que está fora, seja esse o encontro com o outro ou o regresso ao passado. José Fernandes Fafe (1993) declara que o português é um especialista na arte da alteridade, pois consegue colocar-se no lugar do outro com significativa facilidade. Na busca dessa aproximação para atraí-lo a si, acaba despersonalizando-se, pois o seu cosmopolitismo gera uma crise de identidade. Eduardo Lourenço (1997) concorda que a expansão pelo mundo trouxe uma nova imagem de si mesmo a Portugal, a qual nem sempre foi facilmente compreendida:

[...] Sem mudar de corpo, difundimo-nos através de terras e continentes construindo uma segunda dimensão, a dimensão imperial do século XVI, espaço de comércio de poderio, de evangelização e de cultura, ao mesmo tempo real e fabuloso, pela desproporção entre o que nós éramos com a potência europeia e a vastidão desse novo espaço (LOURENÇO, 1997, p.18).

Gruzinski (2001) afirma que todas as culturas são híbridas, pois o fenômeno da mestiçagem é algo incontestável, um processo banal e complexo, pois envolve a interpenetração, as combinações e as justaposições culturais. O crítico usa o termo mestiçagem para se referir às misturas entre seres humanos, seus imaginários, suas formas de vida. Essa interação com o outro nem sempre ocorreu de forma pacífica, transformando-se, muitas vezes em combates, que jamais seriam ganhos, sendo constantemente recomeçados, como ocorre com o colonialismo.

Dessa forma, é impossível esquecer que, por trás dessa imagem do português cosmopolita em busca do outro, esconde-se o egoísmo da realização de privilégios individuais

sempre presente na figura do colonizador. A história evidencia que essa interação com os demais povos geralmente não foi pacífica e buscava apenas o benefício próprio, já que não existe colonialismo “bom”. Portugal edificou a supressão forçada da diferença cultural, subjuguou povos e impediu a prática de suas culturas através da obstrução dos costumes, das línguas, das tradições e da imposição de sua hegemonia cultural. Said (1995, p.89) explica que “[...] havia praticamente uma unanimidade de que as raças submetidas devem ser governadas, que elas *são* raças submetidas, que apenas uma raça merece e tem conquistado sistematicamente o direito de ser considerada a raça cuja principal missão é se expandir além de seu próprio domínio”.

Boaventura Santos (1999) percebe a questão da identidade portuguesa sob uma outra perspectiva, afirmando que a existência de uma identidade pressupõe uma homogeneidade interna, que se relaciona com a heterogeneidade exterior e, no caso português, nenhum desses processos ocorre, instaurando-se assim a dificuldade de diferenciar-se de outras culturas nacionais, passando de uma esfera local diretamente à outra transnacional, sem passar pelo âmbito nacional. Essa multiplicação de localismos geraria a falsa ilusão de haver um cosmopolitismo, que tenta encobrir uma profunda crise interior.

Portugal era o país europeu menos desenvolvido e estava desintegrado do sistema do seu continente, e foi buscar em outros lugares a identificação que não encontrava ali. Eduardo Lourenço (1994, p.9) define essa relação: “A Europa é ao mesmo tempo o modelo a imitar e o nosso desespero pela distância que dela nos separa.” Portugal queria acreditar que a relação estabelecida com os vizinhos era de “interdependência”, mas, na verdade, só lhe restava a dependência política, econômica e tecnológica.

Entretanto, como todo colonizador, diante de suas colônias, podia adquirir uma nova postura: a de detentor do conhecimento, da religião e do poder econômico e político. E isso exaltava a sua auto-imagem, assumindo sua autoridade. Atrás da máscara de propagação do progresso histórico, da função civilizadora de evangelização e democracia, escondia-se a violência aos povos que eram destituídos de sua condição humana, tratados como simples peças de um tabuleiro cujo único objetivo era o poder. Este cenário apresenta a ideologia etnocêntrica que tentava conter as trocas para não macular sua cultura, tida como mais valiosa. Por isso, a importância de manter a estrutura social africana tão estratificada, reprimindo qualquer tipo de contato que transgredisse os limites do poder e desejando, inutilmente, separar o que Said classifica como “eles” e “nós”. Assim como o discurso do colonizado não é puro, o do colonizador também não o é, pois está marcado pela consciência

da presença do outro. Cada pólo tenta reprimir o outro, pois é muito difícil aceitar que “o outro” esteja dentro de “mim”, então preciso negá-lo, pois ele afeta o alicerce da minha constituição.

Boaventura Santos (1999) ressalta que a identidade cultural é um conceito flexível, mutável, resultado de um processo fugaz de identificação, que se constrói através de um jogo de negociação de sentidos baseado na diferença. O autor coloca Portugal num posicionamento intermediário entre a Europa e suas colônias, com exceção de algumas décadas dos séculos XV e XVI, pois, no restante do tempo, assumiu o papel de um país semiperiférico, atuando como um simples elo de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação, unindo as duas pontas da corrente. A essa função denomina de *semiperiferia*, que era a periferia de seu continente, mas o centro de seu império. O sociólogo evidencia que tal posição semiperiférica influenciava a cultura portuguesa, visto que ela também se constituiu num contexto de fronteira, pois estava próxima demais das colônias para enxergar-se como europeia, mas também, ao mesmo tempo, distante demais da Europa para ser colonizador. A partir desse raciocínio, Santos afirma que Portugal não possui um conteúdo cultural, apenas a forma, e que esta é uma zona híbrida e fronteiriça.

Em Portugal, é constante a reflexão sobre o passado, como mostram os diversos romances históricos. No entanto, por vezes, esta reflexão foi envolta por essa bruma mítica de auto-imagem idealizada que vem sendo analisada neste capítulo. Eduardo Lourenço (1994) afirma que a nação lusa jamais teve qualquer problema de identidade, mas sim de superidentidade, pois, ao invés de trabalhar as suas frustrações, admitindo seu papel de exclusão e marginalidade diante do restante da Europa, preferia poetizar a sua função, denominando-se “o jardim da Europa à beira-mar plantado” (LOURENÇO, 1997, p.20), tentando esquecer que se mantinha um país agrário e modesto, enquanto o restante do continente modernizava-se e distanciava-se, cada vez mais, de sua precária realidade.

Na obra de Carlos Brito, não aparecem elementos recorrentes de uma literatura portuguesa contemporânea capazes de refletir sobre os traumas, os lutos, os ressentimentos, além de apresentar a melancolia e o traumatismo nacional. Lobo Antunes, José Saramago, Helder Macedo e Lídia Jorge são exemplos de escritores atuais que apresentam tal abordagem do passado. Nesses autores, podemos perceber, claramente, a crítica à guerra colonial, o questionamento da memória nacional e da história mais atual, a análise do fim do Estado Novo, da conquista da democracia e das mudanças políticas, sem mitificar mais a história, mas questioná-la, desestruturá-la para ressignificá-la. Contudo, à sua maneira, Brito apresenta,

na aludida simplicidade da linguagem e na ambivalente atitude do protagonista, um questionamento que se constrói nas entrelinhas, no contraste de uma história tão complexa analisada em uma narrativa tão simples. A literatura portuguesa segue o seu propósito instituído desde a década de 40, em contribuir para o desenvolvimento da consciência e melhoria da ordem social, de que trata Maria Luiza Ritzel Remédios (1986). Também no século XX, o escritor assume uma posição político-social através de sua produção artística.

Com a perda do império, não houve um momento significativo de luto português e de análise da decadência vivida, substituídos pelo sentimento colonialista de dever humanitário cumprido. Eduardo Lourenço (1999) ressalta, com certa ironia, a capacidade de adaptação do português, que depois da perda se contentou com o legado pelas terras aonde passou, como a propagação da língua portuguesa e a difusão de outros aspectos culturais lusitanos por estes lugares. De acordo com Lourenço (1994, p.13)

[...] A guerra colonial e o seu fim catastrófico – de um ponto de vista colonialista – mostraram não só os limites óbvios do nosso poder enquanto nação colonizadora, mas também a prodigiosa *irrealidade* da imagem e dos mitos que nos permitiam usufruir candidamente – num mundo em plena metamorfose – da idéia de que éramos senhores dos territórios desmedidos que no tempo da distração (relativa) imperialista ocidental tínhamos podido guardar [...].

Por muito tempo, Portugal tentou manter as colônias, ainda que não possuísse recursos materiais, humanos e financeiros, nem argumentos suficientes (no plano externo) para isso. Como afirmou Maia (1998), as autoridades insistiram em prolongar a guerra colonial, tentando ocultar que a autonomia dos territórios ultramarinos era um processo irreversível, inevitável. E quando a realidade mudou contra a sua vontade, o posicionamento inicial foi de um passivo consentimento. Foi a exclusão da dor e do luto de que nos fala Barrento (2001) que tornou essa superação complexa no contexto português pós-74. Essa dor ocasionou a manutenção do conceito da identidade portuguesa através do inicial apagamento da memória que trazia a consciência da perda. Isso acabou gerando a melancolia expressa na criação artística “temperada ou paradoxalmente exarcebada por um gosto absurdo de sofrer”, conforme Lourenço (1999, p.39).

Todavia, com a independência das ex-colônias, não há mais como fugir do presente. A única alternativa era buscar diminuir o abismo que separava Portugal cultural, política, econômica e cientificamente de seus vizinhos. Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1994) também entende a constituição portuguesa enquanto um país de viagem, alertando para a necessidade do abandono do cais para conseguir perceber-se como uma nação em que o mar

finalmente acabaria e a terra começaria para os próprios portugueses. A fuga desta vez não é para fora, mas para dentro de si. É o fim dos silêncios que separavam Portugal de si mesmo, enfrentar a realidade e tentar integrar-se a ela, ainda que utilizando algumas recordações do passado como alicerce deste processo. Nas palavras de Said (1995, p.33), encontramos a seguinte reflexão:

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

O desfecho da Revolução dos Cravos, que trouxe a realidade da descolonização, tornou-se a sentença de uma nova auto-imagem que precisava ser construída imediatamente, momento em que os mitos eram derrubados, pois não havia mais terras estrangeiras a serem conquistadas e o olhar deveria mover-se do horizonte para o espelho, refletindo um Portugal marginalizado, extenuado pela longa ditadura e pela tragédia da guerra colonial. Acerca disso, Lourenço (1999, p.58) apresenta a posição de que

[...] uma vez terminada a aventura, desfeito o império da história, transformado numa mera carga de sonhos o precioso comércio do Oriente, restava-nos como herança um Portugal pequeno e um imenso cais, onde durante séculos relembramos a nossa aventura, numa mistura inextricável de autoglorificação e de profundo sentimento de decadência e de saudade.

Boaventura Santos (1999) alerta para a necessidade de Portugal não reduzir novamente os seus problemas, tentando ocultar os mais antigos em outros mais recentes: considerar sua integração à Comunidade Européia como uma representação de progresso, sem antes compreender a distância que o país se encontra do restante do continente. Ainda que não houvesse um desejo explícito e consciente de Portugal integrar-se à Europa, visto que não se viam como europeus, essa necessidade surge a partir dos benefícios que a inserção no bloco econômico poderia trazer. Boaventura Santos não prevê uma mudança tão radical na história portuguesa, mesmo após o fim da ditadura, pois a nação manteria seu papel de uma sociedade semiperiférica, renegociando a sua posição no sistema mundial após o término do império. Não vê a possibilidade de o país ser promovido ao centro do sistema ou despromovido para a periferia num futuro próximo. Dessa forma, o país manteria a sua posição intermediária, consolidada em novas bases, mas com a permanência da Europa, economicamente mais rica, ditando os seus padrões.

## 4 UM FINAL DE ABRIL MAIS CAMARADA

[...] com a África nas mãos da classe operária, o imperialismo perde a sua força e suicida-se com a arma da sua própria contradição base que é a exploração do homem pelo homem (ALMEIDA, 1999, p.59).<sup>4</sup>

Pensar em Cabo Verde é lembrar que a maioria dos estudiosos enfatiza as diferenças da constituição dessa ex-colônia lusófona em relação às demais. Considerando as informações apresentadas na Introdução, é possível recordar facilmente, o fato de que Portugal aportara no continente africano para ampliar seu comércio de produtos orientais. Porém, Cabo Verde não se adequava ao perfil de uma colônia de exploração de produtos agrícolas, pois suas condições climáticas são marcadas por longos períodos de seca, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura e torna o território desinteressante, economicamente, devido ao fornecimento de poucas mercadorias. Dessa forma, Cabo Verde é promovido à função de moradia de escravos doentes ou residência daqueles que não se submetiam à dominação portuguesa.

O país tornou-se, rapidamente, um espaço favorável à mistura, pois lá passaram a residir africanos oriundos de diversos locais do continente, o que ocasionou uma grande variedade cultural no arquipélago. A mais difundida de todas foi certamente a diversidade lingüística, sintetizada no crioulo. Após esse período inicial, o território cabo-verdiano passou a ser ocupado também por portugueses, como esclarece Benilde Justo Caniato (2006). Escravos provenientes da Guiné, do Senegal, de Benin e de Górea, que eram trazidos pelos colonizadores para trabalhar nas plantações de tabaco, café e cana-de-açúcar, passaram a se misturar com os portugueses oriundos do Algarve e da Madeira, ampliando o cenário da miscigenação local.

Rubens Pereira dos Santos (2003) afirma que tal peculiaridade na formação cabo-verdiana interferiu na constituição de sua identidade. Na base de suas origens culturais,

---

<sup>4</sup> Fragmento textual extraído de *O Alerta!*.

encontram-se elementos híbridos, tornando sua cultura extremamente diversificada. Cada ilha possui particularidades, o que seria um reflexo da imagem do país enquanto síntese dos povos que o originaram. Atualmente, considera-se que toda cultura é híbrida, mas no caso cabo-verdiano, esses estudos indicam que o próprio povo percebia-se enquanto tal.

Conforme Pires Laranjeira (1995), Cabo Verde também teve uma realidade distinta quanto à oferta de escolarização, pois a primeira escola primária surgiu em 1817 e o Liceu-Seminário de São Nicolau foi fundado por volta de 1860. Entretanto, essas instituições não garantiram a propagação do conhecimento à população negra, atingindo apenas cerca de um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) da população local. Os cabo-verdianos não tinham acesso à leitura. Os “assimilados” o tinham somente no período de escolarização e, devido à descontinuidade deste processo, não podiam ser considerados um público leitor. A produção literária inicial versava apenas sobre o tema colonial e era incentivada através de prêmios oferecidos por entidades oficiais. Exceção à regra é o romance *O escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida, que apresenta personagens idealizadas, mas já expunha a escravidão, ressaltada pelo ponto de vista vanguardista do autor e sua perspectiva abolicionista direcionada à valorização do homem africano.

Uma literatura que expressasse as características locais passa a existir somente no início do século XX e propiciará a fundação da revista *Claridade*. Manuel Ferreira (1977) evidencia que essa produção ainda não representava uma posição anti-colonial de combate, contudo realizou o rompimento com os moldes europeus ao buscar influências na literatura brasileira, com a qual compartilhava a mesma língua, além de outras semelhanças como a fome, a seca. Em 1944, surge a revista *Certeza*, que não vem substituir *Claridade*, mas aprimorar o seu propósito de retratar as características regionais, recebendo também influência do movimento neo-realista português.

Manuel Ferreira (1977), Alfredo Margarido (1980), Pires Laranjeira (1995) entre outros estudiosos, citam muitos escritores que participaram destes dois movimentos complementares e que possibilitaram um posicionamento mais crítico diante da realidade vivida. Ainda que alguns não lutassem diretamente contra o colonizador, expressavam a importância do conhecimento do ambiente insular de miséria social, como Manuel Lopes, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa, Ovídio Martins, Onemésio Silveira, Teixeira de Sousa. É pertinente destacar o nome de Amílcar Cabral, fundador do PAIGC<sup>5</sup> e um dos ideólogos mais

---

<sup>5</sup> O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde criado em 1959, mais conhecido pela sigla PAIGC, foi o movimento que organizou a luta pela independência dessas colônias.

prestigiados da revolução africana, que encontrou, na Casa dos Estudantes do Império, um espaço para compartilhar as suas idéias com outros simpatizantes dessa causa. Além das duas revistas, ainda podemos citar outras de significativa importância literária, como *Selo*, *Suplemento Cultural* e *Raízes*.

Um dos nomes mais importantes da literatura cabo-verdiana contemporânea é o de Germano Almeida, que começou a publicar os seus escritos em sua revista *Ponto e Vírgula*, na década de 80, e que hoje possui diversas obras publicadas, sendo conhecido pelo humor constante em sua produção. Dentre as obras analisadas neste trabalho, é a de Germano Almeida que resgata maior número de eventos históricos sobre a Revolução.

*Dona Pura e Os Camaradas de Abril*<sup>6</sup> apresenta dois espaços bastante distintos: Portugal de 1974 e Cabo Verde de 1990. A obra é contada por um narrador-personagem que conhece os principais fatos, não de forma onisciente, apenas descrevendo ao leitor o que presenciou ou ouviu. Apesar de realizar julgamentos das ações de outras personagens, não almeja que a sua visão seja exclusiva ou percebida como uma verdade absoluta, mostra unicamente a sua perspectiva dos acontecimentos. Narrando em primeira pessoa, em nenhum momento, identifica-se, porém ressalta, já no primeiro parágrafo, as peripécias de seu primo Natal. A narrativa estrutura-se de forma não-linear, em que fatos vividos em Portugal de 1974 misturam-se a eventos cabo-verdianos da década de 90, por vezes dividindo o mesmo capítulo. Além disso, há certa circularidade narrativa, pois o início e o término da obra referem-se à comemoração da ocupação da Casa de Macau, realizada no dia 25 de setembro de 1974 e lembrada por alguns de seus participantes muitos anos depois. O narrador ressalva em diversos trechos da obra a importância desse evento estudantil, gerando no leitor expectativas que não se concretizam, quando o próprio narrador antecipa que o desfecho do acontecimento não foi tão glorioso quanto os indícios pareciam assegurar.

Como o foco da narrativa é a Revolução dos Cravos, a maioria dos acontecimentos narrados ocorre em abril de 1974, época em que o narrador estudava Direito na capital da metrópole. Lá reencontrou seu primo Natal e, por seu intermédio, mudou-se para a pensão de Dona Purificação. A partir desse cenário, conhecemos as principais personagens da história, cada qual apresentando um posicionamento diferente frente aos fatos sociopolíticos da época. Na metrópole, às vésperas da queda do regime, a vida não era tão difícil para os africanos que lá iam estudar, visto que conseguiam manter razoáveis condições de sobrevivência a partir da

---

<sup>6</sup> *Dona Pura e os camaradas de abril*, do escritor Germano Almeida será identificado, a partir desta citação, como DPCA.



bolsa patrocinada pelo governo. Essa realidade é bem distinta da vivida no arquipélago, que sempre sofreu com o flagelo da seca e da fome, sendo que tal situação permaneceu assim, por certo período do país independente, em que as condições de vida continuam precárias, faltando, inclusive, alimentos para a população.

Dona Pura também é cabo-verdiana e foi morar em Lisboa após a aposentadoria de seu primeiro marido. Ela afirma que “o cabo-verdiano teve sempre o umbigo na Metrópole, depois de mudar é que dão conta do paraíso que perderam, mas aí puxam pela orelha e sangue não sai” (DPCA, 1999, p.35). A personagem revela que há, por parte dos africanos, uma idealização da vida na capital portuguesa, uma vez que, enquanto na terra natal há o auxílio dos familiares e amigos a quem se pode recorrer, para se estabelecer em Portugal como estrangeiro, enfrentava-se de início sérias restrições financeiras. Uma forma que ela encontrou para melhorar sua situação econômica foi colocar os filhos em dois quartos e alugar os demais. A partir desta idéia empreendedora, houve uma melhora na sua qualidade de vida.

Dona Pura mantém um carinho especial por sua terra natal, cultivando alguns costumes africanos, como a gastronomia. Alfredo Margarido (1980, p.403) destaca um elemento constante na história cabo-verdiana: “as partidas e os regressos”, pois mesmo que o nativo se afaste da sua terra natal, “mantém os fundamentos mais típicos da sua cabo-verdianidade”. Margarido ressalva que o cabo-verdiano prima pela manutenção dos laços familiares e pela conservação dos valores culturais do arquipélago, como o dialeto, a culinária, a música, tentando aproximar as ilhas da nova realidade em que vive e buscando sempre manter um vínculo com a pátria. Dona Pura enquadra-se, por um lado, perfeitamente, nessa definição, pois representa a alegria e a solidariedade local características, ao contrário de seu último marido. Por outro lado, essa personagem reproduz também a falta de consciência política que caracterizava muitos africanos residentes em Portugal, pois, apesar de quase meio século de ditadura, ela ignorava a existência da censura no cotidiano luso, da mesma forma que desconhecia as questões relativas à descolonização da África.

Quando o narrador chegou à pensão, dona Pura morava com seu terceiro marido, seu Firmino, porém ambos não se falavam. Ela afirmava que o ex-marido não servia para nada, nem para ir embora, afinal a casa era dela, e ele continuava residindo de favor. Essa interação entre o casal pode ser comparada à relação entre a metrópole e as colônias africanas, que não poderia gerar mais frutos. Contudo, os portugueses não queriam abandonar aquele continente que não lhes pertencia mais, em um período em que o imperialismo mundial estava com os dias contados.

O Sr. Firmino assume uma postura de verdadeiro assimilado residente em Portugal. É um cabo-verdiano que chegou jovem a Lisboa, pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial. Também sonhava com uma vida próspera na metrópole, onde encontraria um emprego, daria continuidade aos estudos e cursaria Direito. Todavia, tudo ocorreu ao contrário do que imaginava e ao chegar lá também passou por dificuldades financeiras. Depois de muito procurar, conseguiu um emprego de contínuo na Secretaria da Mocidade Portuguesa, uma das instituições mais declaradamente fascistas do governo. Mais tarde, tornou-se um empregado concursado do Ministério do Interior.

Angola, terra de futuro, diziam para o aliciar, Moçambique praticamente dominado pelos ingleses, com a bela cidade Lourenço Marques arrumada como se fosse Londres, e depois o cabo-verdiano não era nesses lugares considerado preto, pelo contrário, vivia e era tratado como branco, muitos mesmo chegavam a ser piores com os pretos do que os próprios mandrongs... Mas ele insistia: [...] a verdade é que sempre tinha sonhado ser advogado e viver na Europa, andar em ruas asfaltadas e não em chão de terra batida com vento a encher-lhe o corpo e as roupas de poeira, comer bem, adorava frutas [...] (DPCA, 1999, p.75).

Essa descrição mostra que, algumas vezes, os próprios africanos não se identificavam com sua cor, com sua origem, com a sua terra, queriam ser tratados como brancos, valorizando apenas a cultura dominante e rejeitando os seus iguais. A situação desfavorável a que eram submetidos fazia com que muitos se iludissem ao assumir uma identidade que não era a sua, numa tentativa insana de aliviar este fardo do preconceito e da dominação. Essa realidade era bem mais evidente na África, onde as autoridades divulgavam a falsa ilusão de que os assimilados teriam privilégios e benefícios. Não alertavam que um “assimilado” era um indivíduo sem lugar, pois não era plenamente aceito pelo colonizador, que o enxergava pelos olhos da diferença. Distanciado de suas origens, também não era mais acolhido pelos seus semelhantes, que o percebiam como um traidor. Acabava tornando-se marginalizado socialmente, como se não tivesse espaço numa sociedade repartida em dois hemisférios. Já no contexto português, essa distinção entre africanos, assimilados e lusos era um pouco mais amena.

Como bom assimilado, Sr. Firmino queria usufruir dos privilégios que a Europa poderia lhe proporcionar e, para isso, defendia o governo vigente, era contra os movimentos de libertação e afirmava que os cabo-verdianos eram tão portugueses quanto os nascidos em Portugal, pois lutaram a guerra colonial ao lado dos colonizadores. Ele não compreendia, ou melhor, não queria entender que os africanos não tinham opção: não era por devoção que serviam à nação lusa. Alguns fugiam, entretanto, se fossem capturados, a punição seria a

prisão, a tortura e, possivelmente, a morte. Sr. Firmino simplificava a realidade à sua volta para não assolar a ilusão em que vivia.

Com a queda do regime, o narrador descobriu que ele era um informante da PIDE e, para não ser preso pelo novo governo, regressou a Cabo Verde. O africano que, em nenhum momento se identificara com sua terra, lá vai encontrar abrigo para manter a sua liberdade. Reconhece, por fim, que Cabo Verde era o seu lugar e ali viveria feliz o resto de seus dias. Essa personagem, assim como Natal, navega ao sabor dos ventos, escolhendo sempre a direção mais favorável ao alcance das vantagens sem temer a contradição.

Suzana, a filha mais velha de Dona Pura, é a personagem que se questiona sobre a própria identidade. Ela sempre buscou a sua herança cabo-verdiana, desejando inclusive aprender crioulo. Dessa cultura conhecia apenas as comidas que a mãe preparava: a cachupa, o feijão-pedra, o xerém com cabrito, pois não conseguia descobrir maiores detalhes, visto que eram raros os livros que traziam informações sobre as ilhas. Ao contrário de sua mãe, ela mostra uma consciência crítica do contexto social em que está inserida. Após a queda da ditadura, trabalhou num programa de alfabetização das classes mais populares, pois acreditava que “quanto mais esclarecido for um povo menos se deixa levar pelos vaticínios dos núncios da desgraça” (DPCA, 1999, p.171). E essa era a estratégia utilizada pelos governantes tanto nas camadas sociais portuguesas mais baixas, quanto, de forma generalizada, nas colônias: conter o conhecimento e, por consequência, os questionamentos e as críticas políticas.

Essa personagem, através desse seu posicionamento, personifica o que Stuart Hall (2003) denomina como a recusa das culturas em serem encurraladas dentro das fronteiras nacionais, visto que elas transgridem os limites geográficos e políticos. Suzana assumia a sua cabo-verdianidade mais do que muitos nascidos na África, mostrando uma consciência que engloba os detalhes dessa complexa realidade de colonização e descolonização. Quando ela se casou com o narrador, eles decidiram morar em Cabo Verde. Ela defendeu a necessidade de viverem de acordo com os hábitos locais, aproveitando o que o território podia lhes oferecer: “[...] vamos ter que aprender a viver como eles vivem, não podemos é tentar transferir Lisboa para lá porque assim nunca teremos paz” (DPCA, 1999, p.64).

O narrador também esboça certa consciência política em construção: critica Natal quando este busca somente proveitos para si próprio, luta pela garantia do respeito ao adversário e defende a descolonização africana. Todavia, apesar de suas atitudes tão engajadas, quando Suzana mostra interesse em conhecer suas raízes africanas, ele não a

compreende. Afirma que “a filha de uma cabo-verdiana e de um italiano, nascida em Lisboa, educada como portuguesa e casada com um português, não devia perder tempo com questões de identidade” (DPCA, 1999, p.171). Ao não entender os questionamentos da amada, mostra não compreender que a constituição da identidade é um processo contínuo, e suas palavras revelam a crença na predominância da tradição branca na constituição dos mestiços. O narrador não percebe que Suzana apresenta características das duas culturas e por isso sua identidade jamais será pura e unilateral, será uma identidade híbrida.

Benilde Caniato (2006, p.133) entende que a constituição da identidade cabo-verdiana se estrutura a partir do encontro de duas culturas, “uma deixando-se absorver pelo afluxo da outra, numa interação constante e progressiva”. Para este crítico, a aceitação da mestiçagem faz com que o cabo-verdiano sintam-se dividido entre essas duas civilizações, cada qual com a sua maneira de perceber o mundo, instituindo assim uma cultura crioula a partir das freqüentes trocas étnicas, lingüísticas, culturais e sociais. Entretanto, não podemos perceber a mestiçagem sob uma perspectiva benevolente, pois, como alerta Anjos (2002), no final do século XIX, a sociedade cabo-verdiana também baseava-se na dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população, disseminando problemas culturais e raciais, visto que os elementos brancos predominavam pelo processo de imposição cultural. Ainda que esse conceito de mestiçagem divulgado por Caniato queira garantir a unidade identitária local, as relações de poder cabo-verdianas foram construídas através da diferença e da imposição. A cultura das ilhas não se construiu através de uma simples imitação da cultura colonizadora, mas através da “crioulização” ou da “transculturalidade” que explica Hall (2003), em que o grupo subordinado seleciona e reinventa os elementos da cultura metropolitana, rearticulando os diversos aspectos em contato, que se cruzam, se aproximam e se distanciam, estabelecendo diversas formas de diálogo a partir das relações assimétricas de poder, dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo.

Outro tema que aparece, rapidamente, na narrativa de Almeida são as atrocidades da guerra colonial. Ana Rita, irmã de Suzana, teve a sua vida transformada por este tipo de acontecimento. O trecho que conta o episódio vivido por seu namorado, ainda que seja breve, apresenta as arbitrariedades da guerra pela independência africana. Adelino tentou adiar ao máximo a ida para a tropa portuguesa e, quando não teve mais opções, decidiu fugir. O pai do rapaz, porém, considerava uma humilhação ver seu filho como fugitivo, pois pensava nos riscos de ser descoberto, ser preso e expatriado, tornando-se um homem desonrado por não ter defendido a nação lusa. Quando foi mobilizado para Angola como alferes, ele pisou numa

mina e teve o corpo dilacerado. Durante o funeral, o pai morreu de ataque cardíaco e Ana Rita ficou por muito tempo em depressão.

Eram comuns os casos de soldados mortos de forma banal, participantes de ambos os lados da guerra. As três obras aqui analisadas retratam, em um único episódio, os horrores do conflito colonial, mostrando que ela afetou milhares de famílias e trouxe traumas irreversíveis aos seus envolvidos. Enquanto muitos jovens portugueses desconheciam por que estavam lutando, os africanos morriam em nome da liberdade. O governo queria manter o seu poder ultramarino, mesmo que para isso tivesse que utilizar 40% de todo o orçamento nacional e enviar para a África um efetivo de dezenas de milhares de homens com a função de morrer em nome de um regime que já esboçava a sua ruína.

Sem dúvida, a personagem que mais atua nas situações relacionadas à queda do regime é Natal. Porém, toda a sua participação é ambígua, pois, desde a infância, ele é descrito como “malandro”, aquele que consegue tirar vantagens sobre diversas situações desfavoráveis. Esse tom irônico que envolve a personagem começa a ser delineado já no início da obra, pela alternativa por ele encontrada para sanar a sua falta de emprego: era sustentado por três mulheres, todas chamadas Ana. “Estou com uma segundas e quartas, com a outra terças e quintas, a mais velha contenta-se em ter apenas sexta-feira mas também paga menos, descanso sábado e domingo...” (DPCA, 1999, p.24).

Seu posicionamento se assemelha ao descrito por Antônio Candido (1993) ao caracterizar a figura do malandro na obra de Manuel Antônio de Almeida. Assim como Leonardo Pataca, Natal é amável, risonho e espontâneo em seus atos, que são motivados pelas circunstâncias, pois os imprevistos motivam a sua conduta e ele consegue adaptar-se facilmente às mudanças. Não procura planejar ou refletir sobre as suas atitudes e decisões e pratica a “astúcia pela astúcia”. O que o diferencia dos demais personagens é a sua qualidade essencial de malandro, que lhe confere um juízo moral flexível, e seu comportamento oscila entre o cinismo e a bonomia, não aprendendo com as suas experiências, sempre tentando conseguir benefícios a partir das adversidades, da mesma forma que a personagem brasileira age. Natal é astuto, não gosta do trabalho institucionalizado e consegue encontrar alternativas de sustentar-se sem recorrer a este, não teme a contradição nem a inconsistência, pois tudo resolve através da ginga, do drible, da esperteza.

É pensando em seus interesses que, ao longo de sua trajetória, casa-se com outras três *Anas*, todas bem sucedidas. O matrimônio com Ana I devia-se ao passaporte que a união lhe

proporcionava, concedendo-lhe a cidadania portuguesa e o livre trânsito pela Europa. A segunda esposa de Natal era secretária de administração de uma empresa ligada ao petróleo. Angolana, ela decidiu viver em Cabo Verde por ali ser possível manter a língua portuguesa. Durante a Revolução, certo dia, quatro indivíduos a abordaram, cada um com uma espingarda nas mãos, mandaram-na descer e entregar-lhes a chave de seu jipe. Foi a contragosto que ela percebeu a necessidade de deixar Luanda, mas achava que o posicionamento dos angolanos era uma

lição necessária, os portugueses serem escorraçados de Angola precisamente de forma como foram, o preto a ver o branco ter medo, chorar de medo, apavorado, fugindo, tentando escapar de qualquer maneira. [...] era a condição essencial, primeiro para os angolanos assumirem a sua dignidade, depois para, quando os portugueses regressarem de novo, fazerem-no como pessoas normais e não naquela idéia de que quem dobrou o Equador virou patrão (DPCA, 1999, p.138).

Luis Bernardo Honwana (2006) ressalta que, apesar de vários elementos identitários coexistirem em uma mesma sociedade, os saberes compartilhados que formam um patrimônio comum determinam os seres humanos enquanto sua essência cultural, definindo assim a língua como “a voz de uma cultura”. No caso das colônias, a língua portuguesa adquiriu dois papéis contraditórios. Se, por um lado, permitiu a troca cultural entre aqueles que a utilizavam como idioma oficial, por outro, causou o desaparecimento de diversas línguas locais, desestabilizando um importante elemento da identidade nacional anterior à chegada europeia. Aqueles que não aprenderam a nova língua oficial se tornaram marginalizados em sua própria terra, excluídos da cultura mais ampla do local em que viviam.

A fala de Ana II, citada acima, destaca que, após tantos anos suportando violências desumanas, aflora nos africanos um desejo de vingança para agir da mesma maneira com que foram dominados. O narrador sustenta que é preciso exigir justiça, mas sempre respeitando a dignidade do outro, como defendia Amílcar Cabral. Os adversários deveriam ser enfrentados com respeito, visto que “em todas as circunstâncias devemos tratar os homens como homens. [...] se precisamos fuzilar um homem, vamos fuzilá-lo, mas tratando-o com a dignidade de homem que ele tem e merece...” (DPCA, 1999, p.113). E logo Cabral, que divulgava o respeito, foi assassinado covardemente como uma forma de represália a suas idéias combativas. Este embate ideológico lembra as palavras de Edward Said (1995, p.14), que define a cultura como “um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si [...]”.

Ana III já não se relacionava mais a essas questões de colonização e pós-independência, pois vincula-se à nova época em que os conflitos tendem a solucionar-se após tantos desencontros.

No segundo capítulo da obra, o narrador começa a descrever os principais fatos que marcaram o 25 de abril de 1974. Dona Pura viera contar ao narrador que somente uma emissora de rádio estava no ar. Além de só tocar músicas militares, as Forças Armadas solicitaram que as pessoas não saíssem de suas residências e que os estabelecimentos comerciais permanecessem fechados, evitando o saque de mercadorias. O narrador, ansioso para saber o que está acontecendo em Portugal, reflete sobre fatos anteriores que abalaram o regime, como a publicação do livro de Spínola e a frustrada tentativa de tomada de poder ocorrida em 16 de março do mesmo ano.

O Sr. Firmino também viera conversar com ele, apresentando o seu apoio ao governo vigente, considerando uma insanidade lutar contra o salazarismo, que tão bem vigorava em Portugal e nas terras do ultramar. Dizia que este regime trouxera inúmeras melhorias à vida das pessoas, pois não havia mais greves devido à relação de reciprocidade estabelecida entre capital e trabalho. Ele insistia em defender os benefícios da ditadura, negando-se a refletir sobre a complexidade da situação e desconsiderando o sistema de exploração que se instaurara tanto na metrópole quanto nas colônias. Chegou a afirmar que o Estado Novo conseguiu instaurar a paz nacional e,

[...] se não fossem as teimosias de gente como Amílcar Cabral e Agostinho Neto e outros, Portugal seria ainda um país pacífico. Aliás, e vendo bem, eles não passavam afinal das contas de uns bons ingratos, porque até estudar tinham estudado à custa de Portugal, com bolsa criada por Salazar... (DPCA, 1999, p.67).

Cada qual pode analisar os fatos a partir das lentes que melhor lhe servirem. Como é o caso de seu Firmino, que não queria enxergar que Portugal era um paraíso somente para quem detinha o capital e o latifúndio, enquanto que, para a massa lusa, era um verdadeiro inferno de exploração. A ditadura portuguesa mascarava seu regime totalitário por detrás de uma estrutura política formal, através da Presidência da República, da Assembléia Nacional e outras instituições governamentais. Entretanto, todas possuíam um caráter meramente figurativo, pois refletiam e trabalhavam pela execução da vontade de Salazar. Por detrás de um discurso cristão e civilizador paternalista, escondiam-se as fraudes escandalosas dos rituais eleitorais que eram comicamente mantidos.

O policiamento, a delação, a prisão, a tortura, o exílio e a morte não eram práticas sigilosas, ao contrário, eram divulgadas para impor o medo e servir de exemplo aos insatisfeitos. *Dona Pura e os camaradas de abril*, ao contrário das outras duas obras, quase não retrata este cenário de combate e punição, privilegiando os acontecimentos da data e suas conseqüências imediatas nos dois ambientes narrados. José Paulo Netto (1986) explica que, desde o início da década de 60, o Estado Novo mostrava suas fissuras: o isolamento interno, a guerra colonial, o isolamento externo e o agravamento da crise econômica; no entanto, assim como fazia seu Firmino, o governo preferia ignorar esta faceta da realidade.

Quando a rádio toca os versos da proibida *Grândola, Vila Morena*, o narrador certifica-se de que o golpe só poderia ser de esquerda. No início da tarde, “o povo vitoriava os soldados, as vendedeiras de flores metiam-lhes cravos nos canos das espingardas” (DPCA, 1999, p.88). Entre a multidão, um jornaleiro vendia a primeira versão não censurada do *República*. O narrador dirigiu-se ao quartel da Guarda Nacional Republicana no Carmo, onde Caetano estava refugiado. Foi lá que o primeiro-ministro acabou se rendendo a Spínola, de onde saiu em carro blindado, encaminhado ao exílio.

O historiador Kenneth Maxwell (1995, p.90) esclarece que “é preciso oponentes para fazer uma revolução sangrenta, mas, em 25 de abril de 1974, a vontade de resistir ao golpe não existia. Apenas a polícia secreta, entocada em sua sede com metralhadoras opôs-se [através de] breves disparos [...]”. A partir dessa análise, podemos questionar o termo “revolução” que denomina este fato histórico, que ocorreu de forma predominantemente pacífica. Veículos blindados e tanques do exército preencheram o centro da capital, sustentando os levantes das Forças Armadas, mas não precisaram agir com violência.

O clima harmonioso foi interrompido pela revolta dos agentes da PIDE/DGS, que causou a morte de quatro pessoas e deixou dezenas de feridos. A obra também retrata a tensão na cena em que o narrador conhece a futura esposa de seu primo Natal. Contudo, os tumultos individuais não prevaleciam naquele cenário, configurando casos isolados e sem maiores conseqüências. O narrador descreve que Ana I, membro do Movimento Reorganizador do Partido do Proletariado (MRPP), organizava uma rebelião em frente à sede da PIDE, exigindo a morte dos agentes. Liderava uma multidão e “apontava um enorme cartaz onde se lia, em letras garrafais: OS PIDES MORREM NA RUA!” (DPCA, 1999, p.109). Este grupo buscava a justiça pelas próprias mãos, ato que o narrador condena, pois a vingança só daria continuidade às impiedosas atrocidades do regime que acabava de ser derrubado.



Foi com esta falta de resistência que a ditadura que vigorava, em Portugal, desde o final da década de 20, chegou ao final. O programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi plenamente divulgado, inclusive por *O Avante!*, que não precisava mais circular de forma clandestina. Na madrugada do dia 26 de abril, a televisão apresentou a nova cúpula do poder, oriunda do MFA. A Junta da Salvação Nacional (JSN), representada pelo general Spínola garantiria a liberdade de expressão e promoveria a eleição de uma Assembléia Constituinte. Percebemos que o clima reinante, neste momento da obra, não era a surpresa de *Vale a pena ter esperança* nem a indiferença de *Vinte e Zinco*, como veremos a seguir, mas sim a expectativa eufórica de que, naquele momento, em Lisboa, um futuro diferente seria possível.

Ainda que Germano Almeida retrate os acontecimentos que desencadearam a Revolução dos Cravos com considerável fidelidade, não deixa de usar sua liberdade ficcional, principalmente, em relação à personagem Natal. As ações dele aparecem envoltas por um clima de desconfiança, visto que suas afirmações são facilmente desmentidas, além de possuir o costume de exagerar a importância de seus feitos. Através da comicidade que envolve a obra, Germano critica de forma leve os acontecimentos da época. Jane Tutikian (2006a) evidencia a perspectiva do humor e da sátira escolhida pelo escritor para representar a realidade. A autora defende que é através dos recursos que geram o riso e a reflexão que Germano realiza sua revisão crítica da história e da identidade do Arquipélago. De acordo com Tutikian (2006a, p.167), a mistura da ficção com a realidade resgata

[...] a vida individual cotidiana, abrindo-a para uma perspectiva coletiva, revisando, criticamente, as identidades política e cultural cabo-verdianas, alicerces da identidade nacional e do nacionalismo, ao dessacralizar suas instituições, símbolos e representações. É a proposição de um novo tempo, um novo ver-se e um ver a Cabo Verde com outros olhos: os críticos, os da ruptura com o velho, com o 'cotidiano oficial'.

Em *Dona Pura*, realidade e ficção também se misturam no relato das incertezas do pós-independência. A ironia das ações do protagonista predomina na apresentação desse cenário caótico, em que o fim da soberania portuguesa trouxe o deslocamento da autoridade, porém não garantiu a imediata reinterpretação dos velhos paradigmas. Dessa forma, a política do novo país autônomo precisou de um tempo maior para reestruturar-se nos padrões de uma nação independente, visto que todas as ex-colônias portuguesas precisavam libertar-se do servilismo e da dependência a que estavam acostumadas para criar suas próprias estruturas sociopolíticas e culturais. Através do riso causado por um Natal cômico, satírico e paródico,

Germano Almeida defende a luta pela autonomia cabo-verdiana e a descoberta dos elementos nacionais, almejando a compreensão dessa nova realidade em que a desordem ainda prevalecia, ou ainda em que a reflexão e a crítica levariam a uma nova consciência social e política.

Vladimir Propp (1992) ressalva que o cômico é a característica daquilo que suscita o riso por apresentar defeitos ridículos de diferentes naturezas. O homem torna-se ridículo quanto a sua aparência, suas idéias ou atitudes absurdas. Natal gera o riso, devido ao exagero de sua presunção, como na cena em que desfaz o tumulto em frente à sede da PIDE por possuir uma credencial. Também através das mentiras que defende como se verdades fossem, as quais são freqüentemente reveladas pelo narrador, que não tem coragem de desmascará-lo à sociedade, apenas aos leitores. Ainda que a personagem não represente uma crítica a uma pessoa específica, politicamente influente, seu comportamento adquire traços paródicos quando faz com que o leitor reflita sobre muitos políticos da época, cujas atitudes mesquinhas assemelham-se às da personagem. Bella Jozef (1986) explica que a paródia é uma desmistificação da realidade, e isso Natal realiza: confronta elementos heterogêneos em um comportamento ambivalente, em que a seriedade e a distinção provenientes da máscara social se contrapõem à verdadeira personalidade, revelada apenas no âmbito privado.

No evento da tomada da Casa de Macau, seu comportamento é inclusive carnavalizado, pois, ao adquirir o poder da situação, age como se autoridade suprema fosse. Ao ser destituído de forma cômica de sua posição, mesmo exposto ao ridículo, não perde o comportamento garboso em público, inventando uma justificativa crível apenas para os mais ingênuos e tentando esconder o seu comportamento constrangedor. Essa ambigüidade revela a ilusão de sua idoneidade, mostrando sua verdadeira face, a partir de um jogo entre a representação e a crítica satírico-transgressora, presente nas palavras do narrador. É a ironia que gera a tomada de consciência, em um processo analítico entre afirmação e negação de características ambivalentes da personagem.

*Dona Pura e os camaradas de abril* afirma a importância das letras, nesse período de reflexão sobre a reestruturação governamental em Portugal e nas novas nações soberanas africanas. O jornal *Alerta!* viera substituir *O Arquipélago*, em 1974, visto que este já não demonstrava uma vigilância adequada ao fim da opressão e da exploração do povo. *O Alerta!* buscava a conscientização política da população, questionando: “A quem pertencem as riquezas de África?” (DPCA, 1999, p.58). O periódico sustentava que, para o continente africano atingir o progresso econômico e social, deveria conquistar primeiro sua

independência política, ou seja, lutar pelo fim do regime colonial e da intensa exploração do capital estrangeiro, sendo a descolonização um processo irreversível. Na obra, o jornal é apresentado como um “[...] veículo de consciencialização, mentalização e politização de um povo a quem, durante mais de quinhentos anos, não se ensinou sequer a pronunciar essas palavras” (Idem).

A epígrafe do terceiro capítulo deste trabalho, expressa o desejo do poder ser conquistado pela classe operária, rompendo com a desumana exploração a que tanto tempo foram submetidos. No entanto, apesar do consenso de que a descolonização era uma consequência irreversível, pois manter a guerra colonial era impraticável, a independência não foi instantânea, tratou-se de um processo lento, gradual e complexo.

Apesar das muitas expectativas em relação ao que a Revolução traria à população residente em Portugal, representada pela esperança das personagens numa mudança radical da realidade a partir de tantas promessas de transformação, Natal percebe que não seria simples colocar em prática as idéias revolucionárias defendidas pelo MFA, devido à notável divergência de opiniões dentro do próprio movimento militar português. O MFA unia militares com diversas ideologias, contraditórias entre si, e a proposta de Spínola, ainda que não fosse divulgada, era repensar uma maneira de conceder certa liberdade às colônias, mas sem perder a autoridade sob elas. O governante não libertaria os presos políticos, não fossem as exigências do povo. Natal diz ao narrador:

E garanto-te que vai haver uma luta mortal, porque foi gente com idéias de esquerda a dar o golpe mas começaram por cometer a infelicidade de dar o lugar de presidente da Junta de Salvação Nacional ao Spínola que é um defensor da tese da federação com as colônias. Reparaste, por exemplo, que ele não fez nenhuma referência ao direito dos povos das colônias à independência? (DPCA, 1999, p.121).

Dada a euforia da queda do regime, o 26 de abril foi marcado pela tomada de várias instituições, que ficaram sob o comando do MFA. *Dona Pura e os camaradas de abril*, descreve a ocupação feita por estudantes de diversas instituições, como a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, que foi renomeada de CEC, “Casa dos Estudantes das Colônias”, como era chamada antigamente. A partir desse evento Natal começa a apresentar a sua faceta mais egoísta, pois, apesar de ter um posicionamento político de apoio ao desenvolvimento das colônias, ao deter um resquício de poder em suas mãos, prima por sua promoção e bem-estar individual. Na direção da CEC, não se preocupou com ações imediatas que promovessem melhorias coletivas. Seu comportamento lembra aqueles governantes africanos que se

basearam no modo de governo que conheciam, ou seja, o modelo português, que privilegiava alguns em detrimento de muitos.

*Dona Pura e os camaradas de abril* é a única obra analisada neste trabalho que expõe um pouco do cotidiano dessas agremiações de estudantes africanos residentes em Portugal. Surge, na década de 1940, a CEI, a Casa dos Estudantes do Império, que possibilitava a reunião de jovens estudantes africanos e, que sobreviveu, apesar da vigilância, por vinte anos de regime salazarista. Num primeiro momento, a Casa simplesmente impulsionou o intercâmbio de idéias, sem possuir uma unidade significativa. Sua ação era envolver brancos, negros e mestiços em atividades assistenciais ou de lazer, como palestras, exposições, debates, concursos literários. Recebeu estudantes provenientes de todas as colônias, pertencentes a diferentes raças, religiões e crenças políticas. Na década de 50, as suas duas sedes, uma em Lisboa e a outra em Coimbra, passaram a publicar boletins literários. Na mesma época, também foi criado o Centro dos Estudantes Africanos (CEA), outro espaço de divulgação da cultura, que publicou antologia de poesias, contos, ensaios e obras literárias, organizando também concursos literários, colóquios e recitais.

Antes mesmo da criação da CEI, o governo português promovia concursos de literatura ultramarina (entre 1926 e 1970) com o objetivo de incentivar o gosto pelas causas coloniais por intermédio da literatura. Considerando essa proposta, percebemos que, para Portugal, a realidade de suas colônias era praticamente desconhecida. Essas publicações deveriam mostrar uma cultura ‘colonial-africana’, legitimando uma unidade territorial, política e cultural inexistente, e as obras que fugissem a este padrão eram censuradas. A partir de 1958, a CEI foi incluída nesse plano de divulgação dos valores das colônias, através da publicação da Coleção *Autores Ultramarinos*. Salazar começa a perceber a importância desses estudantes e passa a tentar supervisionar as futuras elites que se formavam na metrópole. O ditador acreditava que, quando estes estudantes voltassem às suas terras, iriam lá atuar como defensores da cultura portuguesa. Entretanto, jamais imaginou que “o feitiço viraria contra o feiticeiro” e que este espaço promoveu também a reunião de promotores de idéias de liberdade.

Através de alguns estudantes com ideais anti-coloniais, a CEI passou a divulgar uma consciência libertadora, que instigou os primeiros líderes dos movimentos pela independência, posteriormente, constituindo as organizações políticas clandestinas de cada colônia (como Movimento Pela Libertação de Angola, Frente Nacional pela Libertação de Angola, Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, Frente pela

Libertação de Moçambique). Assim, a CEI adquiriu uma perspectiva muito mais africana do que imperial e acabou sofrendo espoliações comuns ao Estado Novo.

Na década de 1960, a luta engajada de muitos estudantes pela descolonização intensificou-se e alguns destes, os mais politizados, aderiram à guerrilha. A resposta da política de repressão foi trancafiar muitos intelectuais nos calabouços da PIDE. Uma parcela significativa da produção escrita nesse período de luta armada foi perdida, muitas obras foram censuradas, sendo apenas algumas publicadas posteriormente. Carlos Everdosa (1979, p.142) analisa, especificamente, a literatura angolana, porém as suas conclusões podem ser expandidas às literaturas africanas de língua portuguesa. O autor destaca a importância desse momento de luta para o fim do colonialismo e para a solidificação da literatura nacional: “Através da guerrilha, com os seus heróis, os seus mortos, as suas dores e as suas vitórias – a literatura angolana ganha uma nova dimensão. Os que tombam em combate deixam sempre quem cante os seus feitos, e quem perpetue a sua memória”.

Carlos Everdosa (1979) alerta que, durante esse período de intenso combate, a literatura em evidência era insignificante, pois os grandes textos eram escritos na clandestinidade, quando não eram capturados e censurados. Diante de tal clima de contestação, o governo opta pelo encerramento das atividades da CEI no ano de 1965.

Livros apreendidos e todo um ambiente de temor desencorajavam os escritores [...]. Por isso, em seu lugar, prolifera uma literatura inexpressiva, de origem européia, alheia aos ventos da história que há muito sopravam por sobre o território, literatura que continuaria a povoar as páginas dos jornais e revistas e aparecer com frequência nos escaparates da livraria. A literatura revolucionária circula clandestinamente, à espera de novos tempos que se aproximam a passos largos. (Everdosa, 1979, p.147):

Essa crescente auto-affirmação, auxiliada pela função disseminadora da literatura, evolui para a consciência da necessidade de mudanças. A guerra colonial traz consigo o ápice do combate pela igualdade. Até o momento da independência há a predominância desse resgate, do retorno que focaliza a identidade nessa tentativa irrealizável de negação plena do outro, numa tradição imaginada de pureza inexistente, em que o individual se apaga em nome do coletivo.

Novos tempos começam a delinear-se com a derrocada do regime. A esperança das novas nações independentes estava no retorno daqueles jovens estudantes que se formaram na metrópole e agora regressariam com idéias de vanguarda, prontos para estabelecer uma nova

realidade. Entretanto, tal expectativa nem sempre foi atingida, e Natal acaba sendo a representação dessa situação ao longo da obra.

Depois do desfecho da Revolução dos Cravos, tem-se, em *Dona Pura e os camaradas de abril*, o relato do acontecimento irônico do final do mês de setembro, em que Natal organiza um grupo de amigos para ocupar a Casa de Macau. Ele nem pensara em estudar a história do país, desconhecendo que esta não era uma colônia de exploração como as demais africanas, mas sim uma oferta do imperador a D. João III. O seu único objetivo era ficar famoso e a sua falta de conhecimento garante o desfecho hilário desse acontecimento.

Natal e seus companheiros, entre eles o narrador, montaram um plano mirabolante de tomada da Casa, que não foi preciso ser plenamente executado, pois o porteiro, praticamente, abriu as portas do estabelecimento e não se preocupou que o grupo lá permanecesse, pois estava na hora de sua folga. “[...] foi assim que ocupamos a Casa de Macau entrando todos pela porta da frente e sem outras novidades” (DPCA, 1999, p.210). Esse gesto político, rapidamente, caiu em domínio público. Natal atendeu ao telefone e, apavorado, recebeu o aviso de que a polícia cercara o local e estabelecera o prazo de uma hora para o rendimento dos arruaceiros, sob pena de usarem gás lacrimogêneo e prenderem todos. A solução encontrada pelo protagonista foi usarem todos os objetos que encontraram lá dentro como escudo, obstruírem as entradas e esperar pelo combate. Nesse meio tempo, receberam outra ligação, de uma rádio que queria entender quais eram as reivindicações daquele grupo, informações que Natal não soube responder. Em nome da dignidade e do orgulho, decidem valer-se da chantagem: ameaçaram que, caso as autoridades invadissem a Casa, eles se ateariam fogo, se bem que não tinham nem material inflamável disponível. Assim, a polícia partiu e os jovens reivindicantes foram descansar.

Quatro dias depois, outros guardas do estabelecimento, que costumavam se vestir a caráter e carregavam longas espadas, adentraram o local de trabalho, como de costume. Natal acordou apavorado e, tremendo de medo, o comandante autoritário abandonou o local e os seus comandados sem entender a situação. O protagonista acreditou que, com a chegada daqueles combatentes, que ali estavam para destituí-lo de seus plenos poderes, temendo por sua vida, correu descalço até o aeroporto, decidido a voltar para Cabo Verde, onde manteria sua existência intacta. E o mais cômico dessa situação é que, apesar desse fato ter sido desastroso, era comemorado, anualmente, pelo protagonista, pelo narrador e por seus amigos cabo-verdianos.

A obra evidencia que, a partir da queda do regime, o povo português começou a executar a liberdade de expressão conquistada, mantendo as manifestações pelos direitos trabalhistas, como ocorre na concentração em frente ao Ministério do Trabalho, em favor da Lei da Unicidade Sindical e da criação da Central Única dos Trabalhadores. Germano Almeida relata, de forma sucinta, os acontecimentos que sucederam o movimento dos capitães até a renúncia de Spínola ao cargo de Presidente Provisório. Havia a confiança de que o fim do salazarismo transformaria radicalmente a realidade portuguesa, todavia, paulatinamente, o povo começa a perceber que algumas propostas da nova organização não passavam de quimeras:

Mas foi sol de pouca dura, as grandes esperanças nascidas com as nacionalizações e as expropriações a seguir ao 11 de março, ‘nacionalizado, nosso!’, entraram em agonia com o 25 de novembro e a fé na criação de uma sociedade de justiça, onde não houvesse a exploração do homem pelo homem, onde a terra pertencesse a quem trabalha, onde a riqueza adviesse do trabalho, foi esmorecendo e a beleza da solidariedade social a pouco e pouco foi substituída pela desenfreada luta do salve-se quem puder (DPCA, 1999, p.172).

Como se percebe, a obra retoma os principais fatos políticos que encerraram este processo de reorganização, após o fim do Estado Novo. De início, houve uma “aliança” entre o movimento operário e sindical, tanto no campo quanto na cidade, com os ideais de libertação promulgados pelo MFA. O 11 de março, presente na citação acima, refere-se à última tentativa de Spínola de reverter a nova realidade que se estruturava: buscando o auxílio de grandes capitalistas e latifundiários e poucos integrantes das Forças Armadas, tenta impor sua forma de governo, novamente pelo uso da força antidemocrática. O MFA contém as intenções do ex-governante e garante a concretização dos principais ideais divulgados no momento da derrubada do regime – a reforma agrária, o controle operário, as nacionalizações e a descolonização. Já o 25 de novembro encerra este ciclo, através da extinção do MFA, ainda que, como Netto (1986) ressalta, essa organização tenha continuado a exercer certa influência, cada vez menos significativa no Conselho de Revolução.

Apesar de não apresentar detalhes sobre a independência das colônias africanas, a obra explica que, em Cabo Verde, os problemas não acabaram com a retirada dos portugueses. Ao contrário, o país independente passou por uma grave crise econômica, como exemplifica a amizade entre Ana II e Suzana, nascida durante a espera nas “longas e diárias bichas, em que se encontravam para perderem imensas horas em busca ou de pão ou de leite ou de gás ou de carne ou de ovos, muitas vezes apenas para ouvirem, já acabou, não há mais” (DPCA, 1999, p.140). Com o passar dos anos, as condições básicas como moradia,

saneamento e alimentação melhoraram, ou seja, lentamente o país desenvolveu-se: “Hoje está tudo diferente [...], já não há bichas para nada, existe tudo com à vontade, pode é faltar dinheiro para comprar, existem minimercados com carrinhos onde a gente entra e escolhe o que deseja e paga à saída tal qual nas europas...” (DPCA, 1999, p.143).

José Carlos Gomes dos Anjos (2002) evidencia que, no final do século XX, Cabo Verde passou a ser dominado pelas elites nativas intelectuais, as quais mantiveram os códigos político-culturais ocidentais, permanecendo assim a enorme distância entre o sistema internacional e a população local. A sociedade cabo-verdiana continuava estratificada, não mais separada pelos grupos étnicos, mas pelo prestígio social. Esse foi um período pelo qual passou o país até que a soberania pudesse ser estabelecida através de novos símbolos de uma identidade nacional emergente. O povo não passou, automaticamente, da condição de oprimido ao exercício da cidadania.

A democracia não foi alcançada instantaneamente através da troca de poder. Natal representa o papel de que, mesmo sendo agora os cabo-verdianos que governavam autonomamente o país, seguia a exploração do povo por parte das autoridades locais. Ele sempre escolheu cargos de importância, que permitissem viajar para o exterior e lucrar com os auxílios de custo. Através da ironia, Germano Almeida realiza uma crítica aos políticos cabo-verdianos. O partido que estava no poder era o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), que afirmava lutar pelo pão, pela saúde e pela democracia, contudo não admitia a possibilidade de outro partido cabo-verdiano, proclamando que, somente depois que o progresso fosse alcançado, poder-se-ia buscar a democracia. Contudo, o MpD (Movimento para a Democracia) conseguiu, após muitas manifestações, impor um regime pluripartidário.

Natal era um apoiador declarado do PAICV, mas, assim que percebeu que o partido adversário seria eleito, apressou-se em garantir um cargo pelo MpD. Sempre através do riso, Germano critica a falta de constância política, visto que os ideais defendidos eram ilusórios e provisórios e que aqueles que exigiam as mudanças não sabiam ao certo como torná-las possíveis. Ao ser afastado da função que exercia na capital cabo-verdiana, Natal foi nomeado diretor de um serviço que ainda não fora nem criado, em que mantinha seus privilégios individuais. As palavras do narrador sintetizam a trajetória desse tipo de políticos: “Tu és um caso curioso de adaptação social e política, [...] tens nacionalidade portuguesa, és amante do bom champanhe francês e soubeste não só atravessar incólume como até beneficiar dos dois antagonísticos regimes políticos que vigoraram no país” (DPCA, 1999, p.62).



Natal acredita que a nacionalidade está diretamente vinculada à identidade, mas defende que a grande maioria dos cabo-verdianos queria ser português. Também afirma ter aprendido a ser cosmopolita, pois, em época de “globalização, [de] internacionalização de capitais e de indivíduos, o mundo é uma pátria coletiva e [...] dentro desse contexto idéias como nacionalidade, pertença a alguma coisa particular e outras do gênero perdem sentido” (DPCA, 1999, p.63). Assim como o Sr. Firmino, Natal tenta simplificar a questão para justificar suas ações.

Todavia, para compreender esse posicionamento de Natal, podemos recordar as palavras de Stuart Hall (2003, p.26): “a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. O comportamento paródico, irônico, malandro e contraditório do protagonista leva-o a defender seu posicionamento de forma individual, tentando juntar tudo o que lhe convém das culturas com que teve contato. Porém, não podemos esquecer que todos nos originamos e falamos a partir de “algum lugar” e, por mais que Natal queira transitar entre diversos localismos, é impossível não se posicionar como ele tenta fazer. Natal prefere a ilusão de defender apenas o capital, como se pudesse ser destituído de identidade. Ele poderia sim, conforme Hall (2003, p.89),

negociar com a nova cultura, [...], sem simplesmente ser assimilado por ela e sem perder completamente sua identidade, [...] [tornando-se] o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencendo a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’. As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnico.

Stuart Hall (2003) revela que tanto o processo de independência quanto a construção da história pós-colonial africana fundamentam-se primeiro na compreensão das histórias imperiais, retrabalhando-as, revisando-as e reapropriando-se delas para assumir um novo posicionamento diante dos fatos, já que uma volta ao que se era antes dos portugueses não é mais uma possibilidade viável, restando apenas a continuação do processo de tradução cultural. Para afirmar a independência cabo-verdiana, como ocorreu com inúmeras ex-colônias, após o sincretismo colonial, foi necessário retornar, redescobrir-se, reconstituir-se enquanto sujeito, através do jogo da semelhança e da diferença, estabelecendo um diálogo dessas culturas que, por muito tempo, tiveram a sua voz silenciada. Este processo de tradução cultural envolve apropriação, adaptação, revisão das próprias referências e reflexão sobre valores antagônicos e ambivalentes.

Para garantir a autonomia, foi preciso selecionar o que permanecia da influência lusa e o que precisava ser transformado para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse processo de ajustes, retomamos a explicação de Homi Bhabha (1997, p.75) “o negociar com a ‘diferença do outro’ revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação”. Essa reflexão sobre a herança deixada pelo colonialismo em contraste com a construção de um futuro melhor baseado nas peculiaridades locais possibilitou o início da mudança. A obra delinea, rapidamente, algumas das transformações alcançadas, como o processo de eleições, a abertura a novos partidos políticos e a melhoria das condições mínimas de sobrevivência.

Após esse período de reorganização da história e da identidade africana, foi possível estabelecer a base para uma nova cultura nacional, tentando superar a pobreza generalizada, o subdesenvolvimento, a desigualdade, os problemas de dependência, de subdesenvolvimento e de marginalização herdados do período colonial. Boaventura Santos (1999) questiona se, após o fim do imperialismo português, o papel luso dentro do contexto mundial mudou. Podemos complementar essa pergunta, refletindo se a função das ex-colônias portuguesas também diferiu depois do reconhecimento de sua independência política, sem esquecermos que, no sistema global atual, há um aumento das interdependências, que enfraquecem a soberania nacional e mantêm muitas desigualdades e instabilidades econômicas.

Essa nova fase, que ainda requer adaptações, não é tarefa simples, pois como afirma Laura Padilha (2002, p.275), “tudo se recria, e reinventa-se, traduzindo-se [...] margem e fronteira, inclusão e exclusão, fora e dentro, fronteira e cruzamento”. A autora compara a afirmação da identidade com uma porta de vai-vem, que nunca estaria escancarada, mas também jamais estaria fechada. Acaba aqui o período de adaptar o outro, para tentar reconhecê-lo e incluí-lo em si mesmo. Entretanto, não se pode esquecer que, apesar de toda a questão política e ideológica referente à descolonização do país, a realidade cabo-verdiana, após esses conflitos identitários não mudou quase nada. Cabo Verde não teve luta armada, a maior propulsora da descolonização, e após a proclamação oficial de sua independência, o Partido Único privatizou as instituições, que foram compradas por Portugal, e a mudança ocorrida foi bem menos radical do que se esperava. Assim, podemos concluir que, apesar da literatura, da identidade e da história formarem um triângulo de complementaridade, nem sempre a realidade condiz com as modificações idealizadas.

## 5 ATÉ QUE O LEÃO APRENDA A ESCREVER, O CAÇADOR SERÁ O ÚNICO HERÓI

Onde a noite mais escurece é em volta do pirilampo.  
(VZ, 1999, p.24)

Desde o título, percebemos que *Vinte e zinco*<sup>7</sup> defende que a autonomia moçambicana não foi conquistada simplesmente pelo desencadear da Revolução dos Cravos. Mia Couto reafirma essa sentença diversas vezes ao longo da narrativa. “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (VZ, 1999, p.13). Considerando essa afirmação, percebemos, já no início da obra, a grande diferença social que separava portugueses e moçambicanos, pois, como em toda colônia de exploração, os primeiros detinham todo o conforto, enquanto, ao povo local, restavam mínimas condições de sobrevivência.

O processo moçambicano de libertação começa a ser delineado a partir da independência, proclamada apenas no ano seguinte. O 25 de Abril trouxe mudanças imediatas em Lisboa e aos portugueses que viviam na África, mas a descolonização e a reestruturação do país abrangeram um longo espaço de tempo. Primeiramente, foi preciso esse período até que a independência fosse realmente reconhecida, para, em seguida, dar-se início ao processo de construção da autonomia e da democracia moçambicana. Segundo Rita Chaves (2005), o desejo utópico que mobilizara os africanos à luta não foi plenamente realizado devido às inúmeras lacunas deixadas como herança do colonialismo. Havia a esperança de reconstruir um tempo similar à comunhão imperante do passado, e essa decepção também precisou ser assimilada, pois nem sempre libertação é sinônimo de liberdade.

A obra de Mia Couto apresenta, na estrutura de um diário, o cotidiano do povoado de Moebase, relatando os principais acontecimentos dessa cidade nos dias que antecederam e sucederam a Revolução dos Cravos. Ao longo da obra, as poucas referências ao registro escrito encontram-se nos cadernos de Irene, que resgatam muitos elementos da cultura

---

<sup>7</sup> *Vinte e zinco*, do escritor Mia Couto será identificado, a partir desta citação, como VZ.

africana. Aqui está outro embate cultural que afasta africanos e europeus: a conservação e a propagação do conhecimento. Dizendo de outra forma, a cultura africana é fundamentada na oralidade, enquanto que, a europeia, na escrita. E como os portugueses desconsideravam o conhecimento do outro por possuírem uma cultura ágrafa, essas duas percepções de mundo tão distintas entram em choque direto.

O narrador de *Vinte e zinco* é onisciente e acompanha todas as personagens, revelando seus pensamentos mais íntimos, seus temores, suas fraquezas, apresentando reflexões de ordem social e filosófica. Fernanda Cavacas (2006) e Carmen Lucia Ribeiro Secco (1999) consideram esse um romance polifônico, pois retira do narrador em terceira pessoa a hegemonia da voz, estabelecendo um foco narrativo múltiplo. Em alguns momentos da narrativa, o narrador apresenta os fatos a partir de uma suposta neutralidade, mas, ao aproximar-se da perspectiva de determinada personagem, sua voz mescla-se a esta, como no trecho a seguir:

Irene dança em volta da irmã. A diferença de idades, na circunstância, se evidencia ainda mais. Irene, mais moça, é dessas mulheres bravias, vivas de nascença. Ela tem corpo e rosto, tudo em estado desejável. *Se não fosse louca ainda havia esperança de se lhe arranjar pretendente.* (grifo meu). (VZ, 1999, p.24)

A narrativa inicia-se no dia 19 de abril, mostrando a realidade do interior da casa dos Castro. Lourenço é um agente da PIDE que retorna após o trabalho, sendo recepcionado pelos agridos zelosos de sua mãe, que “cobre as costas do filho com um casaquinho, feito por suas mãos” (VZ, 1999, p.15). No núcleo privado, Margarida trata o filho adulto como se uma criança indefesa, enxuga suas mãos e pergunta: “Lavou bem, querido? Agora, venha. Já preparei a sua caminha” (VZ, 1999, p.17). O primeiro capítulo está repleto de diminutivos, que evidenciam o comportamento da mãe que infantiliza o filho: caminha, lavadinho, almofadinha, cavalinho, Lourencinho. Ao chegar em casa, Lourenço retira a máscara social da autoridade local e corresponde a tais expectativas maternas, necessitando do auxílio de Margarida para tudo: a mãe arruma a sua cama, leva-lhe leite morno, cobre-o com o lençol, afaga-o para esquecer o medo de ventoinha, alcança-lhe o pano e o cavalinho de madeira para conseguir dormir. Lourenço age como se durante o dia cumprisse as expectativas paternas de imposição moral, enquanto, à noite, rendia-se aos mimos da mãe, num eterno conflito entre crescer e continuar a agir como um menino.

Apesar do poder social que Lourenço exerce sobre os moçambicanos, na esfera privada, o policial não consegue ter sossego, sendo atormentado pelo temor que os rituais africanos lhe provocam. Os tambores representam algo místico que o europeu não consegue explicar, mas sabe que ligam o homem africano aos seus valores transcendentais. Esse comportamento retoma a epígrafe de abertura da obra, em que Alfred Metraux defende que, apesar da postura de superioridade, a cultura africana não era totalmente ignorada pelos europeus, pois eles temiam esse universo desconhecido que importunava a sua imaginação. Se as crenças africanas lhe fossem totalmente indiferentes, não haveria por que os rituais serem proibidos, como ocorre no fragmento abaixo:

O Homem nunca é cruel e injusto com impunidade: a ansiedade que cresce naqueles que abusam do poder freqüentemente toma a forma de temores imaginários e obsessões dementes. Nas plantações de cana-de-açúcar, o senhor maltratava o escravo, mas receava o ódio deste.

Ele tratava-o como besta de carga, mas temia os ocultos poderes que lhe eram imputados.

Quanto maior era a subjugação dos negros, mais eles lhe inspiravam medo [...] Talvez alguns escravos se tenham realmente vingado sobre os seus tiranos – mas o medo que reinava nas plantações tinha origem em mais profundas camadas da alma – era a feitiçaria e o mistério de África que perturbavam o sono dos senhores da ‘casa grande’ (VZ, 1999, p.15)

Com a passagem “O torturador necessita da vitória para criar verdade nesse jogo a duas mãos que é a fabricação do medo” (VZ, 1999, p.15), Lourenço de Castro instaura o temor através da coerção psicológica e da imposição do poder pela violência, pois o número de portugueses era ínfimo quando comparado ao de moçambicanos em Moebase e na África como um todo. A estrutura social da cidade de Moebase contava com poucos brancos: Lourenço, o padre Ramos, o médico Peixoto, o administrador Marques e o agente Diamantino, além das mulheres – Irene e D. Margarida – “mas as mulheres não contam. Assim se dizia em casa dos Castros. Maior parte das vezes até descontam” (VZ, 1999, p.15). A partir do momento em que os africanos não se sentissem mais acuados, o poder seria destituído através da descoberta de sua verdadeira força, pautada na união e na luta, que provocaria o rompimento da dominação a que eram submetidos.

Lourenço atribuíra a si o legado de seu pai de ser agente da polícia salazarista; contudo, não possuía uma personalidade suficientemente dominadora. Essa situação amedronta-o, fazendo com que desenvolva uma imagem invertida de si mesmo, em que tenta eximir a sua culpa ao se colocar a si próprio na figura do injustiçado: “Ninguém avalia o custo de ser inspetor da PIDE, em pleno mato africano, lá onde o pé de branco nunca assentou”

(VZ, 1999, p.16). Segundo Carmen Lúcia Ribeiro Secco (1999), o nome “Lourenço” retoma a palavra *louros*, mas o seu comportamento representa justamente o contrário, pois é extremamente frágil e inseguro.

Apesar de toda a violência que sua profissão exige, não é com total orgulho que Lourenço a exerce, pois “o guerreiro, de espáduas circunflexas, não exala glórias” (VZ, 1999, p.16). E, no íntimo de seu lar, lamenta o sangue em suas mãos: “Por que não confessam? Custava alguma coisa...” (Idem). É claro que o seu sentimento de culpa não anula a desumanidade de suas ações, visto que “o sangue vai gotinhando na bacia [...] [e a] água corre como se não bastasse um rio para o limpar” (Ibidem). Lourenço esboça uma leve consciência dos males que pratica. Não é com satisfação que violenta os moçambicanos e a sua compulsão por lavar e cheirar as mãos tenta esconder a mácula que está não só no seu corpo, está, sobretudo, na sua mente.

O inspetor afirma ter ódio dos pretos e, a mãe, indiferença. Margarida tenta não estabelecer qualquer tipo de contato com os nativos, seguindo os preceitos patriarcais de sua cultura: obedecia sem questionar às determinações do marido e, depois da morte deste, serviu incondicionalmente ao filho. Margarida manifesta, inclusive, um medo extremo dos moçambicanos, nunca saía de casa, porque a “África começava logo ali, no sopé da varanda. Não se podia facilitar” (VZ, 1999, p. 63). Nas palavras de Gusmão (2000, p.26),

O musseque é a cidade da maioria oprimida, onde não há casas verdadeiras, não há eletricidade, água corrente e saneamento básico, onde os cidadãos são culpados mesmo que estejam inocentes; a cidade branca, erigida com braços, o esforço, o trabalho e o sangue dos que vivem no musseque, é onde o vive a minoria branca que desfruta de todos os privilégios, entre os quais o de poder fazer gala em ignorar o crime diário que perpetua a sua posição de privilegiados.

Lourenço considerava-se um exemplo de lucidez, no entanto, desde que presenciara a morte de Joaquim, seu comportamento mudara. Margarida sempre mimara o filho e o marido resolveu interferir para que ele não se tornasse um covarde: decidiu que Lourenço deveria assistir ao extermínio dos negros que, de mãos atadas, eram jogados do helicóptero ao oceano. O velho Castro considerava aquela cena um espetáculo, pois “experiências daquelas é que endurecem o verdadeiro homem” (VZ, 1999, p.26). Tratava com escárnio a brutalidade daquele acontecimento: “Você vai ver, filho: os cabrões esbracejam no ar como se quisessem ganhar asas” (Idem). Lourenço sabia que essa era sua oportunidade para mostrar a coragem ao pai, porém, encolhido num canto do helicóptero, esforçava-se para não demonstrar o enjôo que tentava dominá-lo.

Joaquim de Castro era o português opressor, que sentia satisfação em maltratar os moçambicanos, regozijava-se ao demonstrar o poder que exercia sobre aquela sociedade. Maltratava, torturava e matava pelo simples prazer de sentir-se superior. Todavia, nesse dia, nem tudo aconteceu como de costume porque “um emaranhado de pernas cruzou em redor do policial. Como tesouras de carne, os membros inferiores dos presos enredaram o corpo do português” (VZ, 1999, p.27) e o que Lourenço presenciou foi o corpo do pai caindo do avião junto aos dos presos. Percebeu a semelhança da queda paterna como o último vôo de um pássaro e, depois dessa cena, nunca mais pôde escutar o barulho de ventoinha.

Na tentativa de dar seqüência à carreira paterna, Lourenço ingressou na polícia política. Esforçou-se no seu trabalho e, devido a “muito serviço mostrado [e] muito mais serviço que não podia mostrar” (Idem), ascendeu rapidamente. Aquele episódio não fora suficiente para perceber a violência a que os moçambicanos eram submetidos, nem que eles poderiam um dia pôr fim a essa realidade de dominação. Ele apegou-se à perda do pai e queria amenizá-la, assumindo o seu lugar, não percebendo que esta tarefa era impossível. Lourenço acabou herdando a profissão do pai, mas não exprimia o mesmo sentimento de soberba. Por vezes, ele demonstra raiva dos negros, outras, piedade.

Na verdade, Lourenço não sabia definir seus pensamentos porque não parava para refletir sobre a sua atuação naquela sociedade. Agia a partir da ilusão de zelar por uma tradição, representada pela figura paterna e pelo próprio regime salazarista, mas não tinha coragem de machucar os moçambicanos como fazia o seu genitor, e, quando o fazia, acabava sentindo remorso. O agente não tinha uma visão clara e completa da realidade, uma vez que criou um mundo particular, em que se refugiava para tentar esconder seus maiores medos, que, muitas vezes, confundiam-se com o plano real. Ele acreditava na existência de um cordão umbilical saindo de sua barriga e tinha a crença de que “isto só pode ser feitiço da pretalhada” (VZ, 1999, p.21). Segundo Carmen Lúcia Secco (1999), essa imagem do umbigo a crescer-lhe está relacionada à incapacidade de desvincular-se do falecido pai.

A família Castro possui mais uma integrante, Irene, que tem um comportamento totalmente diferente dos demais. Apesar de sua origem lusa, ela convive com os africanos sem percebê-los como diferentes: “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de outra qualquer raça” (VZ, 1999, p.23). Para ela, essa distinção não existia. Irene não considerava a sua cultura superior, ao contrário, tinha curiosidade em aprender os conhecimentos moçambicanos. Agia como se pertencesse àquele lugar e não obedecia às proibições da família. Esse comportamento de respeito com os autóctones causa a

indignação da irmã e do sobrinho, que a consideram uma desajuizada, despudorada, que comprometia o nome da família ao portar-se desta maneira.

Stuart Hall (2003) ressalta a necessidade humana de pertencer a um grupo, sociedade, classe, estado ou nação. Irene não se sentia parte da cultura branca naquele ambiente de violência e exploração. Irene não possuía “[...] modos de ocupadora, ela em si requerendo apenas o espreitar respeitoso de quem não quer posse nem domínio. Se comportava como era, estrangeira vivendo em território colonial” (VZ, 1999, p.43-44), que procura entender o outro em sua plenitude. Conforme Laura Padilha (2002, p.268),

[...] A identidade se assusta frente à diferença. Para vencer espanto e impasse, fazem-se necessários, o pacto com a transformação e a urgência da captura de sinais que sustentem o chão da estrada pela qual se dará o trajeto para o outro. Só assim se diminuem as distâncias e o antes diferente encontra a forma pela qual se traduz e a norma que o sustentará daí por diante.

Os elementos da cultura africana difundidos pela tia entram em choque com os padrões ocidentais do policial. Quando Lourenço chega a casa, ela o afronta, “dançando, volteando-se pela sala. [...] Irene passa rodando, pernas deixadas nuas pelo arregaçar da saia na cintura. Se percebe que aquela dança não é europeia. É ritmo africano. A mulher branca se balança como se seu corpo albergasse o mundo dos outros” (VZ, 1999, p.29). É como se, ao despir-se, Irene abrisse mão dos seus valores anteriores, tentando desassimilar a cultura europeia, para absorver a outra que estava diante dos olhos. A discussão entre Irene e Lourenço intensifica-se, delineando “o confronto deslocado de uma outra guerra” (Idem). É o confronto cultural, em que Lourenço representa a força bruta e Irene a luta pela liberdade.

Irene é um sujeito híbrido: apesar de ter nascido portuguesa, não se identifica com a realidade de exploração e esforça-se para aproximar-se ao máximo da cultura moçambicana. Ao identificar-se com a causa africana, tenta transpor esta fronteira que divide os dois mundos, no empenho de transladar-se para a margem de lá. Devido à mestiçagem racial, existente desde a chegada dos bantos a Moçambique, não há entidades racialmente puras e isso não é uma exclusividade do intercâmbio com o europeu (CHAVES; MACEDO, 2006). Irene acaba encontrando a sua própria identidade neste intercâmbio de compreensão e assimilação da outra cultura.

A tia de Lourenço percebe que a dominação portuguesa na África está próxima do fim, pois, a cada dia que passa, os moçambicanos percebem com maior nitidez a força que juntos possuem: “Pensas que tens o poder de matar? Pois esta gente, os pretos como tu lhes



chamas, tem poderes que desconheces. Esses que mataste ainda estão por aqui, deste lado da vida. Só matas os que eles deixam morrer” (VZ, 1999, p.32). Mia Couto trabalha freqüentemente essa relação com os mortos que, apesar de não estarem mais presentes, interferem ainda nos destinos dos vivos, como Marcelino, que em breve será vingado. Laura Padilha (2002, p.270) afirma que

Na África [...] a morte não desfaz os laços existentes na terra ou leva os seres desencarnados para um distante e inconsútil morada divina. Pelo contrário, do cimo das árvores, por isso mesmo feitas sagradas, ou transmutados em outras partes da natureza, os antepassados permanecem territorializados, a velarem pelos seus. Os laços de pertença não se desfazem, mas se apertam, tornando-se mais fortes.

A tia ainda complementa: “Lourenço, o menino não entendeu uma coisa: você não manda, você só dá ordens. Entendeu?” (VZ, 1999, p.30). Há três personagens na obra que o inspetor não consegue intimidar: Irene, por sua suposta loucura, Jessumina, por ser detentora de um universo por ele temido e, Andaré, por sua cegueira. Todos esses fatores lhes concedem certa liberdade frente ao autoritarismo colonial.

No passado, Irene, namorou Marcelino, um mulato que não aceitava a sua origem branca. Foi muito criticada por sua família, que o denominava um “quase-preto” e considerava que “tudo nele estava errado: a raça, a condição, a política” (VZ, 1999, p.74). A família de Marcelino era um exemplo de como a presença portuguesa desestruturou a constituição de inúmeras famílias. Sua mãe, dona Graça, dizia-se viúva para manter as aparências, no entanto, todos sabiam que nunca tivera marido – um português a engravidara e sumira, e, para sustentar-se, vendia ameijôa no bazar da vila. Seu tio, Custódio, dono da oficina, não era um assimilado, mas considerava que os negros precisavam aprender a valer-se de alguns meios ambiciosos para tirar proveito naquela realidade de exploração. Enquanto Marcelino só acreditava na mudança através da revolução, seu tio respondia que havia métodos mais simples e imediatos para isso, como ele mesmo faria: ao casar a neta com um branco, ela rapidamente mudaria de vida. Para o sobrinho não havia meios-termos, “O mundo precisa de ser cambalhotado, o invés do viés” (VZ, 1999, p.45). O tio não acreditava nesta transformação radical:

Não me venha com essas idéias de política. A política é desses incêndios que se acendem na casa do outro e quem arde é a nossa casa [...] um patrão sofre mas é de inveja do criado. Sim, veja o caso do cavalo, dizia. Um cavalo sabe que o dono lhe deve tratar bem. Fosse ele não tinha dono e passava pior (VZ, 1999, p.46).

Custódio simulava uma suposta indiferença à dominação portuguesa, valendo-se da dissimulação para usufruir a pouca liberdade que lhe cabia: “Fazemos como o cavalo, pá. Faz de conta que obedece mas, basta ele querer, e o cavaleiro se despenha da montagem” (Idem). Entretanto, ele não era um assimilado, pois não esquecia suas origens, os seus iguais, não visava à ascensão individual, agindo em favor dos brancos. O tio concordava que a injustiça devia terminar e um indício de que não aceitava tranquilamente a dominação lusa era o fato de não usar sapato.

O dito sapato não compõe apenas o pé mas concede eminência ao homem todo inteiro. O calçado é um passaporte para ser reconhecido pelos brancos, entrar na categoria dos assimilados. Existe dois tipos de pretos: os calçados e os pretos. [...] Tio Custódio se vangloriava da sua descalidão. O mato estava sempre renascendo sob seus pés. Isto era seu dito. E mais se atribuía: onde seu pé tocasse o chão se apagaria a obra desses brancos. O passo dele punha o mundo a andar para trás (VZ, 1999, p.47).

Marcelino, ao contrário, acreditava que só as ações drásticas poderiam acabar com a opressão de uma vida inteira. Ele lutava ativamente pelo término da colonização envolvendo-se diretamente na luta pela libertação e levando Irene consigo, afinal “era branca, cunhada de um inspetor da PIDE, como podiam suspeitar dela?” (VZ, 1999, p.45).

Por essa época, Custódio foi chamado ao exército colonial, que exigia a sua dedicação em tempo integral para consertar as viaturas militares. Custódio e Marcelino discutiram seriamente, porém o tio decidiu acatar as ordens das autoridades locais, enquanto o sobrinho entendeu aquele gesto como uma ofensa contra as suas origens: “Até aqui o senhor foi um covarde. Agora será um traidor” (VZ, 1999, p.53). O mecânico mudou-se para o quartel; pouco tempo depois, adoeceu sem que ninguém pudesse identificar de qual moléstia sofria e, quando estava prestes a morrer, enviaram-no para casa. Momentos antes de sua morte, ele chamou Marcelino e entregou-lhe uma carta de seu pai juntamente com uns papéis que tinha roubado do quartel. Suas últimas palavras foram: “Entregue aos camaradas, pode ser que lhes sirvam. Desta maneira, pode ser que eu tenha servido também. [...] Diga lá aos seus chefes que fui eu, Custódio Juma, que desenrasquei essa papelada” (VZ, 1999, p.56).

Com este gesto, o mecânico demonstra que temia se rebelar contra a dominação portuguesa devido às conseqüências que este ato poderia causar, mas também que sempre seria fiel ao seu povo. As últimas palavras de tio Custódio relacionam-se com a definição de Schwarz de que “uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ *apud* HALL, 2003, p.49). A

nação de Custódio era sua família, os seus amigos mais próximos. Marcelino jamais leu a carta deixada por seu pai, rompendo definitivamente com o seu legado branco. Hall também reflete sobre a constituição do sujeito fragmentado em relação à sua identidade cultural e, dessa forma, percebemos que, ainda que não possa apagá-la por completo, Marcelino tenta minimizar ao máximo a parcela branca de sua constituição. Nas palavras de Laura Padilha (2002, p. 270-271),

[...] as marcas visíveis de seus sagrados ancestrais que lhes davam as diretrizes ético-sociais. Despaisados, sem referências tangíveis, os africanos transplantados, fizeram da vivência perdida, memória e, com ela, traçaram o caminho da resistência e da tentativa de manutenção de seu tapete identitário, sempre múltiplo, uma vez que não há uma singular identidade africana, mas um tecido feito de muitos fios étnicos. A resistência da memória, no entanto, não permitiu a morte do legado de lá, por assim dizer, que encontra formas de reterritorializar-se e se difundir.

Toda a narrativa fundamenta-se nas oposições entre brancos e negros. A simples realidade da família Juma contrapõe-se à riqueza dos Castro; no bairro pobre havia um lar, enquanto no palacete havia apenas familiares que compartilhavam o mesmo local de moradia. No bairro de asfalto todos viviam infelizes, desejando realidades muito distintas: Joaquim praticava a dominação lusa em Moçambique, Margarida sonhava com o retorno à pátria, Lourenço desejava conquistar o orgulho dos pais e, posteriormente, Irene lutava por justiça e igualdade. É a irmã de Margarida que vem alertar sobre a iminente destruição dos Castro: “Pois, eu vos digo: esta casa vai definhir, até nela apodrecer o espírito desse monstro que foi esse teu pai. [...] Haveis de enterrar mil vezes esse falecido. E será sempre enterro falso. Que esta terra nunca, mas nunca o irá aceitar.” (VZ, 1999, p.31). A terra aqui se relaciona ao pertencimento, como se ela realmente pudesse impedir o enterro daquele que fizera tantos males ao povo. O corpo de Joaquim, perdido no oceano, faz com que aumente a veneração de Lourenço, que não enterrou o seu morto e assume uma visão sebastianista de sua volta. O lugar de Joaquim à mesa era conservado intocado desde a sua morte, simbolizando a sua presença, como um ritual a ser mantido, um culto à figura paterna que estruturara aquela família.

Já nos bairros de madeira e zinco, destacam-se duas personagens que possuem significativa importância dentro desta sociedade, porque são capazes de perceber o que os demais não conseguem compreender: Andaré Tchuisco por sua cegueira e a adivinhadora Jessumina por seus poderes da religiosidade africana. Comentava-se que ela recebera o espírito do nzunze após desaparecer nas águas do lago Nkuluine por sete anos, onde aprendera

“os segredos de um outro saber” (VZ, 1999, p.65). Andaré era pintor das paredes da cadeia da PIDE e, apesar de sua deficiência, conseguia exercer o seu trabalho. Sua função era manter as paredes brancas, “alvas e puras, sem vestígio de sangue” (VZ, 1999, p.36). Com o chão ele não precisava se preocupar, pois era propositadamente encerado de vermelho, “justo para que não se detectasse o sangue dos torturados” (Idem). Dentre as obras analisadas neste trabalho, *Vinte e zinco* é a única que mostra os horrores da prisão, enquanto as demais evidenciam o medo de ser preso e torturado por afrontar ao regime, inclusive diversas passagens mostram explicitamente a violência praticada nesse ambiente.

A cultura africana explica muitos de seus questionamentos através de justificativas maravilhosas, fantásticas. Para a cegueira repentina de Tchuisco havia duas explicações populares: a primeira contava que o pai apresentaria o bebê à Lua, mas, enquanto o menino repousava no cesto, uma cobra picara-lhe, levando consigo sua visão. A segunda afirmava que a morte tinha-o visitado ainda no período de gestação, porém a mãe de Tchuisco cantou, e, como “morte não suporta canto de mãe” (VZ, 1999, p.37) ela retirou-se, levando consigo a luz dos olhos do bebê.

Entretanto, quem conhecia a verdadeira história de sua cegueira era a família Castro. Quando Joaquim viera para África, começara trabalhando em Pebane, onde Andaré, que ainda enxergava, fora contratado pela primeira vez para pintar as paredes da prisão local. Naquele contexto em que a grande maioria da população era analfabeta, o moçambicano destacava-se por seu conhecimento: “[...] era um jovem educado em escola, recomendado pelos padres que o escolarizaram” (VZ, 1999, p.36). Andaré fazia parte do pequeno número de africanos que tiveram acesso ao estudo, pois, na visão dos portugueses, a educação estava diretamente relacionada à formação dos quadros subversivos nacionalistas e, portanto, deveria ser contida. Andaré, apesar de seu conhecimento, também não era um assimilado. Foi repentinamente que seus olhos começaram a desbotar e ficar azulados. Joaquim de Castro permitiu que, apesar da falta de visão, ele continuasse a realizar o seu trabalho. Então, quando a família mudou-se para Moebase, o cego os acompanhou. Esta solidariedade do patriarca da família Castro pode causar estranheza, contudo sua beneficência será desmascarada posteriormente.

Lourenço sentia raiva de Andaré porque “[o] cego se permitia altivez que nenhum outro negro exibia. E os brancos aceitavam, enfraquecidos pela sua deficiência” (VZ, 1999, p.37). E “A Lourenço de Castro irritava era esse sim e não dos assuntos em África. Esse poder ser e não ser, essa líquida fronteira que separa o possível do impossível. Como se a verdade, nos trópicos, se tornasse em coisa fluida, escorregadiça” (VZ, 1999, p.128). Diante dos olhos

racionais portugueses, a aproximação entre o plano real e mágico, o verossímil do inverossímil, a tênue linha que separava vida e morte jamais seria compreensível, pois foram construídos pelos olhos da ancestralidade, característicos deste outro modo de perceber o mundo.

O inspetor imaginava que, por ser incapaz de levantar suspeitas, Tchuisco ajudava os negros “a escapar além-fronteira e a juntarem-se aos guerrilheiros que atacavam os interesses portugueses” (VZ, 1999, p.38). Ao longo da narrativa, o cego Andaré mostra uma visão muito mais apurada do que a dos que podem ver, visto que percebe todos os elementos envolvidos no conflito entre dominadores e dominados, prevendo o desfecho deste combate. Ao contrário, Lourenço só consegue enxergar a sua própria perspectiva, não sendo capaz de compreender o universo moçambicano: “Cegueira é ver o nada. O não ver nada é a morte” (VZ, 1999, p. 33). Andaré justificava as suas previsões através de sua peculiaridade: “Sou íntimo do nada. Por isso, chego a arredores onde vocês nunca tocarão” (VZ, 1999, p.38). Ao contrário do significado do seu nome, Andaré não anda para trás, mas percebe a aproximação de realizações futuras.

Margarida não suportava mais ver o filho transtornado por visões e temores que perturbavam suas noites de sono e decidiu procurar a adivinhadora Jessumina para tentar entender o que estava acontecendo em sua casa. Foi escondendo-se embaixo de um guarda-chuva que ela enfrentou a mata, sentindo-se culpada por aquela atitude. Apesar de surpresa com aquela visita, a adivinhadora recebeu-a e “[s]entaram-se ambas no chão que é o lugar de mulher sentar” (VZ, 1999, p.64), entretanto, não entendia por que uma branca de Portugal precisaria dela. Ainda que fosse reconhecida pelo povo por seus poderes, sentiu-se valorizada pela presença de Margarida. A portuguesa estava constrangida e exigia pressa, contudo a adivinhadora esclareceu que ali “o tempo era governado por suas paciências” (VZ, 1999, p.67).

Aqui percebemos a opressão direcionada especificamente às mulheres em ambas as sociedades, a branca mal era notada em sua casa, e ambas só podiam sentar-se no chão. Jessumina é a representação da resistência africana através da ancestralidade. Pacientemente, ela explicou a atual situação da casa dos Castro, revelando verdades que Margarida não queria admitir:

Lourenço foi seu filho. Já não o é. [...] fora possuído pela sua própria vida. Sem nunca chegar a ser ele próprio. Causa de tudo: o pai. Era preciso despedirem-se do velho Castro. Urgia trancar aquela ausência. Enquanto isso não fosse feito, a família

não teria descanso. Sobretudo Lourenço. Aquele pano que ele usava para adormecer: aquilo só servia o corpo. A sua alma não tinha almofada onde encostar. (VZ, 1999, p.67-68)

Só então a portuguesa percebeu que estava sentada à moda africana, pernas dobradas sobre a esteira, conversando pela primeira vez com uma mulher de outra raça apesar de viver a vinte anos na África. Depois de conversarem até a noite, Margarida agradece-lhe com um beijo. Na volta para a casa, questiona-se:

Um ser de além mundo, como Jessumina, pode fazer suportar melhor este nosso mundo? [...] Ao subir os degraus da varanda, assim esquiva e desobediente, lhe veio a lembrança de uma felicidade adolescente. [...] Ficou assim de olhos fechados, adiando o mais possível a entrada em casa. (VZ, 1999, p.72)

Margarida aproximou-se da existência moçambicana pela primeira vez, observando a outra e percebendo semelhanças entre as duas. O inesperado contato entre essas mulheres garante a sobrevivência da portuguesa no desfecho da narrativa. Até então, Margarida tentava negar a realidade que estava bem diante de seus olhos, ignorando a exploração dos moçambicanos e o conflito armado que gerava tantas mortes.

A Igreja também era uma instituição conivente com a exploração lusa, pois não buscava interferir na construção de uma sociedade mais humana. Este era o único local freqüentado por Margarida, enquanto Irene afirmava que não precisava de uma religião que defendesse a permanência da violência e, por isso, possuía o seu próprio ritual aos mortos, semelhante ao das crenças africanas. Um dia, quando Margarida chegou à igreja, encontrou um homem negro que estava nu e rezava missa. Ainda que espantada, ela ajoelhou-se no banco e rezou, escutando suas palavras:

Senhor Deus, eu venho me desbaptizar. Causa o seguinte: minha crença não é de gente humana. Eu tenho religião dos bichos. Quero ficar interdito de entrar em igreja. Nem na vossa, nem em nenhuma outra. Quero transitar-me para bicheza. Perder alma, perder mesmo a lembrança de, um dia, ter sido pessoa. Porque ser animal só me dá vantagem: eu poderei ser invisível, os demônios que nos visitam. Como esses cães que uivam toda a noite sem sabermos a razão. Eles estão conversando com os demônios. Em diante, quero só conversar com o diabo. Quero tudo isso enquanto durar esse inferno que aqui vivemos (VZ, 1999, p.79)

Mia Couto realiza aqui uma síntese da destruição que o colonizador trouxe para a África. Como evidencia Laura Padilha (2002, p.29), os nativos foram destituídos de sua religião, de sua organização social, política e econômica e, ao mesmo tempo, eram privados de sua identidade histórica, o branco lhes fechava as portas para o seu mundo, rebaixando-o

ao estado de inferior, “deixando-o numa situação de verdadeira orfandade”. Já não era respeitado como ser humano, como poderia suportar tamanha animalização? O padre veio retirar Margarida dali, desculpando-se e explicando que aquele homem enlouquecera na tropa colonial. Vivendo em um tempo de ações desumanas para com os semelhantes, talvez se animalizando tivesse uma vida mais digna e tranqüila do que a que lhe era proporcionada.

Outro elemento freqüente na obra de Mia Couto é a apresentação do imaginário moçambicano através de imagens fantásticas apresentadas em tom poético. Carmen Lúcia Ribeiro Secco (2006, p.72) define esses procedimentos como a “ [...] escritura mitopoética do autor, cujo lirismo funciona como bálsamo cicatrizante e cuja lucidez política serve para abrir os olhos do povo, numa tentativa de curar a cegueira reinante em Moçambique nos tempos pós-Independência.” Apesar do romance ser escrito em prosa, Mia Couto recheia os episódios com um tom poético, repleto de sonoridade, de imagens, como exemplifica a epígrafe que introduz o início deste capítulo.

A afirmação acima de Secco (2006) lembra Andaré Tchuisco, que não enxergava tanto quanto os demais personagens, mas possuía um posicionamento crítico bem mais atuante do que estes. Através do processo de conscientização da realidade por que passam as personagens, percebemos o intuito do autor de findar com a alienação político-social de muitos moçambicanos, conseqüência da falta de conhecimento e de questionamento da História. A autora ressalta ainda que as representações oníricas tão freqüentes nos textos de Couto, relacionam-se com o imaginário cultural popular. Este, por muito tempo, foi censurado como um elemento das manifestações religiosas, mas passa a ganhar voz no discurso do escritor, que apresenta os mitos e as crenças moçambicanas.

O capítulo “24 de abril” anuncia mudanças através da figura de Andaré. O cego está no meio da praça e prevê transformações: o rio inundará a cidade, trará água limpa para renovar aquela realidade. Sua bengala transforma-se em ave que, por sua vez, metamorfoseia-se em Napolo. Se os feitiços africanos já geravam o pavor nos brancos, imaginem uma serpente voadora “zigzagueando” entre a multidão. Ao desfazer-se com um tiro, a chuva cai com força, menos sobre a pousada eterna de Custódio e Marcelino. É o anúncio do primeiro vinte e cinco.

Petar Petrov (2006) evidencia que a escrita de Mia Couto é de origem popular e estabelece uma coerência com o absurdo, com o grotesco, privilegiando a carnavalização, característica comum da literatura popular. Com isso, o escritor resgata o imaginário

ancestral, remexe nas raízes do mito, aproximando-se assim do “realismo mágico-sul americano”. Para tanto, Couto recorre a um simbolismo relacionado à natureza, explora visões metafísicas, estabelece o confronto entre o sagrado e o profano e mostra a religiosidade como forma de ligar o homem ao transcendente.

Percebemos, neste episódio que ocorre no meio da praça, no capítulo 24, que Mia Couto mistura espaços reais e imaginários, além de sobrepor dois mundos diversos, em que a mentalidade branca espanta-se diante da magia vista como natural pelos africanos. O monstro une diferentes tempos, o dia da morte de Joaquim, o presente na praça e o futuro que antevê. Para o europeu é muito difícil compreender sob olhos ocidentais que na África a visão de mundo, a constituição lingüística, étnica, religiosa e cultural, a organização social e a simbolização do real estão relacionadas a um conhecimento maior de origem ancestral. É o embate dos dois tipos de realismos, do qual nos fala Jane Tutikian (2006d): o real objetivo europeu e o real imaginário africano.

O conceito de realismo mágico e os estudos surgidos em seu torno revelam-se pertinentes nesse contexto, uma vez que com eles se procura compreender a irrupção na literatura de uma ordem transgressora, que põe em causa um modelo único de mundo. A aparente contradição entre os termos que formam o conceito dissolve-se através da fusão do que é entendido como ‘maravilhoso’ ou ‘mágico’ na realidade objetiva, apresentando-se na narrativa como um todo coerente e indivisível. (Bravo (apud Fonseca, 2006, p.19)

O ápice da narrativa é a notícia da Revolução dos Cravos, que chega simultaneamente à da falsa gravidez de Irene, como se os dois acontecimentos estivessem relacionados: o 25 de abril de 1974 seria o embrião da independência moçambicana, um fato relevante, mas apenas mais um de uma longa caminhada. Lourenço não acredita no golpe de Estado que ocasionou a queda do regime salazarista: “Regime? Qual regime? Para ele não havia um regime. Havia Portugal. A pátria eterna e imutável. Portugal uno e indivisível” (VZ, 1999, p.92). Percebemos aqui que seu patriotismo é fanático e o recebimento dessa notícia assemelha-se ao comunicado de um falecimento:

O pido estava derrubado, vertido dentro de si mesmo. Seus olhos estavam parados, o olhar ausentado deles. Reviu sua vida, num ápice: os gritos da cadeia todos se acumularam, como se as celas se fechassem de um só golpe em sua cabeça. De repente, um baque: é o corpo de seu pai caindo nas águas. De chofre, se levantam espumas, mas não são brancas. Antes, são vermelhas. (VZ, 1999, p.92)

O opressor sente-se agora inesperadamente acuado. O pai, que fora o seu exemplo, deixa de ter a sua representação divinizada e tomba, assim como o regime. “Finalmente, seu



pai sofria sua última morte” (VZ, 1999, p.93). A figura de Joaquim mescla-se com a da ditadura salazarista porque a proposta do próprio governo fundamentava-se na valorização da família e da autoridade paterna. As duas perdas unem-se numa só: “Quase eu não precisava de ter pai. Havia Salazar, a pátria, a ordem” (VZ, 1999, p.133). Ele tornou-se um sujeito sem referências, sem identidade, sem pátria, sem profissão. Lourenço representa o português que não admite suas derrotas facilmente, não sabe lidar com suas perdas, não aceita a nova realidade e sua obstinação o leva ao final trágico.

Já a reação de sua mãe é confessar que seu maior desejo sempre foi partir de Moçambique, no entanto, com a morte do marido, Lourenço resolvera ocupar o seu lugar. Finalmente havia chegado a sua hora. Não é por amor à pátria que deseja partir, pois nem lembrava mais de sua terra natal. Mesmo assim queria livrar-se daquele cenário, daquela situação. Lourenço acompanha o noticiário com as manifestações em Lisboa, porém Moebase ainda não mostra a agitação da metrópole. E este alvoroço não se realizará, simplesmente porque não há ainda motivo para comemorações, pois a data moçambicana ainda não chegara.

O inspetor não compreende o que está acontecendo, ainda espera por ordens superiores que jamais virão. Margarida engana a si mesma ao acreditar que soltando os presos tudo estaria solucionado. Contudo, ela mesma admite que “por mais que nos lavemos, não há água que chegue para nos limpamos do passado” (VZ, 1999, p.94). Lourenço ainda quer ganhar na África uma batalha que já foi perdida por Portugal, almejando reverter o irreparável: “Até que o leão aprenda a escrever, o caçador será o único herói” (VZ, 1999, p.109). Enfim, aproxima-se o momento de os moçambicanos contarem a sua própria história e assumirem a soberania de si mesmos e do país.

Ironicamente, é aniversário do policial. Uma comemoração em que não há pessoas, pois todos os funcionários já abandonaram a casa dos Castro. Presentes apenas ele mesmo e sua serva mais dedicada: a mãe. A comparação com uma criança intensifica o clima de derrota que se instaura no ambiente:

A mesa está decorada com papéis coloridos, uns balões tristonhos teimam em incomodar o cordel que os prende às cadeiras. Um bolo de aniversário. No creme da cobertura está escrito ‘Ao menino Lourenço’. E as velas, alinhadas como soldados à espera da sentença. Quarenta e duas. (VZ, 1999, p.98)

Margarida teme a vingança dos moçambicanos. Pela primeira vez, o lugar destinado à memória do patriarca não fora preparado, mas Lourenço não aceita as mudanças: coloca o

cadeirão do pai à cabeceira da mesa, servindo o lugar de prato e talheres, ordenando à mãe que sempre mantivesse o espaço paterno. O jovem Castro quer permanecer no passado, como se fosse possível conter o tempo. Margarida tenta consolá-lo, pergunta se alguma vez ele matou algum negro. Ele afirma que não, apenas mandou matar, diferindo assim do pai. Era como se quisesse eximir-se da culpa, distinguindo o ato de ordenar de realizar, quer iludir-se ao crer que são ações muito diferentes, contudo sabe que as conseqüências são as mesmas. Confessa que uma vez batera até quase matar. Fora em Marcelino.

Lourenço sabia que Irene começara a auxiliar seu namorado na luta revolucionária, retirando da casa documentos confidenciais, pois a flagrou trocando propaganda subversiva com Marcelino: era a confirmação de que a tia trabalhava em favor da FRELIMO. O mulato foi preso e Irene espancada e trancada em casa. Lourenço esperava que um mestiço fosse mais fiel ao regime dos brancos, por isso foi, com satisfação que se ofereceu para torturá-lo. Bateu tanto que nem percebeu que ele já havia perdido os sentidos. Após três noites de tortura, Marcelino suicidou-se, cortando os testículos com um osso que sobrara do jantar. Não era possível perceber o seu sangue sobre o soalho vermelho. Irene encontra-o de cócoras, morto, “estava vazio, seco até o osso” (VZ, 1999, p.104). O mulato rende-se à morte, não ao branco, mas suas marcas permanecem, ainda que não de forma facilmente visível, como o seu sangue que se escondia sobre o piso vermelho escarlate.

“Ingênuo não é aquele que acredita, mas o que pensa que os outros também acreditam” (VZ, 1999, p.109). Apesar da resistência em admitir que as suas crenças não eram mais válidas, Lourenço começa a compreender lentamente que não poderá conter as mudanças iniciadas em Moçambique. O inspetor percebe que nenhum branco permaneceu na cidade. O policial está fora de si, pega o revólver para matar Andaré. Lourenço o agride com um chute e eles começam a discutir. Com a distração do português, Tchuisco pega o revólver, agarra o branco e aponta a arma para a sua testa. O policial fica surpreso com aquela situação, pois subestimava as atitudes do adversário, nessa situação específica e na luta desse conflito como um todo.

Andaré não quer atirar, prefere mostrar a Lourenço a sua perspectiva da história. Começa lembrando de algumas recordações da infância, época em que jogaram sirumba juntos: “Foi uma única vez. Éramos equipa de Pebane, não lembra? Ganhamos aos de Moebase, ganhamos aos do Gilé. [...] Brincamos, enquanto fomos crianças. Depois, lhe proibiram. Seu pai proibiu. Você até apanhou por causa de brincar com gente da nossa raça” (VZ, 1999, p.111). Lourenço é mais um que aprendeu a hostilizar o outro pela imposição do

meio, acatou as ordens do pai, que lhe ensinou como um europeu não deveria interagir com os africanos. Entretanto, enquanto era um menino, era inocente e respeitava o outro como igual. Entende-se, nesse caso, o processo de hibridização, explicado por Laura Padilha (2002, p.269), em que a cultura branca e negra dialogam, fluentemente, diante da naturalidade simples de duas crianças, que expressam a

impossibilidade da crença em qualquer essência ou, ainda, a impossibilidade do sonho de qualquer ‘pureza’ original. Os lugares, por encontrarem-se, invadiram-se, contaminando-se, o que muda tudo. O que passa a ter força é o cruzamento dos sinais, a possibilidade do múltiplo, o reinado do híbrido, sempre pelas margens ou por lugares fora-do-lugar. Não há afastamento, mas fecundação [...].

Tchuvisco joga o revólver longe na água. Recorda da época em que enxergava e pintava as paredes da prisão. Conta que, um dia, ele assistiu a uma cena que não deveria, pois ia muito além das agressões físicas aos presos:

[...] O inspector Joaquim de Castro se roçava, lascivo, pelos presos. Depois de bem batidos, ele os chamava e lhes acariciava as pernas, as costas, as nádegas. Depois, consumava amores forçados com os prisioneiros.  
- Sem querer, surpreendi seu pai numa dessas desavergonhices.  
Se suspendeu, encostado no silêncio da parede, esquecido que era aparecível mancha nesse fundo branco. Flagranteadado, Castro ordenou que ele ficasse preso a partir desse instante. Não era o medo de cometer abusos que o amedrontava. Todos os pides o praticavam. O que lhe trazia angústia era descobrir-se que ele trocava sexo com homens, ainda por cima pretos. (VZ, 1999, p.113)

Por mais que Joaquim quisesse ser superior, puro, era uma atração doentia e lasciva que o ligava aos negros, cuja tortura lhe gerava prazer, e essa verdade não poderia chegar ao domínio público. Como o patriarca da família Castro não podia matá-lo, pois Andaré era protegido pelos padres, decidiu cegar o pintor e depois a família mudar-se-ia para outro povoado. Lá todos saberiam que ele era cego de nascença e, se não podia ver, não teria presenciado cena alguma. Joaquim de Castro esfregara seiva do mukuni em seus olhos muitas vezes, até seus olhos perderem a coloração, ficando azuis. Lourenço de Castro não quer acreditar nas palavras de Andaré, afasta-se rumo aos pântanos e afunda nas areias. O cego grita-lhe: “Mentira é eu ser completamente cego. Está ouvir, seu tuga de merda. Porque eu, caraças, ainda vejo sombras. Sombras, como você” (VZ, 1999, p.115). Joaquim morreu, mas deixou o filho como seu fantasma a praticar a violência contra os moçambicanos.

Jessumina encontrou Lourenço e o aconselhou a ir embora e levar sua mãe, caso contrário, o inspetor seria derrubado com o regime. Até os governantes portugueses retiraram-se através de acordos, porém Lourenço queria combater até o final, ainda que não possuísse

mais nenhum recurso para isso. Permitiu que sua mãe fosse, mas decidiu morrer ali mesmo. A adivinhadora informou-lhe que pegaram Diamantino, que foi castigado e em seguida morto. O inspetor, alienado, não percebe a estupidez de seus pensamentos: “Se o ajudante Diamantino desaparecera como mandaria espancar os prisioneiros?” (VZ, 1999, p.122).

Lourenço admite que Diamantino deveria ser seu chefe, pois era um homem forte, que se portava com honra até no momento da morte. Jessumina discorda: “Não é verdade. Os fortes é que devem ser comandados. Você está bem, assim, como chefe” (VZ, 1999, p.123). Na África, os fortes eram dominados e agüentavam as inúmeras desumanidades, lutando para mudar a realidade. A adivinhadora percebia que Lourenço não compreendia a complexidade daquela situação. Quando seu pai morreu, ele tinha a possibilidade de escolher o seu futuro, porém acabou dando continuidade à vida de Joaquim e, tentando repeti-la, acaba escolhendo a mesma morte de seu pai.

Antes de partir, Margarida quebrara todas as louças e orientou o filho a pôr fogo na casa para que “não sobrasse nada para os negros” (VZ, 1999, p.125). Andaré conclui que os portugueses não conseguem ver os africanos como iguais: “para os brancos, o preto é santo ou demônio, transitando da inocência para a malvadez sem nunca passar pelo humano.” (VZ, 1999, p.126). Margarida demonstra isso ao preocupar-se com as suas sobras enquanto foge para preservar a sua vida. Nem mesmo neste momento, em que recebe a solidariedade de Jessumina, consegue demonstrar compaixão, e o esboço de uma brumosa consciência que se delineou momentos antes se dissipa tão rapidamente quanto surgiu.

Andaré confessa que, após a sua cegueira, descobriu um sentimento maior por sua cor. Antes desejava ser como um branco, ter seus privilégios, depois que seus olhos ficaram azulados como os deles e passou a ver tudo em sombras, “vestiu-se melhor com sua pele, configurado na alma em que nascera” (VZ, 1999, p.133). Couto evidencia que a identidade é um processo continuamente em construção. Tchuvisco aprendeu a ver-se como moçambicano negro de cultura africana, já Chico Soco-Soco morreu tentando aproximar-se ao máximo da cultura europeia, matando os seus iguais e apagando as suas origens, na tentativa vã de ocupar um espaço que os brancos jamais lhe concederiam.

Lourenço acredita que a “África teve duas grandes tragédias: uma foi a chegada dos brancos; a outra a partida dos brancos” (VZ, 1999, p.131). No entanto, o moçambicano discorda: “Deixe que sejam os pretos a escrever sobre eles mesmos” (VZ, 1999, p.132). Edward Said (1995, p.13) afirma que, muitas vezes, os textos europeus que falam sobre a

África continuam configurando uma tentativa europeia de dominar os povos, pois apresentam uma perspectiva unilateral dos fatos, monopolizando o poder de narrar, impedindo que outras vozes se manifestem, antes na literatura, depois na escrita e na reflexão da História. Ganhando voz é possível questionar, julgar e punir a violenta colonização, pois, como afirma Eduardo Lourenço (1999, p.38), o povo português sempre foi o detentor absoluto do olhar sobre o outro, mas o oposto também é fundamental para a autocrítica, a auto-análise:

[...] Na verdade, e enquanto cultura europeia moderna, uma das originalidades da nossa cultura foi a de ter sido, entre os séculos XV e XVII, expressão singular e multiforme do ‘olhar europeu’ sobre outras culturas, e o que não é menos importante, reflexo do olhar do outro sobre a Europa.

“Nossa tristeza é a seguinte: ganhamos sem nunca chegarmos a ser vencedores” (VZ, 1999, p.135). O 25 de abril é compreendido em *Vinte e zinco* como uma vitória concedida, pois ainda haveria grande batalha pela construção da autonomia moçambicana. Maria Luíza de Carvalho Armando (1986) discorda desse posicionamento, pois afirma que foi a guerra africana que motivou os jovens oficiais lusos a lutarem contra o regime salazarista, revelando assim a própria História em dialética. Rui Leandro Alves da Costa Maia (1998) também compartilha dessa opinião, pois o enorme desgaste que a guerra provocou em ambas as sociedades desencadeou o desejo dos militares em reverter a situação, ao mesmo tempo em que a força de combate africano recebeu apoio internacional. Andaré sabe que só a mudança do sistema não garantirá a liberdade tão desejada: “[...] esses que sonhavam mundos novos, tudo em nome do povo, mas nada mudaria senão a cor da pele dos poderosos. A panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria” (VZ, 1999, p.133).

Nos instantes finais da narrativa, Andaré segue para a cadeia da PIDE, com a chave na mão, feliz porque verá seus irmãos libertos. No caminho, Tchuisco encontra os presos já soltos. Esbarra no corpo de Chico Soco- Soco, morto a pancada. Na sala de torturas vê manchas vermelhas na parede e Lourenço de Castro no chão:

- Mataram Lourenço?  
 - Nós matamos o pide preto.  
 - Então quem matou o branco.  
 - Cada qual mata o da sua raça.  
 (VZ, 1999, p.138)

O narrador não revela quem matou Lourenço, mas podemos concluir que foi Irene, vingando Marcelino, pois não restaram outros brancos na cidade. Após esse ato, a sua missão

nesse mundo está cumprida e dirige-se às águas dos rios para aprender com Jessumina os mistérios de um novo universo.

Quando Tchuisco vê as paredes da prisão repletas do sangue de Lourenço, começa a pintá-las.

Não há sangue, não há desordem. Não é só o morto que se esvai: a própria morte desvanece. O cego sente que seus olhos se tornam mais inundáveis. Como se abrisse um imenso pátio onde toda a luz se espraiasse. E sente que a prisão, a cada pincelada, se vai dissolvendo, a pontos de total inexistência. Como se o pincel que empunhasse fosse areia, na mão do vento, apagando pegadas no deserto. (VZ, 1999, p.139).

Era como se, apagando as marcas, elas nunca tivessem existido, essa era a estratégia portuguesa, entretanto, nesse momento, o cego apaga os vestígios do sangue luso, passando uma idéia circular do tempo, em que tudo muda, mas a essência permanece. Nem tudo mudou, assim como não é possível apagar a presença branca da história da África. Começa a escrita de um novo capítulo, ainda fundamentado no passado, que é inegável e indestrutível. De qualquer forma, é necessário desarrumar a casa para organizá-la novamente, de uma nova forma. “Logo nos primeiros anos que se seguiram ao período colonial, à alegria e ao entusiasmo vieram se somar as frustrações, a consciência pesada dos limites, a sensação de impotência” (CHAVES, 2004, p.150). Havia o desejo de celebrar esta conquista, porém o temor frente às incertezas do futuro acabava ofuscando a comemoração.

Fernanda Cavacas (2006, p.56) explica que a década de 90 também não foi tão tranqüila para o povo moçambicano, pois se percebeu a “inviabilidade do projeto acalentado, devido às dificuldades sociais, ao esvaziamento das propostas políticas associadas ao estatuto da independência, à incapacidade de articular numa concepção dinâmica a tradição e a modernidade que compuseram um panorama avesso ao otimismo”. No caso de Angola e Moçambique, para agravar essa situação tão desestruturada, esses novos países independentes ainda tiveram que enfrentar as guerras fratricidas, que se encerraram apenas no início da última década do século XX, que também causou mortes em nome de ideais diferentes para os futuros passos a serem tomados.

José Luís Cabaço (2004, p.61-62) define o continente africano como uma “realidade pré-industrial, fundada na oralidade, limitadamente aculturada, em que os fenômenos só ganham sentido quando, no plano místico ou no plano do concreto, se encaixam na unidade harmônica do seu mundo de certezas”. Esta definição pode ser considerada uma síntese da

situação africana no momento em que os portugueses abandonaram o território, pois deixaram suas marcas na falta de desenvolvimento destes países, que viram na introdução da cultura escrita uma gigantesca ruptura com as suas origens. Houve a separação da sociedade local em dois estratos: a ínfima parcela que dominava este conhecimento, e o restante da população que mantinha a tradição oral, excluído em um universo de uma língua e de uma representação desconhecidas.

Diante desta desacomodação caótica, de sentir-se estrangeiro em sua própria terra, as certezas tornam-se duvidosas e, para que se pudesse articular esses novos conhecimentos, foi necessário que eles fossem compreendidos a partir de outros saberes prévios, da cultura africana ancestral. Cabaço (2004) também retoma as idéias de Fanon e afirma que, instaurada a política de dominação lusa, as conseqüências foram a miséria do povo, a opressão nacional e inanição da cultura. O autor afirma que, devido à rigorosa vigilância da censura, não havia um espaço significativo para a produção artística, literária e científica moçambicana. A pequena realização existente alicerçava-se na matriz ocidental, direcionada para uma sociedade urbana, aproveitando este espaço como afirmação da supremacia da cultura colonial perante as minorias africanas alfabetizadas, reforçando, assim, a política de assimilação.

Rita Chaves (2004) esclarece que a colonização causou uma brusca ruptura no desenvolvimento cultural, e o choque com o mundo ocidental ocasionou a separação com o passado, o rompimento com a história, com a geografia e com a cultura em geral. O colonialismo deixou como herança “uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando” (Idem, p.150). A desvalorização do patrimônio cultural do colonizado acaba transformando-o em uma caricatura, que só poderá ser revertida através da conscientização desse processo, que foi iniciada por meio do resgate de um passado distante. A recuperação integral do passado é impossível, mas esta compensação visa a desenvolver a auto-estima africana através da afirmação de uma identidade construída na diferença: “O passado, assim visto, é matriz de indagação, é porto para se interrogar a respeito do presente, é exercício de prospecção do futuro.” (Ibidem). O moçambicano rompe com a apresentação do homem europeu, culto, cristão, civilizado e superior, e passa a enxergar e a refletir sobre si mesmo e sobre a sua realidade.

Mia Couto também considera importante o auxílio da literatura na interrogação dos valores de identidade, como raça e sexo, ou na definição de uma nação, de uma identidade

coletiva. Ele acredita que o tempo de afirmação já está, historicamente, ultrapassado, pois a época de ressaltar as diferenças africanas já passou (época da Negritude até o pós-independência). Esse é o momento da literatura ressaltar as qualidades africanas, retirando o seu rótulo de exótica, vista a partir de suas próprias características, não por olhares estrangeiros que apenas salientam as diferenças e menosprezam uma cultura tão rica (CHAVES; MACEDO, 2006). Portanto, essa fase foi essencial para fundamentar a literatura moçambicana contemporânea, que começa a traçar uma significativa evolução quanto aos temas escolhidos e à reflexão sobre eles. Mesmo que a história resgate elementos anteriores importantes, continua a ser escrita cotidianamente, dia após dia. Mia Couto mistura a vida e a arte em seu projeto de resgate/instauração da moçambicanidade.

Tanto Alfredo Margarido (1980) quanto Manuel Ferreira (1977) destacam que foi muito difícil o estabelecimento de uma literatura moçambicana coesa. De início, havia apenas escritores portugueses que defendiam a cultura branca e o processo de aculturação. Em seguida, outros escritores lusos passaram a revelar em seus textos as belezas africanas. Os críticos salientam que ainda não existia a preocupação de escrever sobre a população moçambicana, muito menos, sobre sua realidade econômica, política ou cultural.

Paulatinamente, alguns escritores começam a apresentar as manifestações populares em seus escritos, como a música, a poesia, o canto, a dança. Também com o passar do tempo aumentam as tentativas de exprimir uma literatura efetivamente moçambicana, como percebemos em Albassani, Estácio Dias, Rui de Noronha. No início do século XX, o periódico *Africano* começa a retratar a realidade nativa. Lentamente esboça-se uma consciência local e esta literatura evolui para um caráter mais social, representado nas palavras de Fernando Ganhão, Duarte Galvão, Rui Nogar, Kalungano. José Craveirinha e Noemia de Souza exaltam a “Mãe África” e glorificam os valores africanos, denunciando também os problemas da realidade em que viviam. José Craveirinha fala ainda dos humilhados homens de cor, da história, da fraternidade, da rebeldia, do mito, do sofrimento. Muitos desses autores receberam influência do movimento neo-realista português. Inclusive, alguns europeus que se identificam com a causa moçambicana, passam a exprimir a realidade e as mudanças necessárias à sociedade local, como Rui Knopfli, Fonseca Amaral e Orlando Mendes.

Como nas demais colônias africanas, a imprensa teve um papel decisivo nesse processo de conscientização. *O brado africano* (1958) divulgava uma consciência nacional, através da expressão da voz local, e introduz a publicação de manifestações de resistência



cultural, promulgando os ideais de independência política que se expandiriam progressivamente até a luta de libertação nacional. Com a aproximação da metade do século XX, *O Itinerário*, *Msaho*, *Paralelo 20* e *A Voz da Moçambicanidade* passam a auxiliar neste intento, apresentando uma literatura em processo de autodescoberta. A partir dessas iniciativas, delineia-se uma consciência literária que passa a refletir uma crescente consciência política. Com *Nós Matamos o Cão Tinhoso* (1964) de Luis Bernardo Honwana, a ficção moçambicana começa a traçar uma nova trajetória em direção à maturidade.

Mia Couto vem completar esse processo através da consciência social de seu papel de escritor, que resgata elementos constituintes da peculiaridade moçambicana, através do uso de imagens fantásticas, do emprego da língua com toques de oralidade, de construções sintáticas que aproximam-se da poesia, da apresentação da cultura local conforme seus próprios princípios. E isso aparece tanto em seus contos quanto em seus romances. Por dedicar-se às especificidades moçambicanas, transcende o particular, de forma que o trabalho original que realiza é freqüentemente comparado a outros grandes escritores de língua portuguesa: Luandino Vieira e Guimarães Rosa.

José Luís Cabaço (2004, p.65) entende a literatura como expressão de uma “utopia vibrante e ainda imprecisa que é a nacionalidade”. Por isso, a necessidade de buscar nas raízes africanas a expressão da identidade, experimentando linguagens, procurando referências na tradição, na história e na rotina anti-colonial e retratando a redescoberta de novos sujeitos e de uma nova terra. Dessa forma, a escolha da língua a ser utilizada pelos africanos também representa um embate cultural, porque os autóctones eram impedidos de falar a sua língua, contudo também não tiveram livre acesso à do colonizador, ressaltando nesta oposição entre cultura ágrafa e escrita a superioridade européia e o desprestígio africano. Honwana (2006) destaca que a língua é a guardiã da memória dos fatos, experiências, sistemas de conhecimentos e valores, e, por isso, permitir que ela desapareça é sentenciar que diversas riquezas culturais sejam com ela sepultadas. Obviamente, não se pode desconsiderar a necessidade do uso da língua como um elemento de unidade nacional, porém valorizar apenas a língua portuguesa em detrimento das línguas locais é olhar apenas para uma das faces desse conflito que ainda não está plenamente solucionado.

Por isso, diversos escritores africanos não utilizam a língua portuguesa de forma passiva. Dentre os moçambicanos, podemos citar os nomes de Rui Nogar, José Craveirinha, Luís Bernardo Honwana e Mia Couto como aqueles que procuram usar a língua portuguesa de forma a evidenciar traços moçambicanos no uso da gramática. Dessa forma, utilizaram a

escrita como uma arma contra o regime colonialista opressor, não se submetendo ao seu uso automático e irrefletido. Mia Couto vale-se da língua portuguesa como um elemento de inculturação, mesclando a ela a tradição oral, como representação dessa intertextualidade nacional, introduzindo nuances da oralidade na escrita das narrativas. De acordo com Cabaço (2006, p.73):

A oratura não é só a palavra falada. O contador de estórias é tão mais artista quanto mais rica forem as expressões, os gestos, as interjeições, as entoações da voz e os silêncios. A eficácia e o brilhantismo do seu texto oral são acentuados pela luz da fogueira que os ilumina, pela copa acolhedora da árvore sob a qual decorre a narrativa, pela ritualidade solene do próprio ato de evocação do passado e de transmissão dos seus ensinamentos.

Segundo Carmen Lúcia Ribeiro Secco (2006, p.73), essa maneira peculiar de Couto escrever, manifesta-se, inclusive, na pontuação, que “é mais poética que gramatical, acompanhando o ritmo e a entonação da fala e dos sentimentos das personagens.” Esse esquecimento temporário das regras da gramática oficial é proposital, já que o autor transgredir a norma culta do português colonizador para alcançar efeitos poéticos originais, fundindo “literariamente, lirismo e lucidez na captação do mundo e da existência”. Quanto ao lirismo em *Vinte e zinco*, é impossível não perceber a importância reflexiva das epígrafes de cada capítulo, que, com este tom poético, “estabelecem uma rede dialógica, um contraponto crítico da história” (Idem, p.112).

Fernanda Cavacas (2006, p.63) afirma que o escritor busca escrever de uma maneira com que os moçambicanos venham a se reconhecer, incorporando à norma culta criações inovadoras, dando origem a “uma língua em mutação e matizes africanos, sem que a corrupção seja nem imitação propriamente dita, nem recriação caótica e descomprometida”. Mia Couto cria novas palavras para alcançar um nível simbólico mais profundo. Conforme Secco (2006, p.72),

[...] trabalha metaforicamente a linguagem e recria a língua portuguesa com os saberes e ritmos locais, efetuando construções morfossintáticas e semânticas inusitadas, que visam à recuperação de sentidos poéticos da vida, escamoteados pelos anos de longo sofrimento vivido por Moçambique.

Assim, na escrita de um romance repleto de poesia e de palavras com ritmos, cores e sabores moçambicanos é que Mia Couto subverte a lógica da dominação e marca a sua presença híbrida, que já não rememora mais o paraíso africano anterior aos europeus, nem

lamenta mais as transformações brutais que provocaram, mas se enquadra no Terceiro Espaço divulgado por Bhabha (1998).

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, refletimos sobre como a literatura pode permear a constituição da identidade, que por sua vez, possibilita a tomada de consciência político-social, capaz de auxiliar a romper com uma situação histórica desfavorável. Três conceitos – história, literatura e identidade – estabelecem uma rede dialógica em que cada elemento interfere no outro e favorece uma visão panorâmica da conjuntura desse período de interação entre culturas tão distintas.

Começamos seguindo os passos das antigas colônias lusas, ao resgatar os primórdios do continente africano, na tentativa de compreender esta visão de mundo tão diferente da propagada pelo Ocidente. Existia uma sociedade consistentemente estruturada, alicerçada sobre outros valores civilizatórios, religiosos, científicos, lingüísticos, políticos, sociais e econômicos que acabou sendo assolada pela ambição das grandes potências européias.

Pelo outro sentido da estrada, recordamos também os fatores que levaram o pequeno “jardim da Europa à beira-mar plantado” a aventurar-se pelos mares nunca antes navegados e estabelecer um grandioso império ultramarino. Esta idéia de poder e prestígio avultada no imaginário português leva a nação lusa a atitudes extremas. Como já dizia uma música, “tudo muda o tempo todo no mundo” e a época das grandes navegações e do estabelecimento de colônias de exploração que geravam lucros volumosos às suas metrópoles, em troca da imposição da violência desmedida sobre os povos locais, também chega ao fim. Contudo, o povo navegador por excelência não quer aceitar esta realidade, e, por muito tempo, até não possuir mais nenhuma condição para isso, luta insanamente por uma batalha já perdida, sendo o último a admitir que o seu império acabou.

As conseqüências geradas pela ditadura salazarista ainda não foram totalmente superadas por nenhum dos envolvidos, precisando, portanto, serem discutidas, questionadas, apresentadas sobre os mais variados enfoques, para que muitos fantasmas antigos sejam finalmente exorcizados e para que se possa construir uma nova realidade baseada na liberdade. Entretanto, não se pode falar em história e em cultura tentando isolar a realidade

dos sujeitos que a vivenciaram. É impossível pensar em colonialismo e nacionalismo, sem lembrarmos imediatamente em como isso afeta a identidade dos sujeitos envolvidos neste processo.

Estava evidente que o objetivo português era o lucro, o colonizador valia-se da violência desmedida e justificava essa prática através da solidariedade cristã, de propagar uma cultura superior aos povos menos favorecidos, mas a violência pautava a essência do imperialismo. Após cinco séculos, com o início da resistência africana através da luta armada, a nação lusa passou a combater sozinha (e contra si mesma) uma guerra há muito tempo perdida, pois o colonialismo não tinha mais espaço na metade final do século XX, diante de tantas mudanças políticas e econômicas que defendiam o fim dos impérios e das ditaduras.

A luta africana era tentar manter a sua cultura viva na clandestinidade, valendo-se das armas do colonizador para alcançar as suas metas de independência. Somente no século XX, quando os africanos começaram a ter acesso à escrita, a literatura também se tornou uma aliada na luta pela libertação, atuando também de forma camuflada frente a impiedosa censura que a aniquilava. O ideal africano era conseguir apagar todos os vestígios da presença europeia, mas esse retorno completo ao passado, após quase 500 anos de presença lusa, já não era mais possível.

Dois realidades tão distintas que entraram em conflito a partir do momento em que passaram a disputar o mesmo espaço. Num primeiro momento, quem vence é o colonizador que possuía o poder tecnológico e dominou o africano. Mas, através da astúcia, o colonizado conseguiu virar este jogo e restabeleceu a equiparação das forças, atingindo na luta armada chances iguais de disputa. No entanto, se ambos queriam neutralizar o papel do outro nesta guerra, podemos concluir, que no último “round” desta luta, todos saem perdedores, pois a interação fez com que as culturas sofressem um processo de hibridização, inaugurando uma nova via de mão dupla, onde não se pode mais falar em originalidade ou neutralidade, ainda que muitas vezes essas trocas ocorressem de forma inconsciente ou velada.

Os tempos mudam, a história se modifica, o contexto é outro. Após o fim da era colonial, o século XXI traz a certeza de um mundo global, em que tanto as antigas colônias quanto a ex-metrópole acabam sofrendo este processo de adaptação a uma nova realidade. Portugal e África não são personagens principais desta mudança do cenário político, que muda rápida e imprevisivelmente. Contudo, depois de tantos embates e combates, não há mais hierarquias, cada qual tenta rearticular-se a essa nova era econômica. Portugal com sua inserção na Comunidade Europeia, de quem se via tão distante até bem pouco tempo, e as

nações africanas independentes trabalhando para consolidar a autonomia política e econômica, não apenas geográfica, ainda que a realidade seja muitas vezes difícil de ser transformada.

Todas estas mudanças modificam a forma como um povo percebe-se a si mesmo, ou seja, refletem na sua identidade. Na base da identidade africana encontra-se aquele passado anterior à chegada dos intrusos europeus, bem como no alicerce da identidade portuguesa estão as glórias de um império ultramarino forte e indestrutível. Entretanto, assim como a construção de um edifício não se limita ao assoalho, sendo este apenas a estrutura fundamental que permite a continuidade da obra, assim também seguem adiante estas culturas, que não puderam conter as mudanças, nem parar no tempo, continuando a sua reconstrução permanente de si mesmas, olhando agora para cima e para as próximas edificações do alto, sem trancafiarem-se mais lá embaixo, com suas lembranças do porão.

Na discussão e problematização do final do colonialismo português proposta pelo Editorial Caminho, cada obra apresentou um olhar distinto sobre o mesmo evento histórico. Carlos Brito recorreu à simplicidade cotidiana do português comum, que desconfia do futuro, mas que não perde os resquícios de esperança. *Vale a pena ter esperança* segue a tendência mais contemporânea da literatura portuguesa de tentar perceber a realidade lusa sem as máscaras do idealismo, apresentando-a como realmente é, com alguns tons escuros que ainda impossibilitam a visão plena.

Mia Couto propôs a construção de um outro 25, não o de abril de 1974, que foi apenas mais um de tantos elementos que possibilitaram a independência moçambicana. A libertação deveria ser conquistada, não concedida, como o próprio escritor faz com a sua escrita. A língua portuguesa por ele usada é inovadora, repleta de imagens poéticas e mágicas, uma escrita gramaticalmente moçambicana, que confere à mesma língua um novo significado. Era preciso romper com a dominação, com a assimilação, criando novas estratégias que permitissem vestir-se melhor à alma em que se nascera.

E o riso questionador de Germano Almeida, somado à ginga crioula cabo-verdiana, torna-se a síntese perfeita dessa interação entre colonizador e colonizado, que não exclui o conflito, mas que aproxima realidades que pareciam a princípio completamente opostas e que começam a perceber o outro como parcela constituinte de si mesmo.

Estas três diferentes perspectivas, ainda que utilizem distintos tipos de linguagem e enfoques diversos na abordagem do mesmo fato, não se contrapõem, ao contrário,

complementam-se, evidenciando como a história e a literatura juntas contribuem na constante construção, reelaboração e avaliação da identidade cultural.

Se “historiar” é sinônimo de narrar, é impossível não perceber a estreita relação que história e literatura possuem desde a sua gênese. A história é a narração dos fatos notáveis vividos por um povo, normalmente apresentados a partir da perspectiva daquele que possui maior poder, a quem é concedida a autoridade de narrar, ou seja, aos “vencedores”. Como lembram as palavras de Joaquim de Castro: “[...] os fracos não gozam a História.” (VZ, 1999, p.26). Contudo, um povo reprimido, despojado de sua autonomia e liberdade, só poderá mudar esta situação se fizer com que a sua voz também seja escutada, para que a sua perspectiva também seja narrada pela história. E para isso começou a utilizar a arma principal que o opressor lhe apresentou: a força.

A força que gera a mudança dos povos dominados não foi somente a física, mas principalmente a intelectual, que os levou a encontrar as estratégias adequadas para mobilizar o maior número de pessoas neste projeto de resistência e libertação, valorizando a sua cultura e resgatando a sua história. História essa por muitas vezes maculada pela tentativa fracassada do outro em apagá-la por completo, porém jamais esquecida por inteiro devido à força da memória. Segundo Padilha (2002, p.271),

[...] no mundo para sempre perdido e que, a partir do rito da árvore do esquecimento, devia ser apagado também para sempre, foi tomado com nova significação. O mundo outro se recodificou ou sobrecodificou, melhor dizendo, cobrindo-se de velhos sinais e sincretizando-se. As identidades e as diferenças entrecruzam-se, no encontro da memória com a nova matriz [...].

Esta aceitação de si mesmo inicia-se por perverter o sentido de raça que era utilizado pelo europeu. Stuart Hall (2003, p.70) alerta que a definição deste conceito parte de objetivos políticos e sociais, pois esta categoria discursiva, motivada por falsas afirmações genéticas, embasaria todo “um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo”. A valorização de suas especificidades como a cor da pele, as características físicas, o cabelo, as feições do rosto, etc., passou a ser percebida pelos africanos como a identidade a ser exaltada, o que as belas palavras referentes ao novo posicionamento de Andaré Tchuisco ficcionalizam com maestria: “vestiu-se melhor com sua pele, configurado na alma em que nasceu” (VZ, 1999, p.133). Hall (2003) também explica que, enquanto o branco defendia a noção de raça, o negro legitimava a “etnicidade”, ou seja, a diferença pautada na cultura, que valorizava a negritude e uma identidade anterior à chegada dos europeus. Após este período

inicial de fortalecimento, começa a delinear-se a percepção de que estes posicionamentos binários não dão conta da totalidade deste conflito. De acordo com Tutikian (2006c, p.41),

Assim, a busca pela identidade agora, passa necessariamente pela recuperação de certos valores autóctones de raízes específicas para o estabelecimento de novas negociações: seja para tentar resgatar a tradição, seja para tentar construir uma nova tradição, buscando através da derrubada ou do resgate de mitos, uma idéia mais próxima daquilo o que é, contemporaneamente, o homem e a nação.

Antes da chegada do europeu, a África era um universo de diversidade que foi desestabilizado pela instauração de novas fronteiras e homogeneizado pela imposição da cultura imperial. Procurava-se neste período inicial de busca pela identidade restabelecer os laços culturais de um tempo perdido nos primórdios da civilização, fortalecendo um mito de autenticidade através do enaltecimento de uma tradição que ressignificaria o passado e traria novas dimensões para o futuro. Rita Chaves (2005, p.51) escreve sobre a importância deste novo olhar sobre si mesmo:

[...] apropriar-se daquilo que outrora foi o instrumento de dominação, [...] fonte de angústia. A recuperação integral do passado é inviável. Seu esquecimento total se coloca como mutilação a deformar a identidade que se pretende como forma de defesa e de integração no mundo. a harmonia [...] há de ser reinventada com aquilo que o presente oferece, [...] para sua afirmação num mundo que já é outro, no qual ele precisa conquistar um lugar.

Como defende Hall (2003), neste período de auto-afirmação, percebe-se a necessidade de contar a narrativa da nação baseada em sua cultura popular, buscando um senso comum de pertencimento e construindo a noção de identidade nacional. Daí a necessidade de um primeiro momento mais panfletário, do “resgate de uma memória coletiva solapada pelo monologismo da historiografia oficial”, conforme Zilá Bernd (2003, p.296). Zilá Bernd afirma que este é o momento de preencher os vazios da memória coletiva, acolhendo o sentimento de identidade, fundamental à auto-afirmação e à desaceleração do “rolo compressor” denominado assimilação.

Por isso, muitos estudiosos olham desconfiados para o termo “literaturas africanas de expressão portuguesa”, pois pode esconder ambigüidades, se for compreendido ainda como uma postura eurocêntrica em relação à constituição das literaturas das ex-colônias. A “expressão portuguesa” deve referir-se apenas ao idioma de comunicação, mas, algumas

vezes, traz implícita a “subordinação a modelos estético-literários e temas importados da potência colonizadora” (Gusmão, 2000, p.22).

Rita Chaves (2005, p.51) afirma que “não posso matar o meu texto com a arma do outro” e, por isso, a literatura dos países africanos é profundamente marcada pela História, mantendo (inclusive na atualidade) o passado como matriz de significado, rompendo com a natureza do colonialismo de despersonalização cultural, buscando nas imagens da natureza, da infância, no contato com a mãe-terra e com a cultura popular a âncora para a construção de uma literatura caracteristicamente nacional. Acerca desta perspectiva, a poesia ganha um espaço de vibrante engajamento, de renúncia e resistência. Laura Padilha (2002, p.17) também compartilha deste ponto de vista, defendendo a oralidade como alicerce da literatura africana, “um grito de resistência e uma forma de auto-preservação dos referenciais autóctones”. Segundo a autora, os escritores passam a reconstruir a história a partir do cotidiano do musseque e das vivências de seus habitantes.

Com a independência das colônias, a realidade africana foi se transformando lentamente, e muitos anos foram necessários para que essa mudança fosse percebida, restando ainda muitas modificações a serem realizadas. O primeiro aspecto significativo da fase de autonomia foi a opção de manter as fronteiras geográficas estabelecidas pelas antigas metrópoles, evitando assim uma nova desestabilização do continente. Outro elemento que continuou a vigorar nas novas nações africanas foi a utilização dos velhos moldes administrativos ensinados pelos europeus, mantendo inclusive a dominação, que antes era feita pelo outro e depois passou a ser desenvolvida pelo mesmo, como muito bem define o sábio invisual de *Vinte e Zinco*: “A panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria” (VZ, 1999, p.143). Essa nova forma de dominação gerou, inclusive, em algumas colônias, uma guerra civil interna pela disputa do novo poder.

A proclamação da independência não trouxe instantaneamente a autonomia das ex-colônias, que herdaram do antigo regime a crise econômica, a instabilidade política e a marginalização mundial. Tutikian (2006d, p. 44) afirma que

Além disso, diferentemente, por exemplo, de Angola e Moçambique, a independência constitui-se numa verdadeira revolução para Cabo Verde; de desenvolvimento. Entretanto, a falta de prática com a independência e com a autogestão termina levando à privatização dos bens e a estrutura econômico financeira, de alguma forma, retorna a Portugal, e os problemas continuam os mesmos.



Rita Chaves (2005) evidencia que os novos países autônomos africanos fundamentaram o sonho de liberdade em planos de mudanças rápidas e significativas que, ao não serem atingidos, geraram já nos primeiros anos de independência as frustrações e a consciência de seus próprios limites, somados a uma intensa sensação de impotência. Só então se passa a enxergar os inúmeros complicadores econômicos e políticos dessa nova realidade. Nas palavras de Chaves (2005, p.288), temos que

Alcançada pela via das armas, a independência, perseguida por tanto tempo, não conseguiu pôr fim a um quadro complicado de acirradas contradições. O peso das relações fundadas a partir da ocupação portuguesa se arrastou e ainda repercute no presente, seja sobre a sua realidade diária, seja sobre os bens simbólicos ali gerados e/ou que por ali circulam.

Stuart Hall (2003) analisa este período de encerramento do sistema europeu imperial, que só se realizou através das lutas armadas pela descolonização e pela independência nacional. Os governantes do último império desfeito aceitavam a idéia da descolonização, mas propunham na federação a manutenção controlada desses territórios, mantendo, assim, a dependência dos mesmos, e isso os grupos de libertação não permitiram. “Inauguram-se” novos Estados multiétnicos e multiculturais, que continuam a refletir as mesmas condições do colonialismo, pois a fragilidade militar, política e econômica manteve-se a mesma, assim como a diferença entre as classes não foi superada. Perpetua-se dessa maneira a dependência, o subdesenvolvimento, a marginalização, simplesmente reconfiguradas em uma nova articulação, em que as relações desiguais de poder e exploração não mais através da dicotomia colonizador e colonizado, mas dentro da própria sociedade nativa autônoma. De acordo com Hall (2003, p.175)

As culturas nativas, deslocadas, senão destruídas pelo colonialismo, não são inclusivas a ponto de fornecer a base para uma nova cultura nacional ou cívica. Somam-se a essas dificuldades a pobreza generalizada e o subdesenvolvimento, num contexto de desigualdade global que se aprofunda e de uma ordem mundial econômica neoliberal não regulamentada.

Esta nova percepção sobre o mundo leva à compreensão de que o problema não estava no outro, pois este foi embora, e a realidade não mudou instantaneamente com a sua saída. Passa-se a olhar para si mesmo com novas lentes, a partir das marcas deixadas pelo processo de dominação. Neste momento, a cultura não é mais vista como pura, isenta de influências, e o significado de sua identidade deixa de ser visto como imutável, constituído

na interação com o outro. Não se trata mais de uma forma binária de diferença entre “o mesmo” e “o outro”, mas sim de constituição contínua e permanente de culturas distintas e heterogêneas em contato e em constante mutação. Essa reflexão ocorre nos dois sentidos, tanto no centro quanto nas margens, pois a partir da consciência da presença do Outro o discurso torna-se duplo, numa relação dialética em que ambos se transformam.

Instaura-se a compreensão de que a identidade só pode ser compreendida concomitantemente à alteridade e sua escrita passa a ser plural, ou seja, “não existe uma identidade única e imutável, mas “diferentes momentos de identificação, pois as identidades, quer sejam individuais, quer, nacionais, nunca estão prontas ou acabadas, perfazendo-se no próprio percurso de sua determinação” (Bernd, 2003, p.293). Não é mais possível negar a existência do outro e, mesmo que a interação tenha se dado através da violência, gerou o intercâmbio cultural, e o acréscimo de elementos da outra cultura é perceptível na reflexão sobre si mesmo.

A literatura africana acompanha todos estes estágios da evolução da constituição da identidade, passando de uma expressão etnocêntrica a outra legitimadora de uma identidade baseada na diferença e na hibridização. Numa população em que antes não existia um público leitor, inicia-se o árduo trabalho de, através da língua do outro, criar uma literatura de sabor africano, que apresente e reflita sobre a realidade do continente através de olhos críticos. Este processo é lento, gradual, porém atinge seu intento ainda no último quarto do século XX.

As obras analisadas neste trabalho mostram essa realidade de hibridização das culturas. Alguns sujeitos descobrem a valorização de sua identidade através da consciência da presença do outro na sua própria constituição, tendo em Suzana de *Dona Pura e os camaradas de abril* o maior exemplo dessa compreensão. Entretanto, ainda há a tentativa vã de algumas personagens em impedir este processo, sem entender que por mais que se afastem fisicamente do outro, ele ainda assim estará presente em si mesmo, nem que seja através da necessidade deste afastamento, como percebemos em Lourenço e Margarida de *Vinte e zinco*. Há ainda aqueles que desejam tornar-se o outro para obter realizações individuais que jamais serão atingidas, pois a assimilação retira o sujeito do caráter de indivíduo e o marginaliza ao colocá-lo num lugar inexistente, visto que deixa de pertencer à cultura original, mas também, por motivos sociais, não lhe é permitido adentrar na outra. É o que ocorre com Chico Soco-Soco de *Vinte e zinco* e Seu Firmino de *Dona Pura*. Já Irene (VZ) é o exemplo de que no mundo atual não são mais as fronteiras que definem a noção de pertencimento, pois ela abre mão da hegemonia européia para abrir-se ao outro por completo.

*Vale a pena ter esperança* revela que a realidade portuguesa também não era tão igualitária quanto alguns gostariam de divulgar. Na metrópole, a luta também se faz necessária para tentar diminuir o abismo entre as classes sociais de uma mesma nação. Percebe-se que Portugal não conhecia a realidade de suas colônias, entretanto também não conhecia a si mesmo. Ofuscado pela falsa luminosidade que projetava nas colônias, não conseguia ver que não estava nelas a resolução de todos os seus problemas, e sim dentro de sua pequena faixa litorânea. E com o final do colonialismo também precisa refletir sobre si mesmo e sobre a falta que o outro deixou em sua própria constituição.

Na literatura portuguesa essa nova consciência ocorre através da reflexão sobre o término da era imperial sem a perspectiva de glorificação que fundamentou tantos romances. Carlos Brito retrata um período em que a população em geral passa a ganhar espaço, voz e visibilidade. Já na literatura africana, busca-se em um uso peculiar da língua oficial registrar a sua singularidade, como Mia Couto através da liberdade poética que ressignifica a sua linguagem, e Germano Almeida pelo seu humor crítico e reflexivo. Conforme Gusmão (2000, pp.22-23),

A escrita é uma arma, e ao escreverem na língua do colonizador, subvertendo-a criativamente para passar uma mensagem contrária à ordem vigente, uma mensagem de incitação à libertação, os escritores africanos vão textualizar a vivência do homem comum que vive oprimido pelo colonizador. Se para isso tiverem que usar o metro e a rima tradicionais da poesia portuguesa, fá-lo-ão sem pejo. Não vão abdicar, porém, de deixar impressa a marca da sua africanidade e comunhão com todos os seus irmãos negros oprimidos no mundo.

Pouco a pouco, o outro deixa de ser visto sob a luz da mentalidade branca, cristã e européia, que o coloca num estado de exótico, e passa a ser visto pelos olhos da diferença, que por vezes se aproxima da semelhança, mas não mais da desigualdade.

Cada obra analisada neste trabalho apresenta uma visão distinta sobre a importância da Revolução dos Cravos. *Vale a pena ter esperança* focaliza um sentimento imediato vivenciado pelos portugueses; *Vinte e Zinco* aponta para a relevância do acontecimento como mais um fator que propiciará a independência, porém salienta que, enquanto esta data não chegar, Moçambique não poderá descansar da luta. *Dona Pura e os camaradas de abril* defende, através das palavras de seu protagonista, promulga que “[...] o 25 de Abril significou uma viragem mundial em todas as políticas, teve uma implicação internacional que começou com o fim do *apartheid* até à queda do Muro de Berlim e do bloco Leste e chegando a eleições multipartidárias em toda a África...” (DPCA, 1999, p.54). Esses e outros

acontecimentos das últimas décadas do século XX instauram uma nova maneira de posicionar-se nesse universo cada vez mais globalizado, em que as ex-colônias lusófonas continuam a lutar pelo seu espaço e pela ampliação de suas vozes.

Os três autores revelam que a literatura é capaz de amenizar o longo período de silenciamento das vozes discordantes, imposto através da censura e do medo, mas não é capaz de mudar os rumos da história, apenas a percepção sobre os fatos. Os textos deixam de ser clandestinos, lidos em saraus, policopiados ou distribuídos mão a mão, para transformarem-se em produção institucionalizada que questiona, critica e reflete sobre um período muito importante na História Geral que ainda não foi plenamente compreendido, mas que é discutido a partir desta produção. A literatura continua a refletir as mudanças históricas, em que o tempo atual eliminou as oposições binárias de nacional e estrangeiro, passado e presente, tradição e modernidade, eu e o outro - e passa a oferecer uma visão panorâmica e complexa do todo. Ela representa “as identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua história, que se justapõem para constituir um mosaico” (Bhabha, 1998, p.295). O foco muda das partes (individuais) para o todo (coletivo).

A ditadura deixou o seu legado tanto na metrópole quanto nas colônias, pois ambas precisaram restaurar a autonomia política e econômica para consolidar novamente a democracia. O processo imediato de mudanças iniciou-se com a Revolução dos Cravos e estendeu-se até 1976, mas até hoje repercute nas realidades portuguesa e africanas, através das transformações causadas e das que ainda precisam ser atingidas. O 25 de abril representa um fato histórico pontual, que já era esperado por aqueles que conseguiam compreender o panorama do declínio do regime salazarista, no entanto, ainda assim causou surpresas no cenário internacional, sendo por muito tempo mal entendido. Kenneth Maxwell (2006, p.15) ressalta o “seu poder psicológico, mas limitado na capacidade de reordenar a sociedade”. Um feito de significativo impacto, capaz de transfigurar o discurso sociopolítico, sem o necessário vigor revolucionário para “cambalhotar” a realidade, como desejava Marcelino.

Ainda que escravidão e colonização não sejam sinônimas, bem como Revolução dos Cravos e descolonização sejam processos diferentes, ou melhor, complementares, todos estes elementos se entrelaçam e formam uma trama complexa que, por longos séculos, estabelece o conflito entre duas identidades. Após tantas mudanças, 25 anos depois, o imperialismo deixou marcas eternas nas antigas colônias, da mesma forma que quase meio século de ditadura limitou significativamente o desenvolvimento português. Como alerta Stuart Hall (2003), o sistema é global devido à sua esfera planetária, visto que atinge o mundo todo com suas

interdependências desestabilizadoras, entretanto, não adquire um caráter uniforme, continuando a propagar as desigualdades e instabilidades sem que nenhuma potência tenha o seu controle. Se “tudo muda o tempo todo no mundo”, nem sempre as mudanças são tão radicais quanto foram esperadas, na velocidade que se gostaria, mas o mais contundente deste constante processo de metamorfose é que esta transformação não é previsível.

Este trabalho evidenciou a importância de refletir sobre o constante e eterno processo de constituição e adaptação da identidade cultural a partir da interação entre história e literatura, pois, conforme Tutikian (2006d, p.41), “vivemos numa época em que uma cultura e uma história chegam ao fim enquanto se inicia outra e, aí, pensar a literatura é, cada vez mais, pensar a questão de identidade”.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamim. *História Social da Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.
- ALMEIDA, Germano. *Dona Pura e os camaradas de abril*. Lisboa: Caminho, 1999.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição de identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2002.
- ARMANDO, Maria Luiza de Carvalho. África: considerações preliminares. *Cadernos Lusofrancos*, Ijuí, n.1, p.9-35, 1986.
- BARRENTO, João. *A espiral vertiginosa*. Lisboa: Cotovia, 2001.
- BERND, Zilá. A literatura como construção e expressão da identidade dos povos. *Da prensa ao e-book*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BRITO, Carlos. *Vale a pena ter esperança*. Lisboa: Caminho, 1999.
- BRUNTSCHWIG, Henri. Trad. António Pescada. *A Partilha da África*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.
- CABAÇO, José Luís. A questão da diferença na literatura moçambicana. *Via atlântica*, São Paulo, n.7, p.61-69, out.2004.
- CANDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CANIATO, Benilde Justo. Cabo Verde: a fome em sua literatura. *Veredas*, Porto Alegre n.7, p.131-144, 2006.
- CARVALHO, Platão Eugênio de. *Neocolonialismo: a expansão imperialista do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAVACAS, Fernanda. *Mia Couto: palavra oral de sabor quotidiano/ palavra escrita de sabor literário*. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (org.) *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.
- CHAVES, Rita. *O passado presente na literatura africana*. Via atlântica São Paulo, n.7, p.147-161, out. 2004.

\_\_\_\_\_. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_; MACEDO, Tânia. Entrevista com Mia Couto. *Veredas*, Porto Alegre, n. 7, p. 219-233, 2006.

COUTO, Mia. *Vinte e zinco*. Maputo: Editorial Ndjira, 1999.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ESTANISLAU, Lúcia Avelar. Literatura e história: uma leitura do *Vinte e zinco* de Mia Couto. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, Belo Horizonte, n.11, p.64-83, 2003.

EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da Literatura Angolana*. Coleção Estudos/ edições 70, 2ª ed., Lisboa, 1979.

FAFE, José Fernandes. *Portugal, meu remorso de todos nós*. Lisboa: Caminho, 1993.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas de Expressão Portuguesa II*. Amadora: Biblioteca Breve, 1977.

FIERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONSECA, Ana Margarida África - desafios da mestiçagem: o realismo mágico em questão. *Veredas*, Porto Alegre, n.7, p.13-29, 2006.

GINSBURG, Jaime. História e melancolia em literatura e civilização em Portugal. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, números 33-34, p. 21-27, jan.-dez. 1999.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUSMÃO, Miguel Nuno Freire de Vasconcelos. Literaturas africanas de expressão portuguesa: malhas que o Império tece. *Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas, n. 36 p.21-36, jul./dez.2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONWANA, Luis Bernardo. Literatura e o conceito de africanidade. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia (org.) *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_. *De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 1992.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Colibri, 1998.

LIMA, Flávio Lourenço Peixoto. Entre a metonímia e a metáfora: um olhar de fronteiras sobre *Vinte e Zinco* de Mia Couto. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, Belo Horizonte, n.11, p.46-55, set.2003.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nós e a Europa, ou As duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.

\_\_\_\_\_. *A nau de Ícaro seguido de a imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

LOVEJOY, Paul. E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIA, Rui Leandro Alves da Costa. A descolonização portuguesa: um balanço crítico. In: ROSA, Victor; CASTILLO, Susan (Org.). *Pós-colonialismo e identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre as literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MASSAUD MOISÉS (direção). *A Literatura Portuguesa em Perspectiva*. vol.4. São Paulo: Ática, 1994.

MASSAUD MOISÉS, *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1978, 2ª ed.

NETTO, José Paulo. *Portugal: do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, Maura Eustáquia. Palavra e silêncio africano na dicção de Mia Couto. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, Belo Horizonte, n.11, p.106-119, 2003.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói, EDUFF, 1995.

PETROV, Petar. *Intertextualidade e criação literária: Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Mia Couto*. *Veredas*, Porto Alegre, n.7, p.67-81, 2006.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

MAXWELL, Keneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REAL, Miguel. *Portugal ser e representação*. Miraflores, Difel, 1998.

REMEDIOS, Maria Luiza Ritzel. *O romance português contemporâneo*. Santa Maria: Edições UFSM, 1986.



SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985. Série Fundamentos.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Rubens Pereira dos. Cabo Verde – uma literatura crioula. *Via atlântica*, São Paulo, n 5, 2003.

SECCO, Carmen Lúcia Tindo Ribeiro. Mia Couto: o outro lado das palavras de dos sonhos. *Via atlântica*, São Paulo, n.9, p.71-83, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Alegorias em abril: Moçambique e o sonho de um outro vinte e cinco (uma leitura do romance *Vinte e zinco*, do escritor Mia Couto). *Via atlântica*, São Paulo, n.3, p.112-123, dez.1999.

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. Mar Português: reescrever Portugal no verso e no reverso da aventura. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, n. 24, p.55-67, jul./dez 1994.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. 25 de Abril 25 anos depois . *JL - Letras e Idéias*, Lisboa, p37 a 39, 27 ago. a 7 set., 1999. <<http://www.alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/simoes01.rtf>>: data de acesso: 12/abril/2007.

TUTIKIAN, Jane. Germano Almeida, tradutor de uma nova realidade. *Veredas*, Porto Alegre, n.7, p.161-175, 2006 (a).

\_\_\_\_\_. Os restelos do século do fascínio: a renúncia do épico. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v.26, n.41, p.7-19, jul./dez.2001. (b)

\_\_\_\_\_. Questões de identidade: A África de língua portuguesa. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v.41, n.3, p.37-46, 2006 (c).

\_\_\_\_\_. *Velhas identidades novas* – o pós colonialismo e a emergência das nações de Língua Portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2006 (d).

\_\_\_\_\_. O riso do *Meu Poeta*: o riso do meu autor. *Via Atlântica*, n.10, p.59-73, dez.2006 (e).

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario e PEREIRA, Analucia Danilevicz. *Breve História de África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (org.) *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANCHES, Edmilson. *Planeta Verde, livro de vez*. maio 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/books/796231-planeta-verde/>> acesso em 15 de novembro de 2008